

Relatório Técnico

Novembro de 2021



PANORAMA DAS DESIGUALDADES DE RAÇA/COR NO RIO GRANDE DO SUL



Departamento de Economia e Estatística | DEE/SPGG

Pesquisadores: André Coutinho Augustin
Daiane Boelhouwer Menezes
Lívio Luiz Soares de Oliveira
Marilyn Agranonik
Ricardo César Gadelha de Oliveira Júnior
Rodrigo Goulart Campelo
Ana Clara Saft Grassi
Henrique Souza da Silva
Gabriele dos Anjos

dee.rs.gov.br



Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão
Departamento de Economia e Estatística

Panorama das desigualdades de raça/cor no Rio Grande do Sul

Relatório Técnico

André Coutinho Augustin
Daiane Boelhouver Menezes
Lívio Luiz Soares de Oliveira
Marilyn Agranonik
Ricardo César Gadelha de Oliveira Júnior
Rodrigo Goulart Campelo
Ana Clara Saft Grassi
Henrique Souza da Silva
Gabriele dos Anjos

Porto Alegre, novembro de 2021



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Governador: Eduardo Leite

Vice-Governador: Ranolfo Vieira Júnior

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO

Secretário: Claudio Gastal

Secretária Adjunta: Izabel Matte

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Subsecretário: Antonio Carginin

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

Diretor: Pedro Tonon Zuanazzi

Divisão de Análise de Políticas Sociais: Daiane Boelhouwer Menezes

Divisão de Análise Econômica: Vanessa Neumann Sulzbach

Divisão de Dados e Indicadores: Bruno Paim

Divisão de Estudos de Atividades Produtivas: Rodrigo Daniel Feix

André Coutinho Augustin é Mestre em Economia e Analista Pesquisador em Economia na Divisão de Análise de Políticas Sociais do Departamento de Economia e Estatística da SPGG.

E-mail: andre-augustin@planejamento.rs.gov.br

Daiane Boelhouwer Menezes é Doutora em Ciências Sociais e Analista Pesquisadora em Economia na Divisão de Análise de Políticas Sociais do Departamento de Economia e Estatística da SPGG.

E-mail: daiane-menezes@planejamento.rs.gov.br

Lívio Luiz Soares de Oliveira é Doutor em Economia Aplicada e Analista Pesquisador em Economia na Divisão de Análise de Políticas Sociais do Departamento de Economia e Estatística da SPGG.

E-mail: livio-oliveira@planejamento.rs.gov.br

Marilyn Agranonik é Doutora em Saúde da Criança e do Adolescente e Analista Pesquisadora em Estatística na Divisão de Dados e Indicadores do Departamento de Economia e Estatística da SPGG.

E-mail: marilyn-agranonik@planejamento.rs.gov.br

Ricardo César Gadelha de Oliveira Júnior é Doutor em Antropologia Social e Analista Pesquisador em Sociologia na Divisão de Análise de Políticas Sociais do Departamento de Economia e Estatística da SPGG.

E-mail: ricardo-junior@planejamento.rs.gov.br

Rodrigo Goulart Campelo é Bacharel em Ciências Sociais e Analista Pesquisador em Sociologia na Divisão de Análises de Políticas Sociais do Departamento de Economia e Estatística da SPGG.

E-mail: rodrigo-campelo@planejamento.rs.gov.br

Ana Clara Saft Grassi é graduanda em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e estagiária na Divisão de Análise de Políticas Sociais do Departamento de Economia e Estatística da SPGG.

E-mail: anaclaragrassi@gmail.com

Henrique Souza da Silva é graduando em Ciências Sociais pela UFRGS e estagiário na Divisão de Análise de Políticas Sociais do Departamento de Economia e Estatística da SPGG.

E-mail: dasilva.s.henrique@gmail.com

Gabriele dos Anjos é Doutora em Sociologia e Analista Pesquisadora em Sociologia no Observatório Estadual de Segurança Pública do Departamento de Planejamento e Integração da SSP.

E-mail: gabriele-anjos@ssp.rs.gov.br

P195

Panorama das desigualdades de raça/cor no RS / André Coutinho Augustin ... [et al.]. - Porto Alegre : Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2021.
83 p. : il.

Relatório Técnico.

1. Desigualdade racial – Rio Grande do Sul. 2. Negros – Condições socioeconômicas – Rio Grande do Sul. I. Augustin, André Coutinho. II. Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Economia e Estatística.

CDU 364.144(=414)(816.5)

Bibliotecário responsável: João Vítor Ditter Wallauer — CRB 10/2016

Revisão técnica: Guilherme G. de F. Xavier Sobrinho, Jaqueline O. Soares, Mariana L. Pessôa e Otávio P. de Lima

Normalização bibliográfica: Katia Midori Hiwatashi

Revisão de Língua Portuguesa e editoração: Susana Kerschner

Projeto gráfico: Vinicius Ximendes Lopes

Foto da capa: Joel Vargas (PMPA)

COMO REFERENCIAR ESTE TRABALHO:

AUGUSTIN, André Coutinho *et al.* **Panorama das desigualdades de raça/cor no RS.** Porto Alegre: SPGG/DEE, 2021. (Relatório Técnico).

Resumo executivo

O objetivo deste estudo é realizar um levantamento de dados de raça/cor no Rio Grande do Sul, construindo um panorama da desigualdade racial no Estado. Apresenta-se a situação da composição da população, da educação básica e superior, da saúde, do trabalho e da renda, da representação política nos cargos eletivos, da violência e dos índices de pobreza com relação aos grupos de raça/cor, principalmente de negros e brancos.

A população gaúcha, segundo dados de 2019, é composta por 79% de pessoas brancas e 21% de negras. Em relação à composição etária, a população com mais de 60 anos é maior entre brancos, 21%, do que entre negros, 15%, e menores de 18 anos representam 20% dos brancos e 24% dos negros. No que se refere à escolaridade, há maiores taxas de analfabetismo entre negros do que entre brancos e diferenças significativas nas taxas de ensino superior completo, sendo estas bem maiores entre brancos.

Com respeito à educação básica, há índices mais altos de pessoas com um ou mais anos de atraso escolar nos dois níveis do ensino básico entre não brancos do que entre brancos. Do mesmo modo, brancos aumentam sua participação na 3.^a série do ensino médio, ao passo que pretos e pardos diminuem. As taxas de abandono no ensino médio também são mais altas entre pretos e pardos (8,6% e 7,7% respectivamente) do que para brancos (6,8%). No ensino superior, 86,6% dos ingressantes, em 2014, no RS, em cursos presenciais, eram brancos e 12,7% negros, percentuais muito próximos aos dos cursos à distância. Dos concluintes, 10,6% eram negros no presencial e 13,1% no ensino à distância. Há mais professores na rede privada do que na rede pública no RS. Entre os grupos de raça/cor, a maior parte dos brancos está na rede privada, e negros, amarelos e indígenas estão, em maior proporção, na rede superior pública.

Em 2019, os dados demonstram que pessoas brancas costumam avaliar melhor o seu estado de saúde: 19,2% classificavam-na como muito boa, enquanto esse índice era 16,7% para pardos e 12,2% para pretos. Avaliando a saúde mental, pretos apresentam maior tendência a reportarem sensação de depressão e falta de perspectivas (quase todos os dias e mais da metade dos dias), 12,4%, ao passo que brancos e pardos estão no patamar de 8%. Já em relação a pensamentos suicidas, pardos apresentam índices mais altos (7%) do que pretos (3%) e brancos (4,3%). No acesso à saúde, brancos possuem maior acesso aos serviços privados de saúde, mais da metade de negros procuram serviços públicos. Além disso, pretos (57,1%) e pardos (60,3%) têm maior proporção de domicílios cadastrados na Unidade de Saúde da Família do que brancos (51,8%). Entretanto, brancos apresentam maior proporção de atendimento de algum agente comunitário ou algum membro da Equipe de Saúde da Família mensalmente ou a cada dois meses.

Sobre os dados de internações e óbitos por Covid-19, nas proporções de óbitos entre os grupos de raça/cor, o risco de óbito entre internados com Covid-19 é 8% maior para pretos com idade entre 60 e 79 anos do que para brancos nessa mesma

faixa etária. Esse diferencial do risco para os pretos aumenta para 13% ao se analisar a faixa de 80 anos ou mais.

Em relação à força de trabalho, no primeiro trimestre de 2020, a taxa de participação no mercado de trabalho foi maior entre pretos no Brasil e no RS (64,7% e 67,4% respectivamente) do que em comparação com brancos (61,7% e 63,3%) e pardos (59,5% e 63,2%). A taxa de desocupação também é maior entre pretos do que para os outros grupos. Nacionalmente, em 2020, as taxas de desocupação entre pretos e pardos foram 55% e 43%, respectivamente, maiores do que a dos brancos. No Estado, as diferenças eram ainda maiores: 88% e 78%. Analisando a renda, os dados do Brasil apontam que o rendimento mensal de todos os trabalhos dos negros, tanto em 2012 quanto em 2020, respondia por 56% ou 57% do rendimento dos brancos.

No que diz respeito à representação política, o grupo majoritário nas eleições de 2014 e 2020 foi de pessoas não negras, quase todas brancas, com participação sempre acima de 90% tanto entre eleitos quanto entre candidatos. Houve aumento no percentual de candidaturas negras: em 2014, elas representaram 6,5% e, em 2018, 11,5%. Nas eleições municipais, foram 6,6% dos candidatos em 2016 e 10,3% em 2020. Entretanto os aumentos entre os eleitos foram pequenos. A desigualdade racial é acrescida da desigualdade de gênero: apesar de ter sido registrado um aumento de mulheres brancas candidatas e eleitas, isso não se refletiu entre as mulheres não brancas.

Em relação à violência, há uma maior proporção de pretos que relatou ter sofrido violência verbal em 2019, em relação a pardos e brancos (11,9%, 7,4% e 9,5% respectivamente). Ameaças de relações sexuais forçadas ou sua consumação também é mais frequente entre pessoas pretas (6,4%), seguido das pardas (3,6%) e das brancas (2,3%). Sobre a taxa de homicídios, em 2019, o RS apresentou uma taxa (por 100.000 habitantes) quase duas vezes maior para a população preta em comparação com o País (33,1 e 18,1 respectivamente), as taxas para brancos e pardos são menores no Estado em relação ao Brasil, com destaque para pardos, que, nacionalmente, apresentaram um valor de 31,5 e, no RS, de 17,1, abaixo dos brancos, que registraram 17,9 (e 18,1 no País).

Sobre os índices de pobreza, 77% das pessoas registradas no Cadastro Único, no RS, são brancas, 13% são pardas, 9% são pretas (percentual maior do que a proporção na composição da população do Estado), e 1% é indígena. Entre os grupos de raça/cor, as mulheres apresentam maior proporção na população preta (60,2%). Das quatro faixas de renda do Cadastro Único, a faixa predominante entre todos os grupos de raça/cor é a de “até R\$ 89,00”, mas a maior proporção ocorre entre indígenas (77,8%), e a menor, entre brancos (36,1%, isto é, abaixo do total de 38,7%). Brancos apresentam a maior proporção de cadastrados com renda acima de meio salário mínimo *per capita*. A cobertura do Bolsa Família também é maior entre indígenas (80,6%), pardos (51,3%) e pretos (50,5%).

Palavras-chave: desigualdade; raça; educação; saúde; trabalho; renda; representação política; violência; pobreza

Sumário

1	Introdução	7
2	População	8
2.1	Sexo	8
2.2	Distribuição etária	8
2.3	Escolaridade.....	9
3	Educação	11
3.1	Educação básica	11
3.1.1	Alunos matriculados	11
3.1.2	Distorção idade-série	12
3.1.3	Abandono	13
3.1.4	Educação de Jovens e Adultos (EJA)	14
3.1.5	Acesso à escola durante a pandemia	15
3.1.6	Condições socioeconômicas	17
3.2	Ensino superior	27
3.2.1	Alunos	27
3.2.2	Professores	31
4	Saúde	32
4.1	Avaliação geral	32
4.2	Saúde mental	33
4.3	Prática de esportes	34
4.4	Acesso ao atendimento de saúde	35
4.4	Internações e óbitos na pandemia	36
4.4.1	Internações por Covid-19 de adultos inscritos no CadÚnico	38
4.4.2	Óbitos por Covid-19 de acordo com raça/cor, sexo, idade e renda dos adultos inscritos no CadÚnico internados por Covid-19	40
4.4.3	Internações em UTI devido à Covid-19, por raça/cor, idade e renda	43
5	Trabalho e renda	45
5.1	Força de trabalho	45
5.2	Nível de ocupação	46
5.3	Taxa de desocupação	46
5.4	Renda do trabalho	47
6	Representação política	48
6.1	Eleições federais e estaduais no RS (2014 e 2018)	48
6.1.1	Eleitos e candidatos	48
6.1.3	Cargos	49
6.1.4	Gênero	50
6.1.5	Grau de instrução	51
6.1.6	Ocupações	53
6.2	Eleições municipais no RS (2016 e 2020)	56

6.2.1 Eleitos e candidatos	56
6.2.3 Cargos	57
6.2.4 Gênero	58
6.2.5 Grau de instrução	59
6.2.6. Ocupações	60
7 Violência	64
7.1 Violência verbal	64
7.2 Violência física	65
7.3 Violência sexual	66
7.4 Taxa de homicídios	67
7.5 Registros de racismo e injúria racial	68
7.6 Sistema prisional	69
8 Pobreza	71
8.1 Distribuição por sexo	72
8.2 Distribuição etária	72
8.3 Distribuição por faixa de renda	73
8.4 Beneficiários do Bolsa Família	75
8.5 Distribuição por escolaridade	76
8.6 Residência rural ou urbana	78
8.7 Situação de rua	78
8.8 Trabalho infantil	79
Referências	80

1 Introdução

O debate acadêmico sobre a utilização dos termos “raça”, “cor” e “etnia” é muito amplo. Contudo, existem alguns pontos próximos a um consenso, que orientam a utilização dessas categorias, além de importantes reflexões sobre o seu uso pelo Estado.

Existe um importante debate, por exemplo, sobre as concepções e decorrências políticas dessas categorias em censos nacionais (ANJOS, 2013), assim como uma preocupação metodológica sobre os limites da análise quantitativa nelas baseada (MUNIZ, 2010) e mesmo sobre a validade da coleta de tais informações — por exemplo, na área da saúde (TRAVASSOS; WILLIAMS, 2004). Ainda que tais ressalvas enriqueçam o debate acadêmico, com potencial impacto em práticas sociais e na esfera pública, são evidentes as desigualdades social e econômica entre negros e não negros no Brasil. A compreensão acertada desse fenômeno exige análise quantitativa e qualitativa (THEODORO, 2008).

Sobre os modelos de captação da variável raça ou cor/etnia, eles se dividem em heteroidentificação e autoidentificação. A heteroidentificação é realizada por outro indivíduo, com sua percepção a respeito do entrevistado, e, no processo de recenseamento, pode ser feita a partir do critério pessoal do entrevistador ou utilizando uma paleta de cores de pele como referência. Por sua vez, a autoidentificação ou autodeclaração é o processo no qual o entrevistado responde em qual categoria se encaixa, dentre as que lhe são apresentadas.

No Brasil, na aplicação de questionários, a autoidentificação é a preferência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e mesmo do setor privado, em *surveys*. As limitações das categorizações correntemente usadas (branco, pardo, preto, amarelo e indígena) são conhecidas. Em pesquisa de 2008 (IBGE, 2011), que perguntava pela identificação espontânea, surgiram também: morena, negra, morena clara, brasileira, mulata, mestiça, alemã, clara e italiana. De todo modo, é com somente cinco opções de raça/cor/etnia que a maior parte dos dados é disponibilizada para que se possam mapear as desigualdades existentes. Segundo o Estatuto da Igualdade Racial (BRASIL, 2010), a população negra é composta pelo conjunto de pessoas que se autodeclararam pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pelo IBGE, ou que adotam autodefinição análoga. Tal definição é adotada sempre que pretos e pardos não são tratados de forma separada.

Este estudo apresenta um panorama de informações que podem ser exploradas por raça/cor em variadas bases de dados que dizem respeito a população, educação, saúde, trabalho, renda, representação política, violência e pobreza. As informações provêm de diferentes fontes, como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD Contínua), os questionários do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), do Censo Escolar e do Censo do Ensino Superior, a Pesquisa Nacional da Saúde (PNS), o Sistema de Informação da Vigilância Epidemiológica da Gripe (Sivep-Gripe), o DataSUS, o Departamento Penitenciário Nacional, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). Todas essas bases utilizam a autoidentificação como regra.

2 População

Em 2019, o Rio Grande do Sul possuía 11,35 milhões de habitantes segundo a PNAD Contínua, 79% dos quais eram brancos, 14,3% eram pardos, e 6,2% eram pretos. Há uma diferença significativa em relação ao Brasil, que, no mesmo ano, tinha 42,7% de brancos, 46,8% de pardos e 9,4% de pretos.

2.1 Sexo

A distribuição por raça no RS possui ainda uma pequena diferença entre os sexos. Entre as mulheres, eram 79,9% brancas, 13,9% pardas e 5,9% pretas. Já entre os homens, eram 78,1% brancos, 14,9% pardos e 6,6% pretos.

Tabela 1

Distribuição da população, por raça/cor e sexo, no Rio Grande do Sul — 2019

(1.000 pessoas)

RAÇA/COR	HOMENS	MULHERES	TOTAL
Branca	4.319	4.658	8.978
Preta	364	344	708
Parda	822	809	1.630
TOTAL	5.528	5.830	11.359

Fonte: PNAD Contínua Anual (IBGE, 2021b).

Nota: A categoria total para raça/cor inclui as pessoas que se declararam indígenas, amarelas e as que dizem ignorar a sua raça/cor.

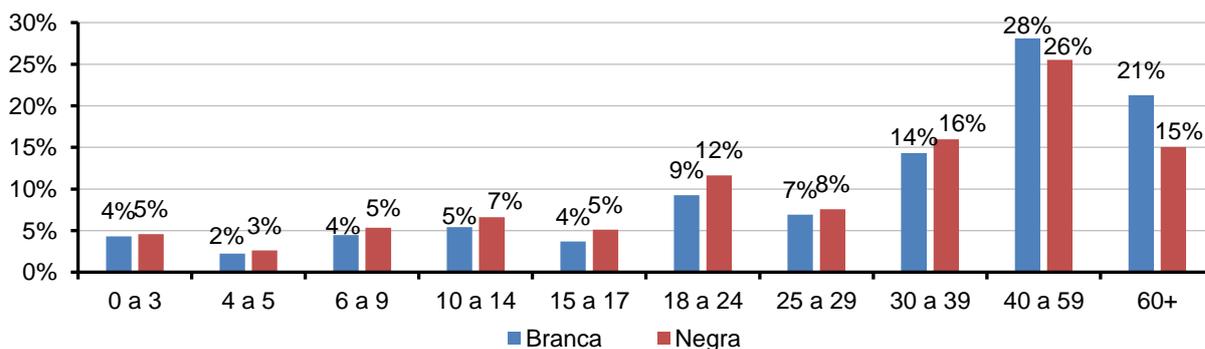
2.2 Distribuição etária

É possível perceber uma tendência de redução proporcional da população branca no Rio Grande do Sul, que, de 2012 a 2019, passou de 83,4% para 79,0%. No mesmo período, a população parda cresceu 3,3 pontos percentuais (p.p.), e a preta, 1,0 p.p.

Outro dado relevante é a distribuição etária da população por raça/cor. Entre os brancos, no Rio Grande do Sul, 21% tinham mais de 60 anos. Já entre os pardos e os negros, apenas 15% estavam acima dessa idade. Na outra ponta, os menores de 18 anos representavam 20% dos brancos e 24% dos negros.

Gráfico 1

Distribuição da população, por raça/cor e faixa etária, no Rio Grande do Sul — 2019



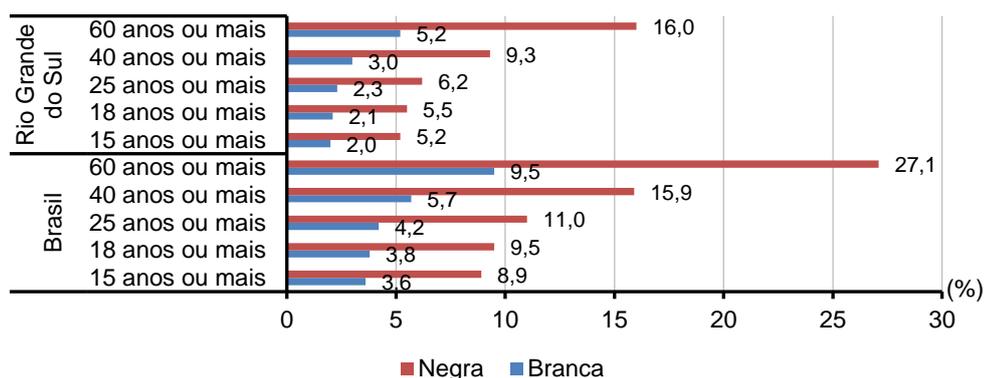
Fonte: PNAD Contínua Anual (IBGE, 2021c).

2.3 Escolaridade

Em relação ao analfabetismo, vê-se que ele é maior no total do Brasil do que no Rio Grande do Sul; maior nas faixas etárias mais elevadas; ao menos duas vezes superior entre os negros, nos diversos recortes territoriais e etários (atingindo o triplo ou mais, em alguns casos). No Rio Grande do Sul, em 2019, entre as crianças e os adolescentes de até 15 anos, 2% dos brancos e 5,2% dos negros eram analfabetos.

Gráfico 2

Taxa de analfabetismo, por raça/cor e faixa etária, no Rio Grande do Sul e no Brasil — 2019

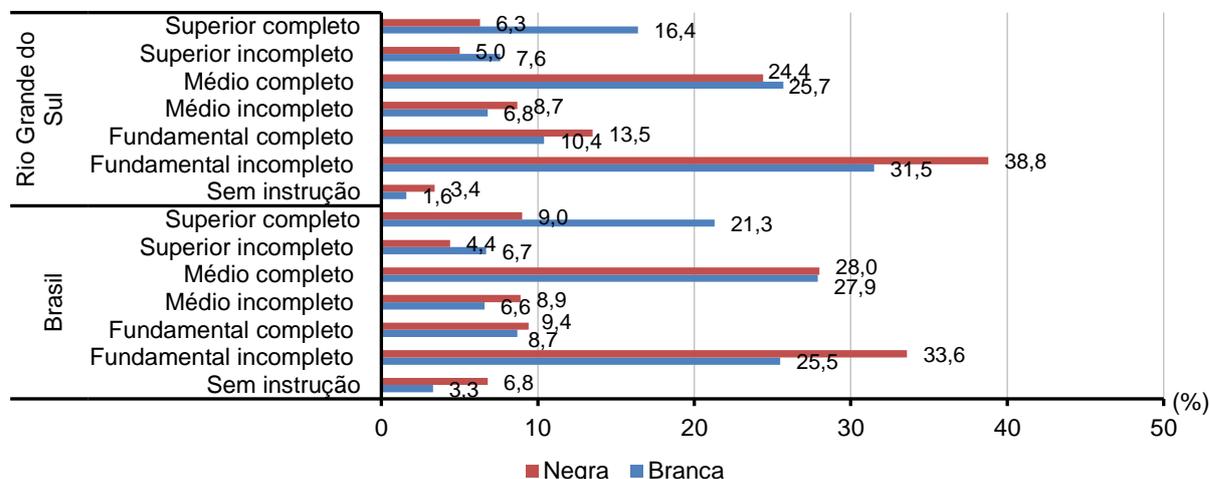


Fonte: PNAD Contínua Anual (IBGE, 2021d).

No outro extremo, entre os mais escolarizados, percebe-se a mesma diferença em sentido inverso. A proporção de indivíduos com ensino superior completo, entre os brancos (16,4% no Rio Grande do Sul e 21,3% no Brasil), é mais de duas vezes superior à apurada entre os negros (6,3% e 9% respectivamente). Aqui, no entanto, o Rio Grande do Sul deixa de apresentar percentuais melhores do que os do Brasil, ainda que, no total, o percentual de pessoas com ensino superior seja quase o mesmo (14,4% e 14,5% respectivamente), o que se associa à composição diferenciada das populações nesses dois recortes. As desigualdades são maiores nas extremidades.

Gráfico 3

Pessoas de 14 anos ou mais de idade, por raça/cor e nível de instrução, no Rio Grande do Sul e no Brasil — 2019

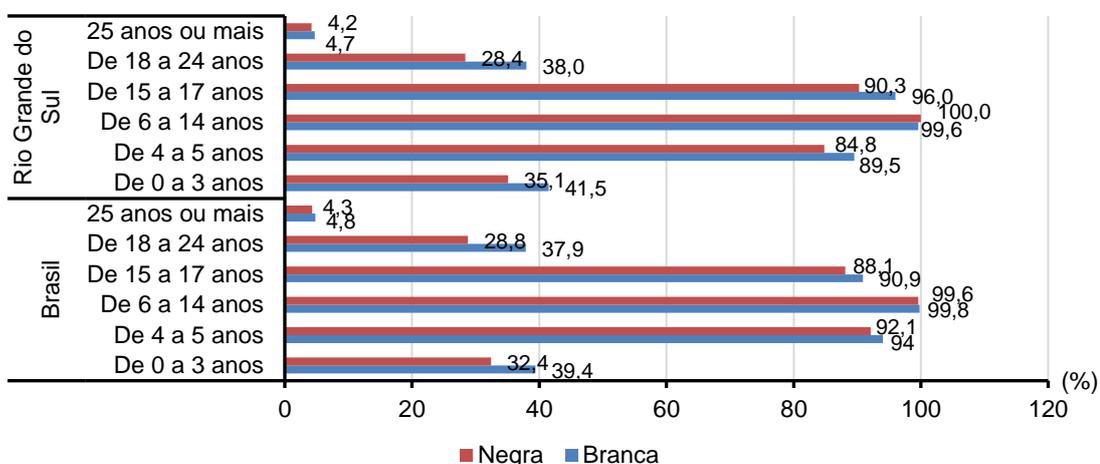


Fonte: PNAD Contínua Anual (IBGE, 2021e).

Por fim, a taxa de escolarização permite perceber que alunos com idade para frequentar o ensino fundamental (EF) estão em sua grande maioria na escola (100% das crianças brancas e 99,6% das negras entre seis e 14 anos no Rio Grande do Sul). Na idade de frequentar o ensino médio (EM), essa diferença fica mais significativa (96% e 84,7%). Também crianças brancas em idade de creche ou pré-escola (41,5% e 89,5%) frequentam mais a escola do que as pretas ou pardas (35,1% e 84,8%). Há quase 10% de negros no Rio Grande do Sul com idade de frequentar o ensino médio que não estão frequentando a escola. Dos 90% restantes, parte importante está em distorção idade-série, o que é tratado na próxima seção.

Gráfico 4

Taxa de escolarização, por raça/cor e faixa etária, no Rio Grande do Sul e no Brasil — 2019



Fonte: PNAD Contínua Anual (IBGE, 2021f).

3 Educação

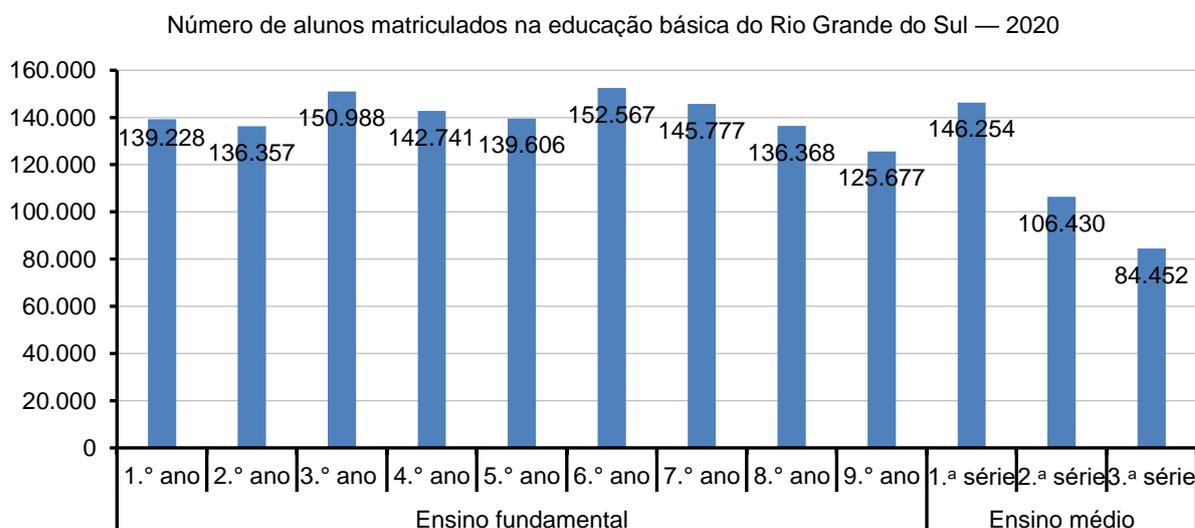
3.1 Educação básica

3.1.1 Alunos matriculados

De maneira geral, percebe-se que os números de matrículas no último ano do EF e no último ano do EM são os mais baixos dos respectivos níveis de ensino, especialmente no segundo caso. Esses resultados estão ligados a questões de reprovação, abandono e distorção idade-série. Em 2020, em função do ano atípico de pandemia, as taxas de reprovação ficaram bem abaixo do que vinha acontecendo: 0,3% para os anos iniciais do EF, 0,7% para os anos finais, e 1,1% para o EM. Em 2019, por exemplo, a taxa foi de 5,9% nos anos iniciais e de 13,7% nos anos finais, e, no ensino médio, de 15,5%.

O maior número de alunos no 3.º ano é reflexo da orientação de não reprová-los até se completar o ciclo de alfabetização, o que ocorre no 3.º ano. Em 2019, a reprovação nesse ano dos anos iniciais (12,2%) foi a mais alta. Percebem-se também pontos de retenção no 6.º e no 7.º ano do EF, o primeiro com uma taxa de reprovação de 16,7%, e o segundo, de 16,1%, as maiores dos anos finais. Por fim, houve significativa retenção na 1.ª série do EM, que alcançou 23% de reprovação em 2019.

Gráfico 5



Fonte: Censo Escolar 2020 (INEP, 2021c).

Parte importante dos alunos matriculados em todas as redes do Rio Grande do Sul, em 2020, não tinha raça/cor declarada, variando de 23,5% a 25% no ensino fundamental e de 18,4% a 20,8% no ensino médio.

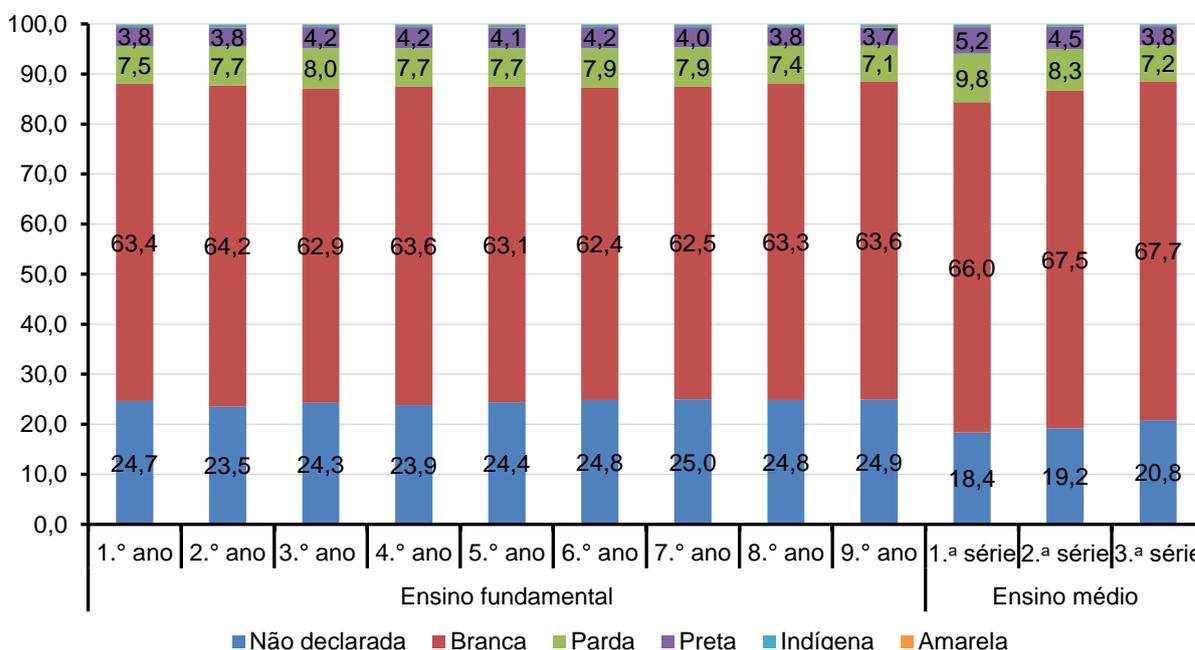
A raça/cor com maior número de alunos era a branca, variando de 62,4% a 64,2% dos matriculados no EF e de 66% a 67,7% no EM. Os pardos oscilavam entre 7,1% e 8,0% no EF e entre 7,2% e 9,8 no EM. Os pretos, por sua vez, variavam de 3,7% a 4,2% e de 3,8% a 5,2% respectivamente. É interessante perceber que os brancos aumentam sua participação na 3.ª série do EM, ao passo que os negros diminuem, o que indica maior desigualdade.

Segundo dados da PNAD de 2019 (IBGE, 2021c), da população com até 17 anos, no RS, havia 77% de brancos e 23% de negros (IBGE, 2021b). Excluindo-se os alunos não declarados, tem-se uma média de 84% de matrículas de brancos, 10% de pardos e 5% de pretos. Logo, a participação de negros é menor entre os matriculados do que na população gaúcha.

Os amarelos variam de 0,1% a 0,2% no EF e no EM. Enquanto as demais raças apresentam uma majoração dos seus percentuais, com o avançar das séries, em razão da diminuição da não declaração (EM), os indígenas mantêm estabilidade em torno do percentual de cerca de 0,5%.

Gráfico 6

Percentual de alunos matriculados, por raça/cor, na educação básica do Rio Grande do Sul — 2020



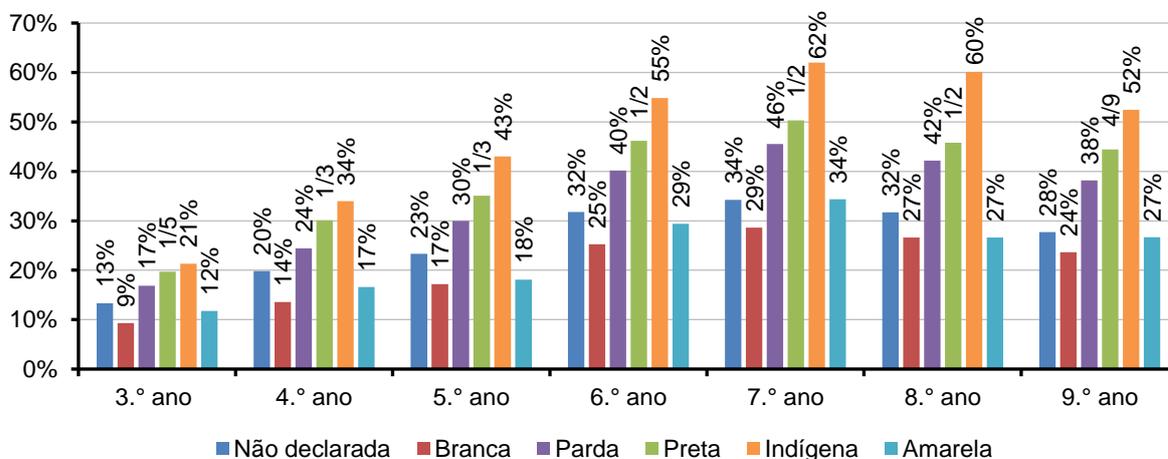
Fonte: Censo Escolar 2020 (INEP, 2021c).

3.1.2 Distorção idade-série

Percebe-se, nos Gráficos 7 e 8, que, do 6.º ano em diante, mais da metade dos indígenas se encontra em distorção idade-série, ou seja, com um ou mais anos de atraso escolar. Os pretos possuem mais de 45% de seus alunos em distorção em quase todos os anos, à exceção da 3.ª série, na qual apresentam taxa de 39%. Os pardos ficam acima dos 36%, exceto igualmente no último ano do EM, no qual apresentam 28% de distorção idade-série. Este último ano é aquele no qual há menor proporção de negros e maior proporção de brancos, o que pode estar relacionado com abandono e evasão de alunos negros, como mostrado no tópico seguinte.

Gráfico 7

Taxa de distorção idade-série do 3.º ao 9.º ano do ensino fundamental, por raça/cor, no Rio Grande do Sul — 2020



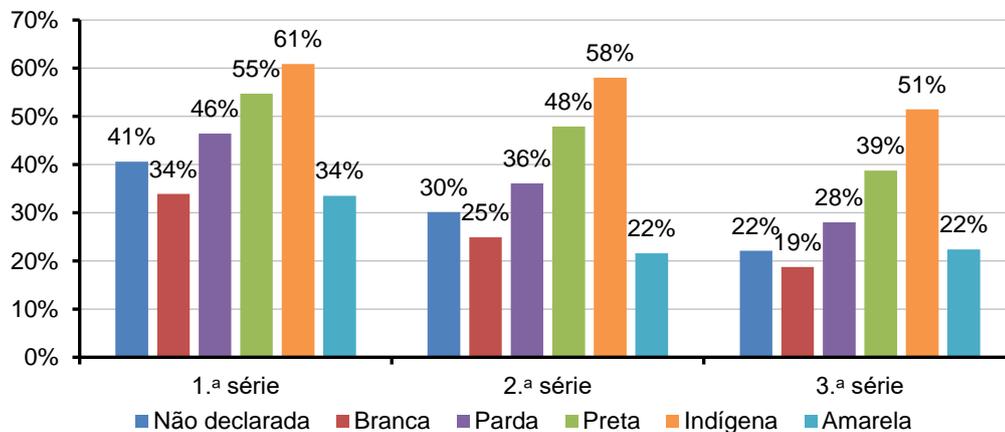
Fonte dos dados brutos: Indicadores Educacionais (INEP, 2021a).

Nota: No 1.º e no 2.º ano, a taxa não chega a 1% em quais uma das categorias.

No caso dos brancos, a distorção é sempre menor do que 30%, com exceção da 1.ª série do EM. Os amarelos encontram-se muito próximos aos brancos nesses resultados, com taxas poucos pontos percentuais acima para os primeiros.

Gráfico 8

Taxa de distorção idade-série no ensino médio, por raça/cor, no Rio Grande do Sul — 2020



Fonte dos dados brutos: Indicadores Educacionais (INEP, 2021a).

A diferença entre a proporção de brancos e a de indígenas em distorção de idade-série varia de 80% a mais a quase três vezes mais. Entre brancos e pretos, varia de 60% a mais até mais do que o dobro. Entre brancos e pardos, de 40% a 80% a mais.

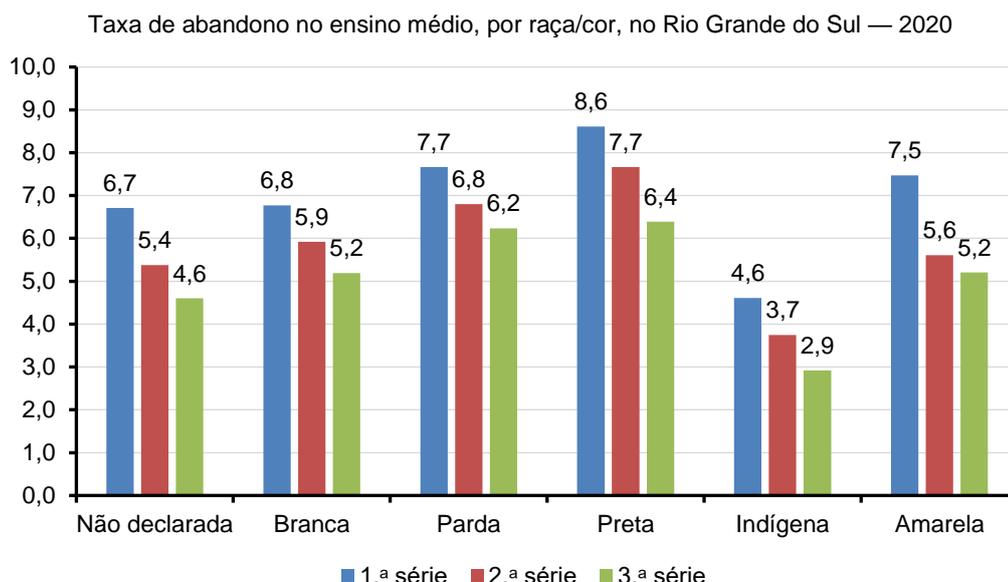
3.1.3 Abandono

Diferentemente da reprovação, que, em função da pandemia, das aulas remotas e todas as dificuldades encontradas para viabilizar os estudos e as avaliações ao longo de 2020, alcançou taxas atipicamente baixas, no que diz respeito ao abandono,

desfez-se a tendência de leve queda que vinha ocorrendo ano a ano¹, sobretudo no EM, que aumentou de 5,3% para 6,2%.

Na 1.^a série, no ensino regular, abandonaram a escola 8,6% dos pretos, 7,7% dos pardos e 6,8% dos brancos. Na 2.^a série, repetiu-se o mesmo padrão, com números menores: 7,7% dos pretos, 6,8% dos pardos e 5,9% dos brancos. O mesmo ocorreu na 3.^a série: 6,4%, 6,2% e 5,2% respectivamente.

Gráfico 9



Fonte dos dados brutos: Indicadores Educacionais (INEP, 2021a).

Diferentemente da distorção idade-série, no abandono, os indígenas não apresentam as mais altas taxas, essas pertencem aos negros (que vinham na sequência dos indígenas na distorção).

Isto é, por abandono ou por reprovação, ambos associados à distorção, os negros acabam ficando para trás na vida escolar, tendo, em decorrência disso, menos oportunidades de bons empregos no futuro.

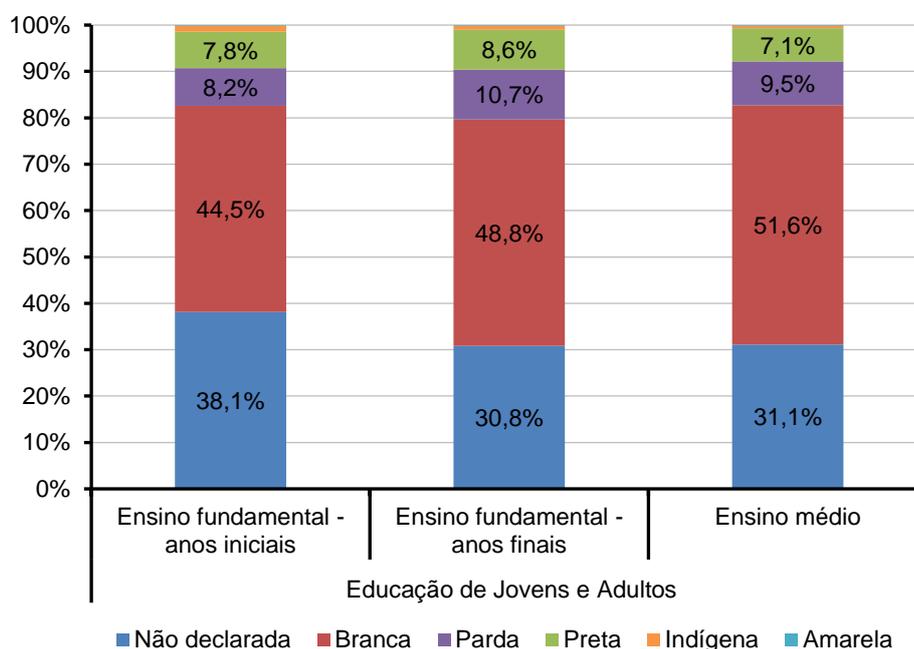
3.1.4 Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Aqueles que ficam em distorção idade-série muito grande ou que acabam abandonando a escola encontram na Educação de Jovens e Adultos (EJA) uma segunda chance. Aqui, percebe-se um número maior de pessoas com raça não declarada do que no ensino básico regular (mais de 30%).

¹ Nos anos iniciais e anos finais, essas taxas foram de 0,2% e 0,6%. Em 2019, eram de 0,4% e 1,6% respectivamente.

Gráfico 10

Percentual de matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA), por raça/cor, no Rio Grande do Sul — 2020



Fonte: Censo Escolar 2020 (INEP, 2021c).

Porém, retirando os não identificados, chega-se a uma média de 72% de brancos, 12% de pretos e 14% de pardos. Diferentemente do que acontece no caso das matrículas, tem-se proporção maior de pretos matriculados na EJA do que na população gaúcha.

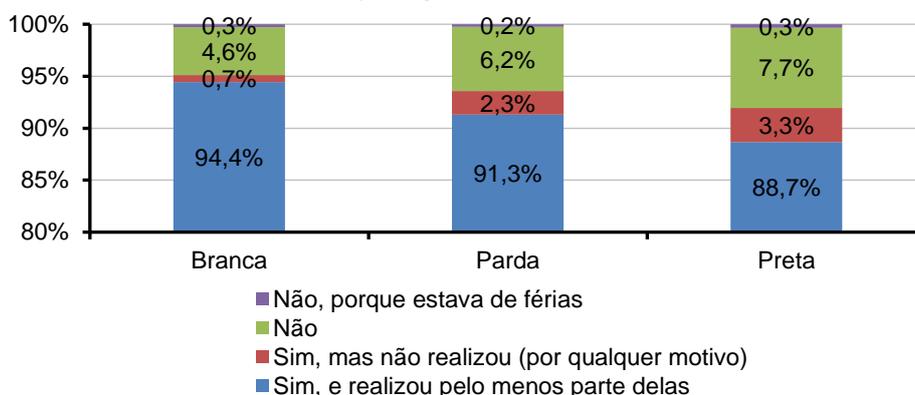
Em 2020, 1.077 instituições ofertavam cursos de EJA no RS. Em 2019, elas eram 1.159, em 2018, 1.165. Isto é, a cada ano, torna-se um pouco mais difícil para essas pessoas, excluídas do processo educacional, encontrarem instituições que permitam que conclua a educação básica.

3.1.5 Acesso à escola durante a pandemia

Os dados da PNAD Covid de novembro de 2020 são aqui utilizados porque esse foi o único mês que possuía a variável relativa aos motivos para a não realização das atividades escolares na semana anterior. Há maior proporção entre pretos e pardos que não receberam atividades escolares para realizar em casa (7,7% e 6,2% respectivamente) em relação a brancos (4,6%). Sobretudo, há maior proporção dos que receberam as tarefas, mas não as realizaram entre pretos e pardos (3,3% e 2,3%) do que entre brancos (0,7%).

Gráfico 11

Percentual de alunos que teve atividades escolares disponibilizadas para realizar em casa na semana anterior, por raça/cor, no Rio Grande do Sul — nov./2020



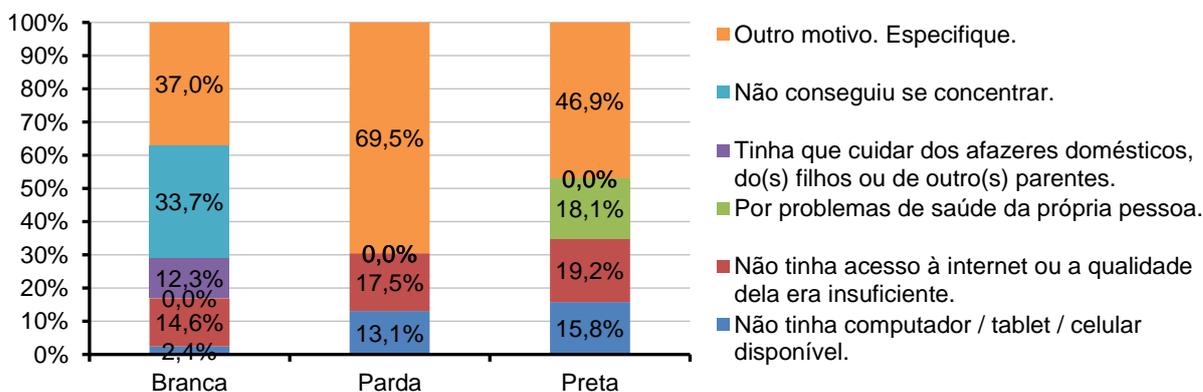
Fonte: PNAD Covid19 (IBGE, 2021g).

Nota: As respostas foram ponderadas pela variável V1032 - Peso dos domicílios e das pessoas, mais especificamente, peso mensal com correção de não entrevista com pós-estratificação pela projeção de população.

Quanto aos motivos para a não realização das tarefas, não se tem acesso, pelos microdados, às respostas oferecidas pelos entrevistados na alternativa “Outro, especifique”, que obteve a maior proporção das respostas entre todas as raças (Gráfico 12). Entretanto, das demais respostas, a falta de equipamento é bem mais significativa entre pretos e pardos (15,8% e 13,1%) do que entre os brancos (2,4%). A *internet* parece ser um problema decisivo para todas as categorias, porém, note-se que a resposta enquadra a completa falta de *internet* ou a insuficiência desta, que pode tanto dizer respeito ao tamanho do pacote de dados quanto à velocidade. Problemas de saúde são uma questão importante para os pretos (18,1%), mas não chegaram a figurar como problema entre os demais alunos. Para os brancos, a dificuldade de se concentrar foi a resposta mais frequente. Talvez se os negros tivessem a mesma disponibilidade de equipamentos para realizar as tarefas, também viessem a mencionar esse tipo de dificuldade. O cuidado de afazeres domésticos e de parentes talvez tenha sido uma novidade maior na vida dos estudantes brancos em tempos de pandemia (12,3%).

Gráfico 12

Percentual de alunos, por tipo de motivo pelo qual não realizaram as atividades escolares na semana anterior em casa e por raça/cor, no Rio Grande do Sul — nov./2020



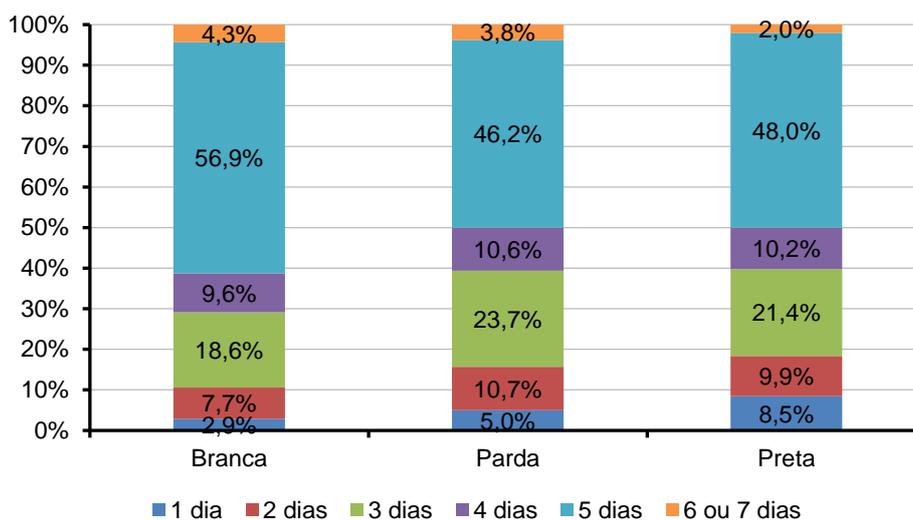
Fonte: PNAD Covid19 (IBGE, 2021g).

Nota: as respostas foram ponderadas pela variável V1032 - Peso dos domicílios e das pessoas, mais especificamente, peso mensal com correção de não entrevista com pós-estratificação pela projeção de população.

Entre os brancos, dedicaram-se às atividades escolares cinco dias ou mais na última semana mais de 60%; entre os negros, foram 50%. Também entre os brancos, é inferior a proporção de alunos que dedicaram somente um ou dois dias (10,6%), em relação aos pardos (15,7%) e aos pretos (18,4%).

Gráfico 13

Percentual de alunos, por número de dias dedicados às atividades escolares na semana anterior e por raça/cor, no Rio Grande do Sul — nov./2020



Fonte: PNAD Covid19 (IBGE, 2021g).

Nota: as respostas foram ponderadas pela variável V1032 - Peso dos domicílios e das pessoas, mais especificamente, peso mensal com correção de não entrevista com pós-estratificação pela projeção de população.

Esses dados sobre 2020 mostram que as diferenças já existentes de acesso à educação serão possivelmente alargadas durante a pandemia.

3.1.6 Condições socioeconômicas

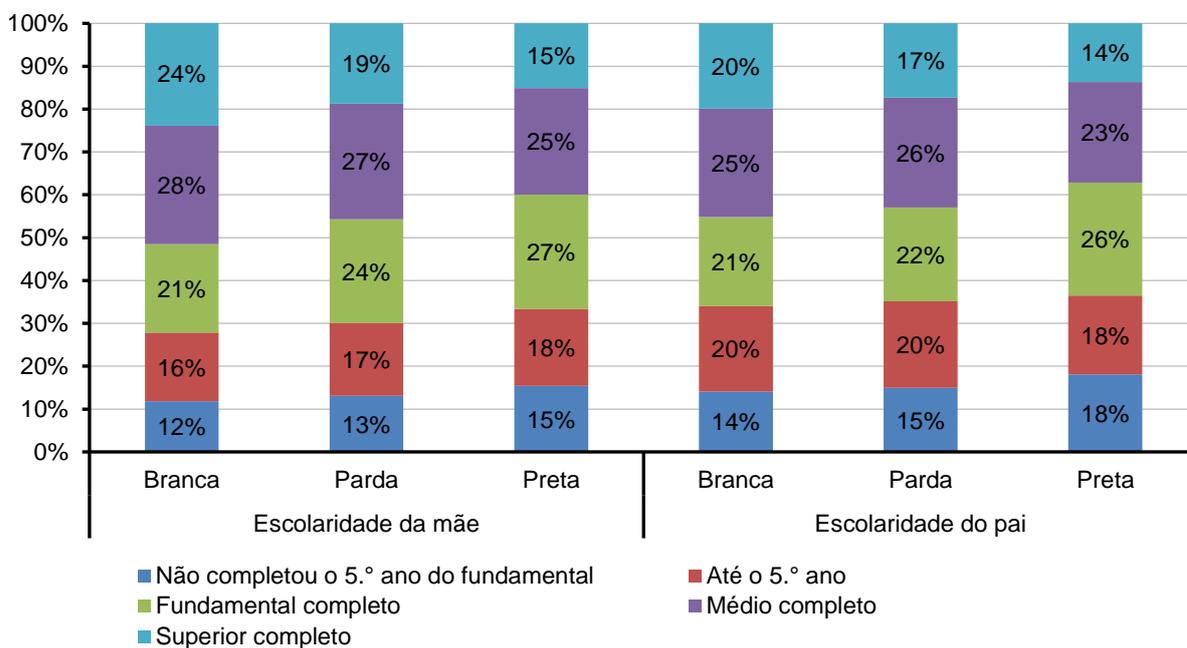
O SAEB 2019² apresenta dados a respeito das desigualdades entre a cor e a raça dos alunos e as condições socioeconômicas dos alunos que responderam à pesquisa. Embora deva ser levado em conta o alto índice de respostas inválidas ou ausentes nos dados referentes à escolaridade dos pais dos alunos³, para ambos os sexos e para as três séries aqui consideradas, de forma geral, alunos negros têm maiores percentuais de mães e pais que não completaram o ensino fundamental, assim como menores percentuais de pais que possuem diplomas de nível superior, como demonstram os Gráficos 14, 15 e 16.

² O SAEB 2019 foi respondido por professores, diretores e alunos de diferentes níveis de ensino: 2.º, 5.º e 9.º anos do ensino fundamental e 3.ª ou 4.ª série do ensino médio. Como não há uma pergunta a respeito de raça/cor para os alunos do 2.º ano do ensino fundamental, esses não serão levados em conta neste texto.

³ Por exemplo, dependendo da raça/cor, entre os alunos do 5.º ano do ensino fundamental, as respostas inválidas ou “não sei” a respeito da escolaridade da mãe variaram entre 52% e 53%, e entre 55% e 59% sobre a escolaridade do pai. Esses percentuais diminuem à medida que aumenta a escolaridade dos alunos, variando, entre os alunos do ensino médio, de 7% a 14% para a escolaridade da mãe e de 14% a 25% sobre a escolaridade do pai.

Gráfico 14

Percentual de alunos no 5.º ano do ensino fundamental, por raça/cor e escolaridade da mãe e do pai, no Rio Grande do Sul — 2019

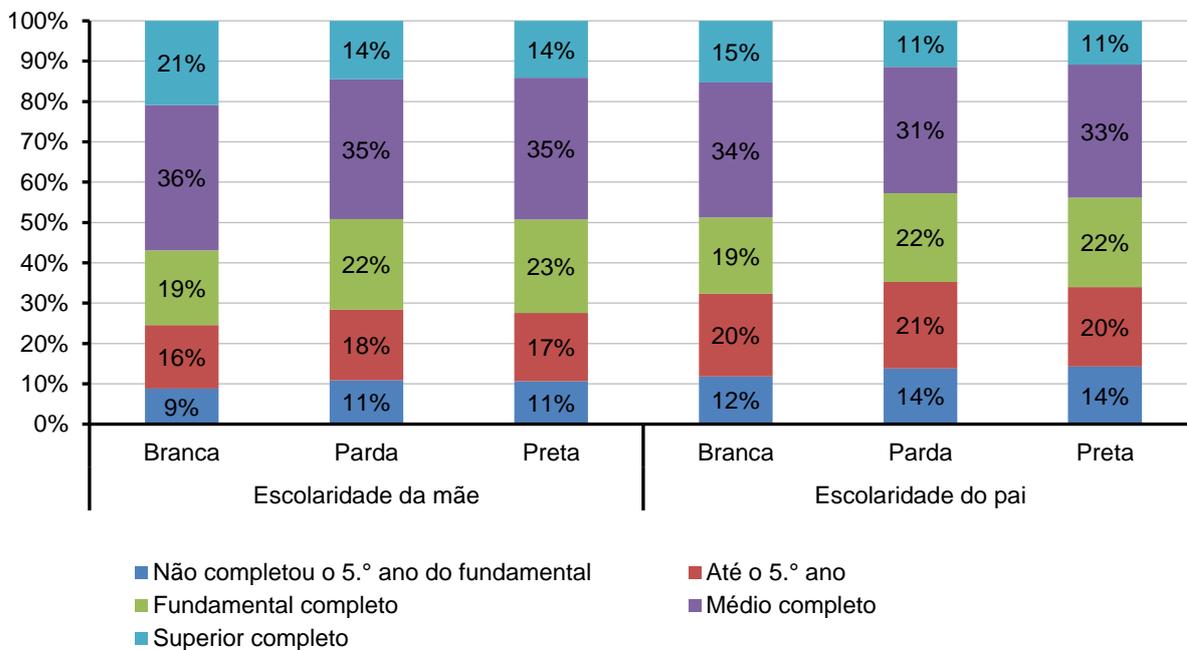


Fonte dos dados brutos: Censo da Educação Superior (INEP, 2021b).

Nota: Dados obtidos do Questionário do Aluno do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

Gráfico 15

Percentual de alunos no 9.º ano do ensino fundamental, por raça/cor e escolaridade da mãe e do pai, no Rio Grande do Sul — 2019

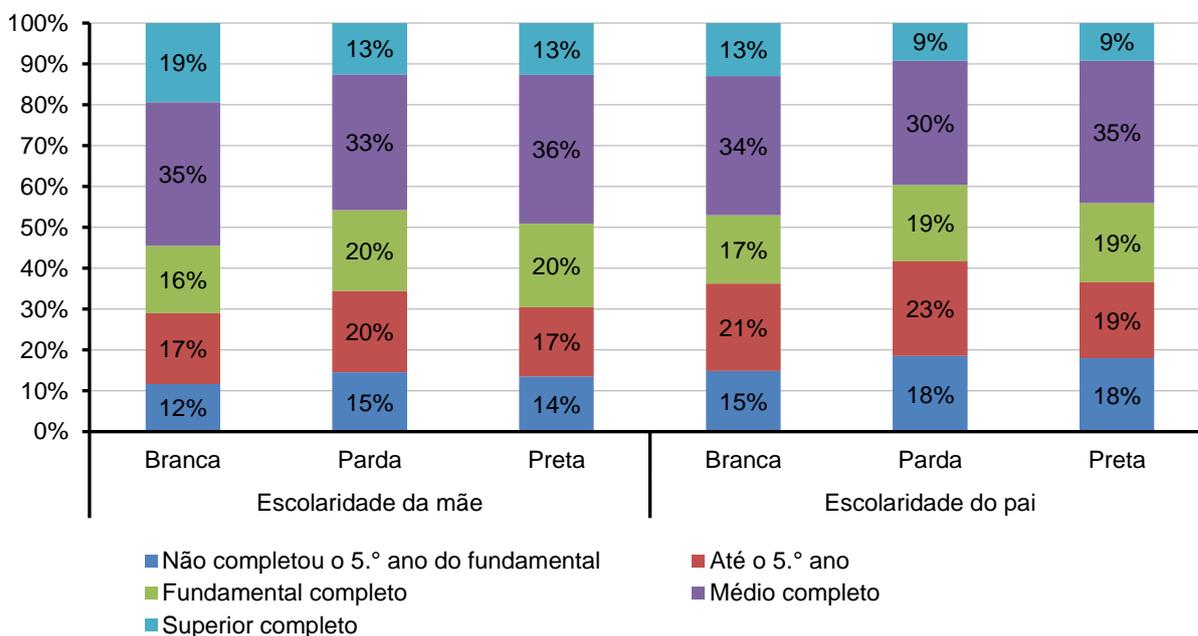


Fonte dos dados brutos: Censo da Educação Superior (INEP, 2021b).

Nota: Dados obtidos do Questionário do Aluno do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

Gráfico 16

Percentual de alunos na 3.ª série do ensino médio, por raça/cor e escolaridade da mãe e do pai, no Rio Grande do Sul — 2019



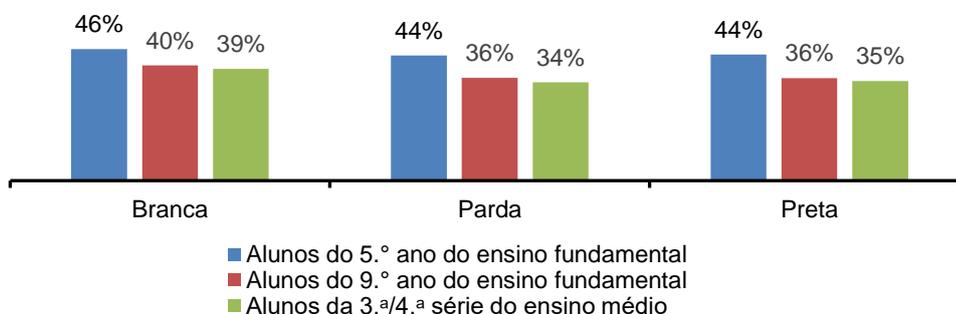
Fonte dos dados brutos: Censo da Educação Superior (INEP, 2021b).

Nota: Dados obtidos do Questionário do Aluno do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

Outras questões⁴ referentes à forma como os filhos percebem que os pais os incentivam a se dedicarem à vida escolar, ou como estes participam das atividades escolares dos alunos, também apontam diferenciações entre alunos brancos e negros. Um maior percentual de alunos brancos, em todos os níveis escolares aqui tratados, afirma que seus pais conversam sempre ou quase sempre sobre o que se passa na escola.

Gráfico 17

Frequência da resposta “sempre ou quase sempre” para a questão se os pais conversam sobre o que se passa na escola, por raça/cor e etapa de ensino, no Rio Grande do Sul — 2019



Fonte dos dados brutos: Censo da Educação Superior (INEP, 2021b).

Nota: dados obtidos do Questionário do Aluno do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

⁴ Nas demais questões apontadas no texto, os percentuais de respostas inválidas caem drasticamente para um dígito, exceto em algumas respostas, sobretudo dos alunos pretos, que ainda chegam a, no máximo, 15%.

De forma semelhante, os pais de alunos brancos também participam mais frequentemente das reuniões escolares.

Tabela 2

Frequência da resposta “sempre ou quase sempre” para a questão sobre a presença dos pais nas reuniões escolares, por raça/cor e etapa de ensino, no Rio Grande do Sul — 2019

	(%)		
ETAPA DE ENSINO	BRANCA	PARDA	PRETA
Alunos do 5.º ano do ensino fundamental	58	55	53
Alunos do 9.º ano do ensino fundamental	49	44	42
Alunos da 3.ª/4.ª série do ensino médio	38	34	31

Fonte dos dados brutos: Censo da Educação Superior (INEP, 2021b).

Nota: Dados obtidos do Questionário do Aluno do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

Como se observa, há menor participação dos pais na vida escolar dos filhos — tanto no que se refere à conversa entre pais e filhos sobre o que se passa na escola quanto sobre a sua participação nas reuniões escolares — à medida que se eleva a escolaridade dos alunos. Tal fato pode estar relacionado a um aumento da autonomia dos alunos, a um sentimento de que, quando vão ficando mais velhos, necessitam menos de acompanhamento dos pais em sua vida escolar.

No que se refere à existência de água tratada em suas residências, os alunos que se classificam como brancos e pardos apresentam maiores percentuais que os pretos. Essa diferença vai diminuindo ao passo que se eleva a escolaridade dos alunos. A melhoria dos percentuais dos alunos do ensino médio, mesmo entre os alunos pretos, é justificada pelo fato de que, em geral, os alunos que conseguem chegar a esse nível de ensino são os que possuem condições econômicas e sociais um pouco melhores. Esse fenômeno pode ser percebido também nos indicadores de existência da rede *wi-fi* e de computadores ou *notebooks* nos domicílios.

Tabela 3

Presença de água tratada nas residências dos alunos, por raça/cor e etapa de ensino, no Rio Grande do Sul — 2019

	(%)		
ETAPA DE ENSINO	BRANCA	PARDA	PRETA
Alunos do 5.º ano do ensino fundamental	74	75	69
Alunos do 9.º ano do ensino fundamental	83	81	77
Alunos da 3.ª/4.ª série do ensino médio	88	86	84

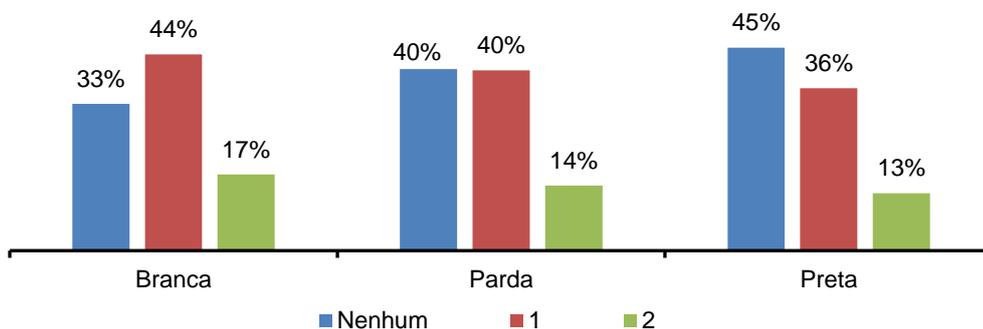
Fonte dos dados brutos: Censo da Educação Superior (INEP, 2021b).

Nota: Dados obtidos do Questionário do Aluno do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

Maiores proporções de alunos negros não possuem nenhum computador em comparação aos alunos brancos. Na mesma linha, os alunos brancos apresentam maiores índices dos que possuem um ou dois computadores ou *notebooks*, em todas as séries aqui consideradas.

Gráfico 18

Presença de computador ou *notebook* nas residências de alunos do 5.º ano do ensino fundamental, por raça/cor, no Rio Grande do Sul — 2019



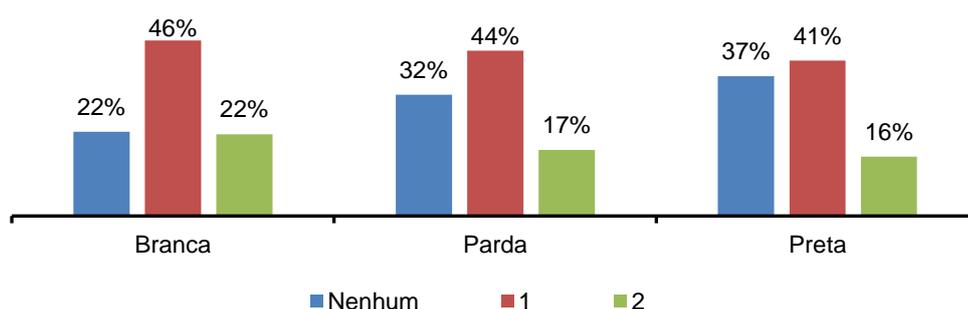
Fonte dos dados brutos: Censo da Educação Superior (INEP, 2021b).

Nota: Dados obtidos do Questionário do Aluno do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

Os percentuais daqueles que não possuem computador é menor nos anos finais do que nos anos iniciais.

Gráfico 19

Presença de computador ou *notebook* nas residências de alunos do 9.º ano do ensino fundamental, por raça/cor, no Rio Grande do Sul — 2019



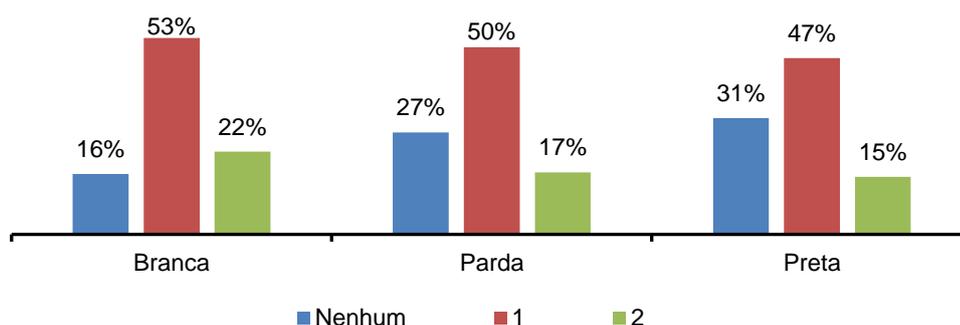
Fonte dos dados brutos: Censo da Educação Superior (INEP, 2021b).

Nota: Dados obtidos do Questionário do Aluno do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

O mesmo ocorre na comparação dos anos finais com o ensino médio, apontando para uma melhor condição média dos alunos que conseguem chegar ao fim da educação básica.

Gráfico 20

Presença de computador ou *notebook* nas residências de alunos da 3.ª ou 4.ª série do ensino médio, por raça/cor, no Rio Grande do Sul — 2019



Fonte dos dados brutos: Censo da Educação Superior (INEP, 2021b).

Nota: Dados obtidos do Questionário do Aluno do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

Os alunos negros também apresentam menores percentuais, nas três séries em tela, de residências com rede *wi-fi*. E, ao contrário do que acontece com a posse de computadores, a diferença entre brancos e negros não diminui à medida que aumenta a escolaridade.

Tabela 4

Presença de *wi-fi* nas residências, por raça/cor e etapa de ensino, no Rio Grande do Sul — 2019

	(%)		
ETAPA DE ENSINO	BRANCA	PARDA	PRETA
Alunos do 5.º ano do ensino fundamental	85	82	78
Alunos do 9.º ano do ensino fundamental	88	84	80
Alunos da 3.ª/4.ª série do ensino médio	90	85	81

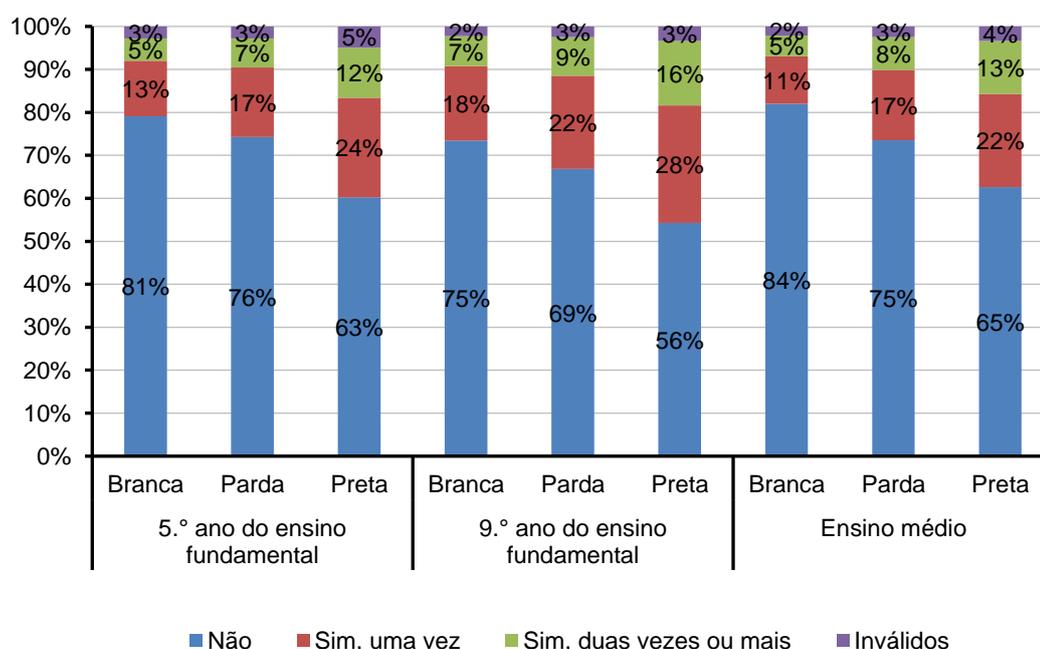
Fonte dos dados brutos: Censo da Educação Superior (INEP, 2021b).

Nota: Dados obtidos do Questionário do Aluno do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

A diferença entre os alunos das diferentes cores e raças intensifica-se ainda mais quando se olham os dados de reprovação. Em todas as séries consideradas, os alunos brancos que nunca foram reprovados alcançam percentuais maiores que os alunos pardos (81% *versus* 76% no 5.º ano do EF; 75% *versus* 69% no 9.º ano do EF; e 84% *versus* 75% no EM, respectivamente). Essas diferenças são ainda maiores quando se comparam os percentuais de alunos brancos e pretos, variando entre 5 p.p. e 8 p.p. (81% *versus* 63% no 5.º ano do EF; 75% *versus* 56% no 9.º ano do EF; e 84% *versus* 65% no EM, respectivamente), alcançando diferenças que vão de 17 p.p. a 19 p.p.

Gráfico 21

Alunos que nunca reprovaram, por raça/cor, no Rio Grande do Sul — 2019



Fonte dos dados brutos: Censo da Educação Superior (INEP, 2021b).

Nota: Dados obtidos do Questionário do Aluno do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

O SAEB 2019 também fez perguntas a respeito do que os alunos costumam fazer fora da escola: estudar, trabalhar, fazer trabalhos domésticos, fazer cursos complementares. O percentual de alunos brancos de todas as séries que dedicam mais de duas horas para trabalho doméstico é menor que o de alunos negros.

Tabela 5

Alunos que dedicam mais de duas horas ao trabalho doméstico, por raça/cor e etapa de ensino, no Rio Grande do Sul — 2019

	(%)		
ETAPA DE ENSINO	BRANCA	PARDA	PRETA
Alunos do 5.º ano do ensino fundamental	12	13	16
Alunos do 9.º ano do ensino fundamental	18	20	20
Alunos da 3.ª/4.ª série do ensino médio	21	24	23

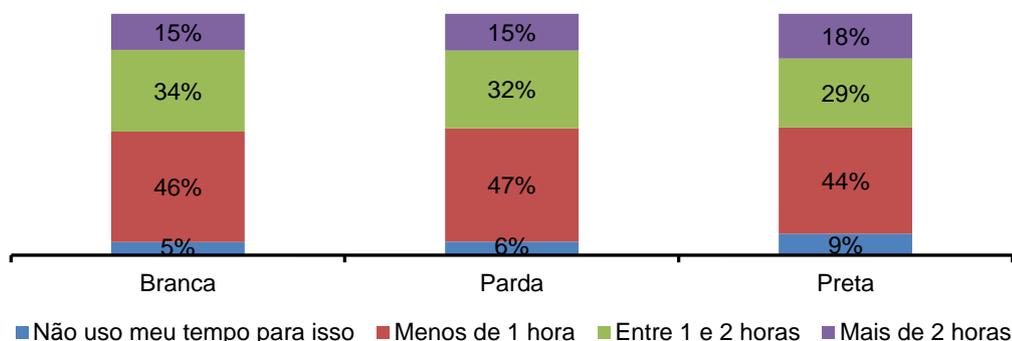
Fonte dos dados brutos: Censo da Educação Superior (INEP, 2021b).

Nota: Dados obtidos do Questionário do Aluno do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

Há um maior percentual de alunos pretos do que pardos e brancos que não dedicam tempo em casa para estudar. Esses alunos também têm menor percentual dos que dedicam entre uma e duas horas diárias de estudo em casa. No entanto, apresentam maior percentual entre os que dedicam mais de duas horas diárias.

Gráfico 22

Tempo de estudo em casa de alunos do 5.º ano do ensino fundamental, por raça/cor, no Rio Grande do Sul — 2019



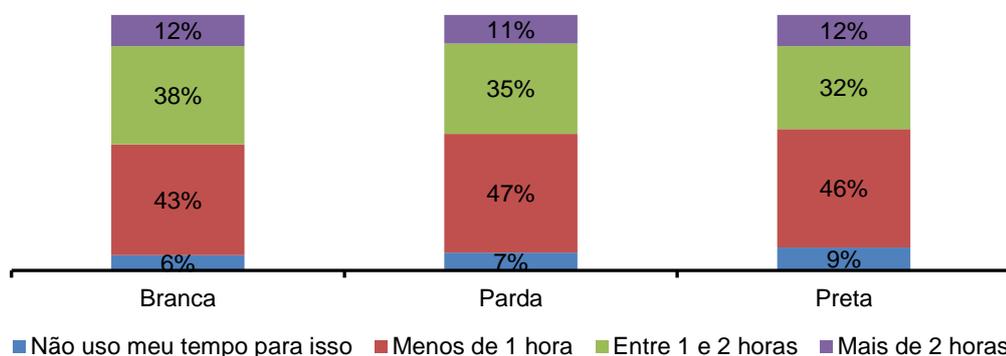
Fonte dos dados brutos: Censo da Educação Superior (INEP, 2021b).

Nota: Dados obtidos do Questionário do Aluno do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

Entre os alunos do 9.º ano do ensino fundamental, os pretos também apresentam maior percentual do que os brancos e os pardos dos que não dedicam qualquer tempo para estudar em casa. Os alunos negros apresentam maiores percentuais entre os que dedicam menos de uma hora diária aos estudos, mas os brancos apresentam percentual maior dos que dedicam entre uma e duas horas. Os percentuais assemelham-se quando considerados os que dedicam mais de duas horas.

Gráfico 23

Tempo de estudo em casa de alunos do 9.º ano do ensino fundamental, por raça/cor, no Rio Grande do Sul — 2019



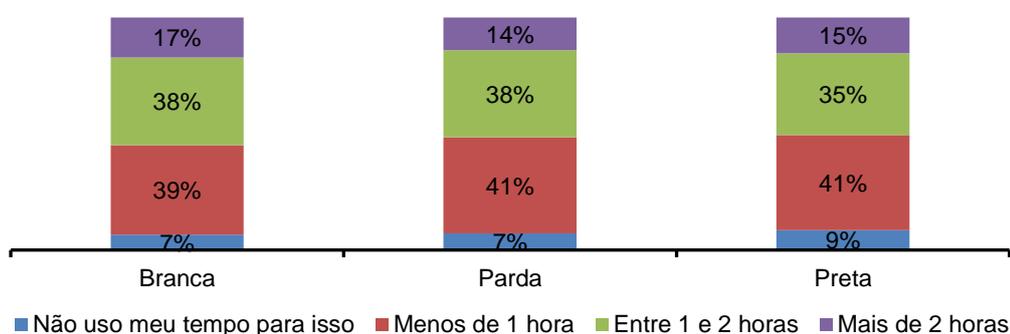
Fonte dos dados brutos: Censo da Educação Superior (INEP, 2021b).

Nota: Dados obtidos do Questionário do Aluno do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

Um cenário semelhante ao dos alunos do 9.º ano ocorre entre os da série final do ensino médio: pretos com maior percentual dos que não dedicam qualquer tempo ao estudo em casa. No entanto, nessa série, os alunos brancos apresentam maior percentual entre os que dedicam mais de duas horas.

Gráfico 24

Tempo de estudo em casa de alunos de 3.ª ou 4.ª série do ensino médio, por raça/cor, no Rio Grande do Sul — 2019



Fonte dos dados brutos: Censo da Educação Superior (INEP, 2021b).

Nota: Dados obtidos do Questionário do Aluno do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

Os alunos brancos de todas as séries aqui consideradas apresentam maiores percentuais de indivíduos que não trabalham. A maior diferença de pontos percentuais ocorre entre os alunos brancos e pretos do 5.º ano do ensino fundamental.

Tabela 6

Alunos que não dedicam tempo para trabalhar fora de casa, por raça/cor e etapa de ensino, no Rio Grande do Sul — 2019

	(%)		
ETAPA DE ENSINO	BRANCA	PARDA	PRETA
Alunos do 5.º ano do ensino fundamental	87	86	82
Alunos do 9.º ano do ensino fundamental	71	69	70
Alunos da 3.ª/4.ª série do ensino médio	42	39	41

Fonte dos dados brutos: Censo da Educação Superior (INEP, 2021b).

Nota: Dados obtidos do Questionário do Aluno do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

Por fim, o questionário do SAEB 2019 perguntou aos alunos dos anos finais dos níveis de ensino fundamental e médio quais as expectativas em relação ao futuro: se continuariam somente estudando, se desejariam trabalhar e estudar ou se iriam somente trabalhar. Entre os alunos do 9.º ano do EF, os que se classificaram como brancos apresentaram maior percentual dos que iriam somente continuar a estudar, sem a necessidade de trabalhar. O mesmo ocorreu entre os alunos do ano final do EM. Os pretos do 9.º ano apresentaram maior percentual de estudantes consideraram apenas trabalhar ao final do ensino fundamental.

Tabela 7

Aspirações dos alunos do 9.º ano para depois do ensino médio, por raça/cor, no Rio Grande do Sul — 2019

	(%)		
RESPOSTAS DOS ALUNOS	BRANCA	PARDA	PRETA
Ainda não sei	10	10	11
Somente continuar estudando	16	12	11
Continuar estudando e trabalhar	71	75	73
Somente trabalhar	4	4	5

Fonte dos dados brutos: Censo da Educação Superior (INEP, 2021b).

Nota: Dados obtidos do Questionário do Aluno do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

Tabela 8

Aspirações dos alunos de 3.ª ou 4.ª série para após o ensino médio, por raça/cor, no Rio Grande do Sul — 2019

	(%)		
RESPOSTAS DOS ALUNOS	BRANCA	PARDA	PRETA
Ainda não sei	8	9	9
Somente continuar estudando	8	5	5
Continuar estudando e trabalhar	79	81	79
Somente trabalhar	5	6	7

Fonte dos dados brutos: Censo da Educação Superior (INEP, 2021b).

Nota: Dados obtidos do Questionário do Aluno do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

O Censo Escolar 2020 aponta que há 3.899 alunos em escolas municipais que estão localizadas em comunidades remanescentes de quilombos no Rio Grande do Sul, mas não necessariamente morando nessas comunidades. De outro lado, 1.857 de estudantes afirmaram morar em áreas onde se localizam comunidades remanescentes de quilombos. Desses, 98% estudam em instituições municipais.

É possível caracterizar a presença ou a ausência de alguns recursos de infraestrutura e pedagógicos nas escolas localizadas em territórios de comunidades remanescentes de quilombolas e, então, comparar esses mesmos dados com as escolas que não estão localizadas em áreas diferenciadas (territórios indígenas e áreas de assentamento). Enquanto as escolas localizadas em territórios de comunidades remanescentes de quilombolas apresentam maiores percentuais de não oferecer *tablet* e *desktops* para uso dos alunos, de não possuir laboratórios de ciências e de informática, e de não ter acesso à *internet* para os alunos e para aprendizagem, seus percentuais de não oferecer computadores portáteis para os alunos e de não possuir quadra de esportes,

refeitório, biblioteca, banda larga, água potável e sala de atendimento especializado são menores.

Tabela 9

Percentual de escolas com falta alguns itens de infraestrutura e dispositivos tecnológicos em comunidades remanescentes de quilombolas e em áreas consideradas não diferenciadas do Rio Grande do Sul — 2020

DISCRIMINAÇÃO	AUSÊNCIA EM ESCOLAS DE COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOLAS	AUSÊNCIAS NAS ESCOLAS NÃO LOCALIZADAS EM ÁREAS DIFERENCIADAS
Tablet para uso dos alunos	91,8	88,7
Laboratório de Ciências	90,2	79,4
Laboratório de Informática	63,9	54,9
Acesso à internet para os alunos	54,1	53,4
Computador portátil para uso dos alunos	45,9	62,1
Quadra de esportes	44,3	59,7
Refeitório	18,0	25,5
Internet para aprendizagem	42,6	38,7
Desktop para uso dos alunos	41,0	39,2
Biblioteca	59,0	61,7
Banda larga	6,6	9,0
Água potável	18,0	21,0
Sala de atendimento especializado	42,6	62,4

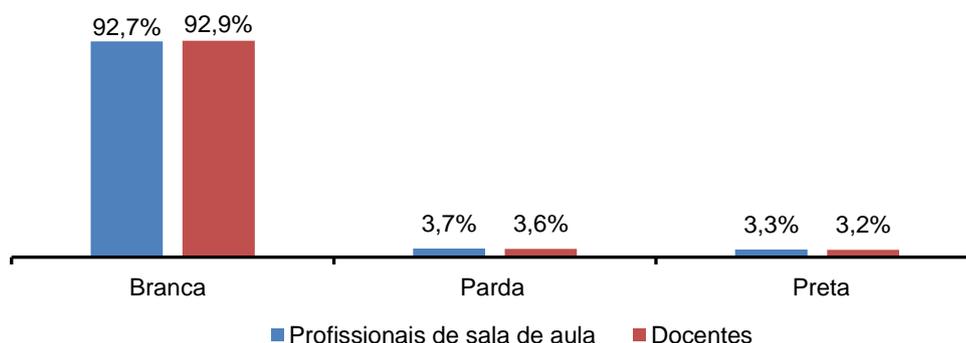
Fonte dos dados brutos: Censo Escolar 2020 (INEP, 2021c).

Nota: dados obtidos do Formulário de Escola do Censo Escolar 2020.

Dos profissionais de sala de aula⁵ que declararam raça/cor, 92,7% são brancos, 3,7% são pardos, e 3,3% são pretos. Esses percentuais praticamente se repetem quando analisados exclusivamente os que ocupam as posições de docência⁶, como mostra o Gráfico 25.

Gráfico 25

Raça/cor dos profissionais de sala de aula no Rio Grande do Sul — 2020



Fonte dos dados brutos: Censo Escolar 2020 (INEP, 2021c).

Nota: Dados obtidos do Formulário de Escola do Censo Escolar 2020.

⁵ Essa categoria, para o Censo Escolar, engloba as seguintes funções: docente; auxiliar/assistente educacional; profissional/monitor de atividade complementar; tradutor-intérprete de Libras; docente titular - coordenador de tutoria (de módulo ou disciplina) - EAD; docente tutor - auxiliar (de módulo ou disciplina) - EAD; guia intérprete e profissional de apoio escolar para alunos com deficiência (Lei 13.146/2015).

⁶ Docente, docente titular - coordenador de tutoria (de módulo ou disciplina) - EAD; e docente tutor - auxiliar (de módulo ou disciplina) - EAD.

Em relação à sua escolaridade, os docentes negros possuem menores índices de ensino superior completo em comparação aos brancos. Enquanto pardos e pretos apresentam, respectivamente, percentuais de 93,5% e 91,9% de professores possuidores de diplomas de nível superior, os brancos têm no mesmo conjunto de indivíduos o índice de 95,5%. Conseqüentemente, os docentes negros apresentam maiores percentuais no ensino médio completo, que aponta menos anos de estudo que o ensino superior.

Tabela 10

Escolaridade dos docentes, por raça/cor, no Rio Grande do Sul — 2020

NÍVEIS DE ESCOLARIDADE	(%)		
	BRANCA	PARDA	PRETA
Ensino fundamental incompleto	0,0	0,0	0,1
Ensino fundamental completo	0,1	0,2	0,1
Ensino médio completo	4,4	6,3	7,9
Ensino superior completo	95,5	93,5	91,9

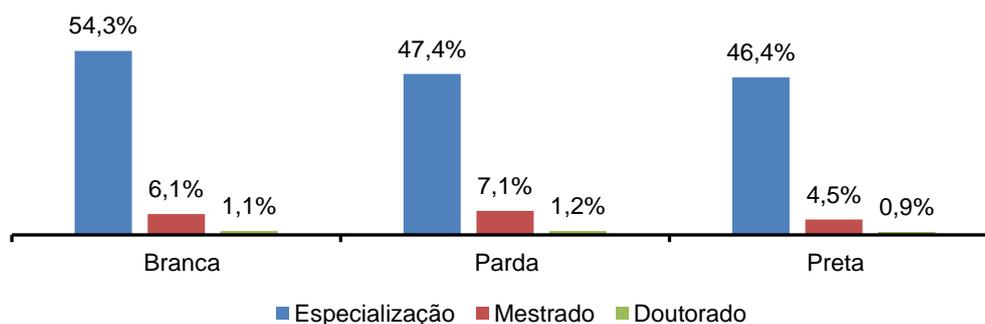
Fonte dos dados brutos: Censo Escolar 2020 (INEP, 2021c).

Nota: dados obtidos do Formulário de Profissional Escolar em sala de aula do Censo Escolar 2020

Essas desigualdades também se reproduzem no acesso aos cursos de pós-graduação. De forma geral, os professores brancos têm maior proporção de indivíduos com cursos de especialização que professores negros. No entanto, no nível de mestrado e doutorado, os professores pardos apresentam um percentual um pouco mais elevado que os professores brancos.

Gráfico 26

Professores com cursos de pós-graduação no Rio Grande do Sul — 2020



Fonte dos dados brutos: Censo Escolar 2020 (INEP, 2021c).

Nota: Dados obtidos do Formulário de Profissional Escolar em sala de aula do Censo Escolar 2020.

3.2 Ensino superior

3.2.1 Alunos

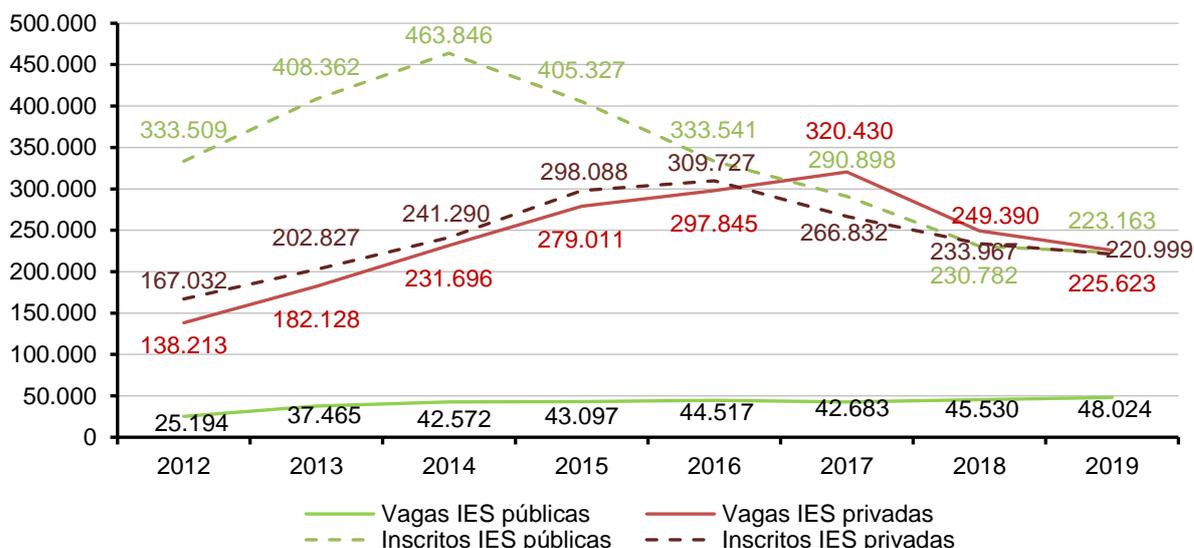
O acesso ao ensino superior é importante para aumentar a disponibilidade de mão de obra altamente qualificada, além de ser uma estratégia de inclusão social por meio da redução das desigualdades socioeconômicas. Historicamente, o acesso ao ensino superior no Brasil esteve restrito a uma elite da população. Isso, por sua vez,

implicou a manutenção, a reprodução e o aprofundamento das desigualdades sociais e econômicas.

O Gráfico 27 mostra a evolução da oferta e da demanda por ensino superior no Rio Grande do Sul, representadas, respectivamente, pelo número de vagas (oferta) e de inscritos em todos os processos seletivos das instituições de ensino superior (IES), incluindo vestibulares e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), seja para as novas vagas ou para as vagas remanescentes que não foram preenchidas.

Gráfico 27

Número de inscritos e de vagas nas instituições de ensino superior (IES), por redes de ensino, do Rio Grande do Sul — 2012-19



Fonte: Censo do Ensino Superior (INEP, 2021b).

Pode-se ver que, na rede pública, a demanda de acesso, representada pelo número de inscritos, foi crescente até 2014, quando passou a cair, possivelmente devido à crise econômica, dentre outros fatores⁷, tendo sido superada pelo número de inscritos da rede privada em 2018. Ainda não estão disponíveis os dados de 2020, para que o impacto da pandemia seja avaliado.

No período de 2012 a 2019, o decréscimo no número de inscritos na rede federal foi de 35%, e o aumento no número de inscritos da rede privada foi de 33%. Essa queda na demanda por vagas na rede federal de ensino superior não foi algo exclusivo do Rio Grande do Sul, pois o mesmo fenômeno ocorreu, ainda que com menor intensidade, em nível nacional⁸.

Também pode-se observar que a demanda por vagas (número de inscritos) na rede pública gaúcha é muito superior à oferta (número de vagas), o que se explica

⁷ Talvez a queda de inscritos na rede pública anterior à queda na rede privada tenha se dado em função da nova determinação para a inscrição do ENEM, na qual o aluno com direito à isenção (por carência ou por ser concluinte do ensino médio na rede pública) que confirmasse a inscrição e não comparecesse para fazer a prova, perderia a isenção no ano seguinte (QUEDA..., 2015).

⁸ O número de inscritos na rede federal, no Brasil, foi de 5.030.483 candidatos em 2012, declinando para 4.398.687 inscritos em 2019, resultando em uma variação negativa de 13%.

pela gratuidade dos cursos e, em geral, por melhores avaliações dos mesmos nas IES federais, comparativamente a IES de outras redes de ensino.

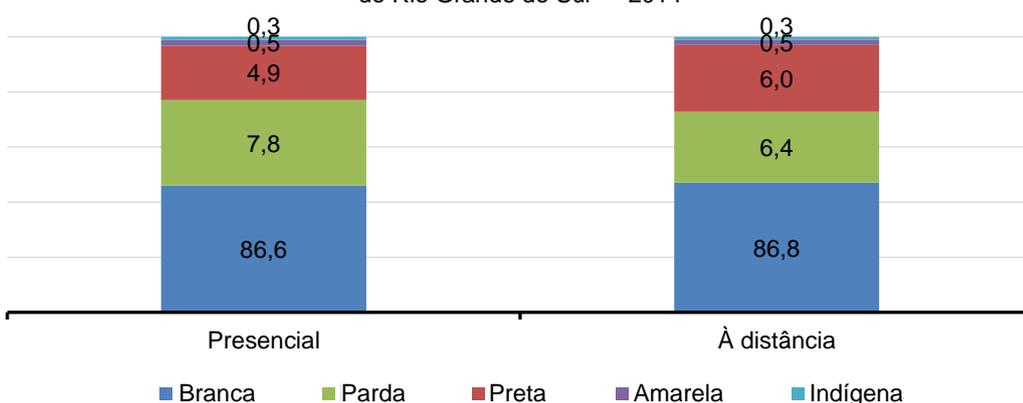
Por outro lado, a oferta e a demanda de acesso nas IES privadas são equilibradas, o que pode ser notado pela proximidade das curvas do número de inscritos e de número de vagas. O número de vagas nas IES privadas superou o número de inscritos em 2017, quando passou a ocorrer um excesso de oferta em relação à demanda por ensino superior nesse segmento⁹.

É importante também avaliar a relação entre número de concluintes e de ingressantes, a fim de ter um indicador que represente o grau relativo de sucesso desse sistema em formar graduandos, o que pode ser feito mediante o cálculo da Taxa de Conclusão de Cursos de Graduação (TCG)¹⁰. Para calcular a TCG, usam-se dados do número de concluintes de 2019 (ver Gráfico 30) e de ingressantes em 2014 no ensino superior — presencial e ensino à distância (EAD) — do Rio Grande do Sul (Gráfico 29), considerando que, de acordo com as estimativas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o tempo médio de conclusão de um curso de graduação é de cinco anos.

Os dados por raça/cor apresentados a seguir são relativos apenas aos indivíduos cuja raça foi declarada no Censo do Ensino Superior. Em 2014, como observado no Gráfico 28, o número dos indivíduos que não declararam alcançou 33,4% (o menor da série até esse ano). A participação de pretos (6%) no total de ingressantes do ensino à distância era maior do que a verificada no ensino presencial (4,9%); no caso dos pardos, ocorria o contrário (6,5% versus 7,8%). Não havia diferença entre as duas modalidades de ensino no que diz respeito à proporção de brancos (86,6% e 86,8%). Os pardos estavam mais sub-representados em comparação com a população gaúcha.

Gráfico 28

Percentual de ingressantes, por raça/cor, no ensino superior presencial e à distância do Rio Grande do Sul — 2014



Fonte: Censo do Ensino Superior (INEP, 2021b).

⁹ O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) passou por transformações importantes a partir de julho de 2015, referentes ao aumento das taxas de juros, restringindo também o teto de renda *per capita* e priorizando as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste entre 2015 e 2017.

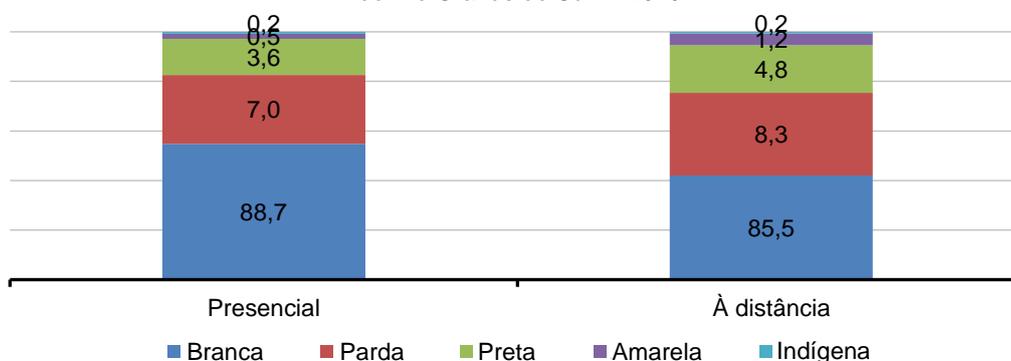
¹⁰ $TCG = \frac{\text{Número de concluintes no ano } n}{\text{Número de ingressantes no ano } n-5}$

Onde *n* é o ano do exercício. Assim, ao dividir o número de concluintes em determinado ano *n* pelo número de ingressantes cinco antes, a TCG mostra a razão em que as vagas disponíveis estão resultando em mais graduandos com nível superior no decorrer do período analisado (LIMA *et al.*, 2019).

No caso dos concluintes de 2019, houve maior percentual de brancos graduando-se no presencial, 88,7%, frente a 85,5% nos cursos à distância (Gráfico 29). São taxas superiores às do ingresso no presencial, mas inferiores ao ingresso no ensino à distância. No caso dos negros, a situação inverteu-se: houve mais participação deles na conclusão do ensino à distância (4,8% e 8,3%) do que na do presencial (3,6% e 7%). São taxas inferiores às do ingresso no presencial, porém, no caso do ensino à distância, são inferiores para os pretos e superiores para os pardos. Cresceu também o percentual de concluintes amarelos para esta última modalidade de ensino. Para os indígenas, grupo bastante reduzido nesse universo, seu peso no total de concluintes é menor do que no ingresso, seja no ensino à distância, seja no presencial.

Gráfico 29

Percentual de concluintes, por raça/cor, no ensino superior presencial e à distância do Rio Grande do Sul — 2019

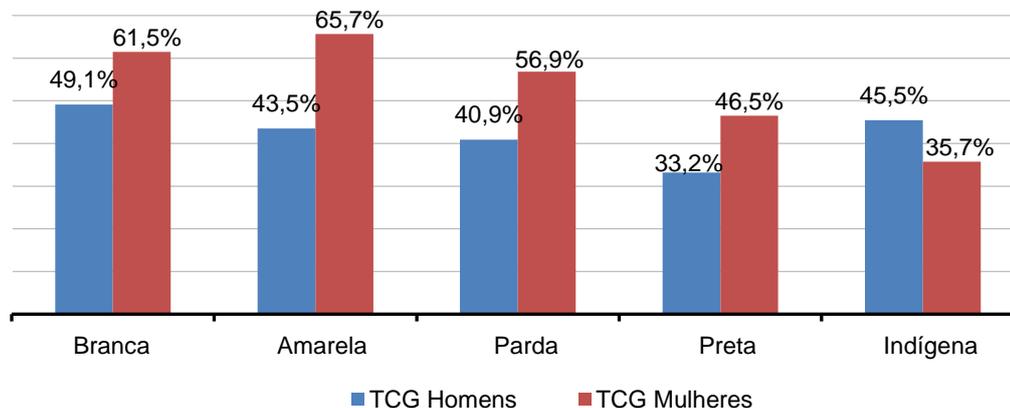


Fonte: Censo do Ensino Superior (INEP, 2021b).

Como era de se esperar, a maior Taxa de Conclusão de Curso ocorreu entre os brancos, como se observa no Gráfico 30. Além disso, a TGC também é sempre maior entre as mulheres. As taxas das mulheres brancas e amarelas foram maiores: 61,5% e 65,7% *versus* 56,9% para as pardas, 46,5% para as pretas e 35,7% para as indígenas. As taxas dos homens brancos também foram superiores, sendo os pretos os únicos que aparecem com taxa inferior a 40%.

Gráfico 30

Taxa de Conclusão da Graduação (TCG), por raça/cor e sexo, no ensino superior presencial do Rio Grande do Sul — 2019

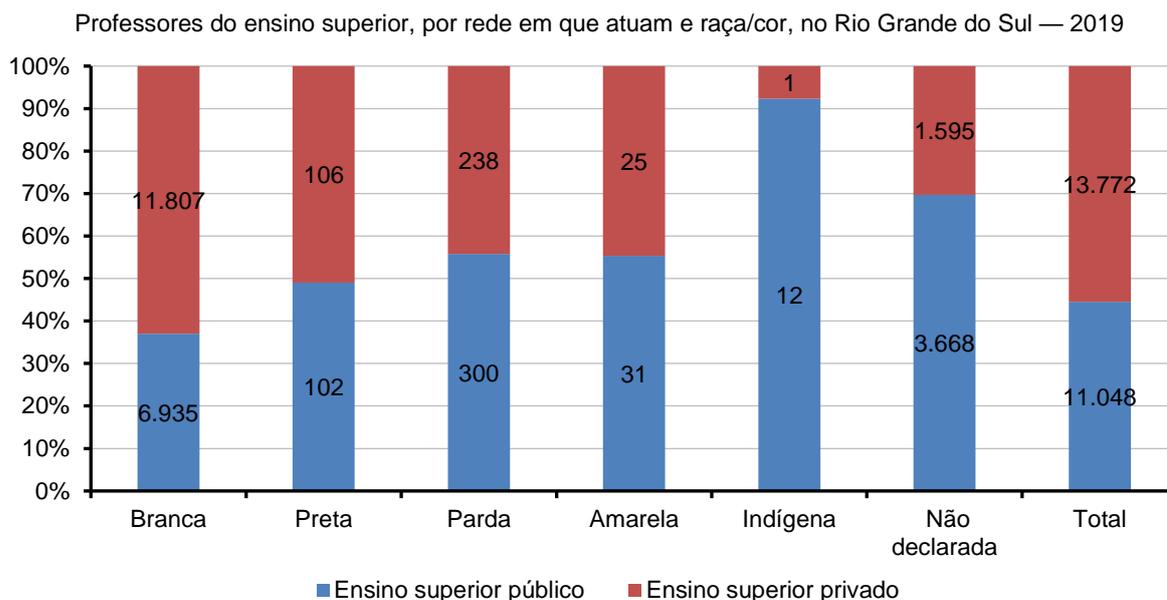


Fonte: Censo do Ensino Superior (INEP, 2021b).

3.2.2 Professores

Há mais professores na rede privada do que na rede pública no Estado. Do total de professores, 21% não se identificaram como sendo de determinada raça/cor. Na distribuição dos professores de cada raça segundo a rede em que atuam, a branca é a única em que o ensino privado detém proporção mais elevada do que sua participação no total de professores (Gráfico 31). Para todas as outras raças, há uma presença relativamente maior delas na rede pública, demonstrando maior diversidade.

Gráfico 31



Fonte: Censo do Ensino Superior (INEP, 2021b).

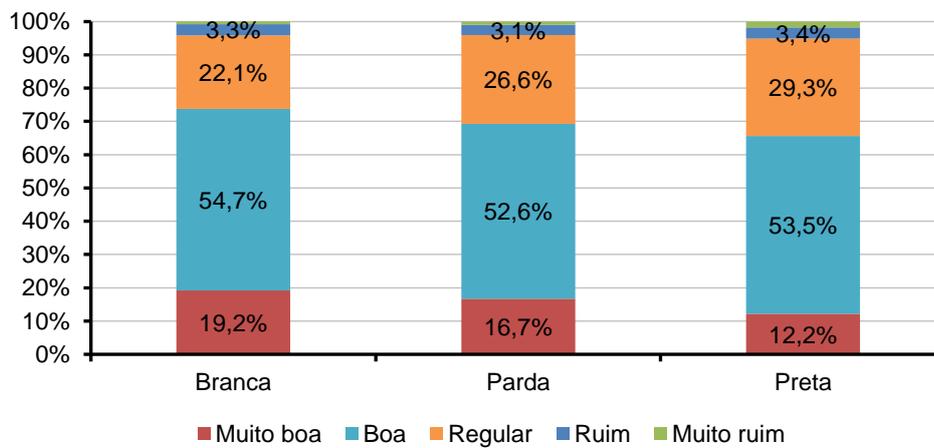
4 Saúde

4.1 Avaliação geral

A Pesquisa Nacional da Saúde de 2019, cujos microdados estão sendo liberados ainda em 2021, permite ver as diferenças de percepção de estado de saúde e de acesso aos serviços entre as raças. O Gráfico 32 aponta que os brancos costumam avaliar melhor o estado de sua saúde, sendo que 19,2% a classificavam como muito boa, contra 16,7% dos pardos e 12,2% dos pretos.

Gráfico 32

Avaliação do estado de saúde em geral, por raça/cor, no Rio Grande do Sul — 2019

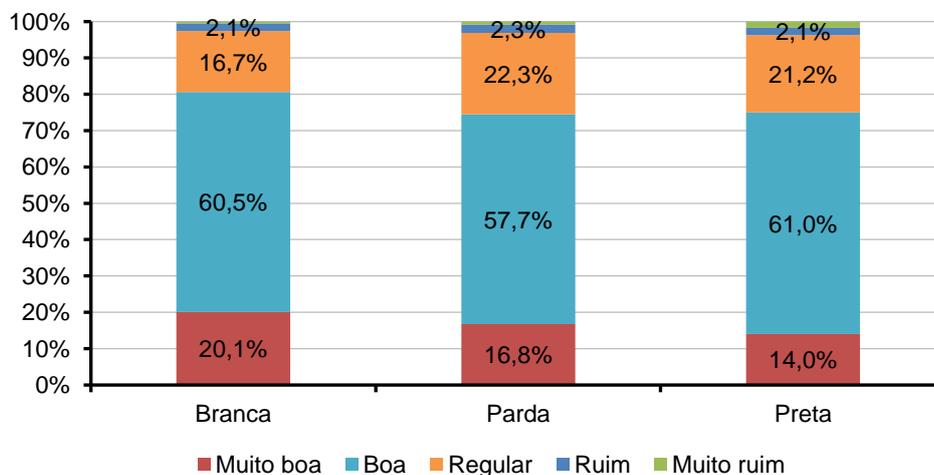


Fonte: Pesquisa Nacional de Saúde 2019 (IBGE, 2021a).

Quando a pergunta considera o bem-estar físico e mental (Gráfico 33), as avaliações boas e muito boas sobem todas um pouco, aproximando os pretos dos pardos, fazendo com que aqueles superem em 0,5 pontos percentual esses últimos. Em ambos os casos, os brancos possuem melhores avaliações.

Gráfico 33

Avaliação de bem-estar físico e mental (não somente a ausência de doenças), por raça/cor, no Rio Grande do Sul — 2019



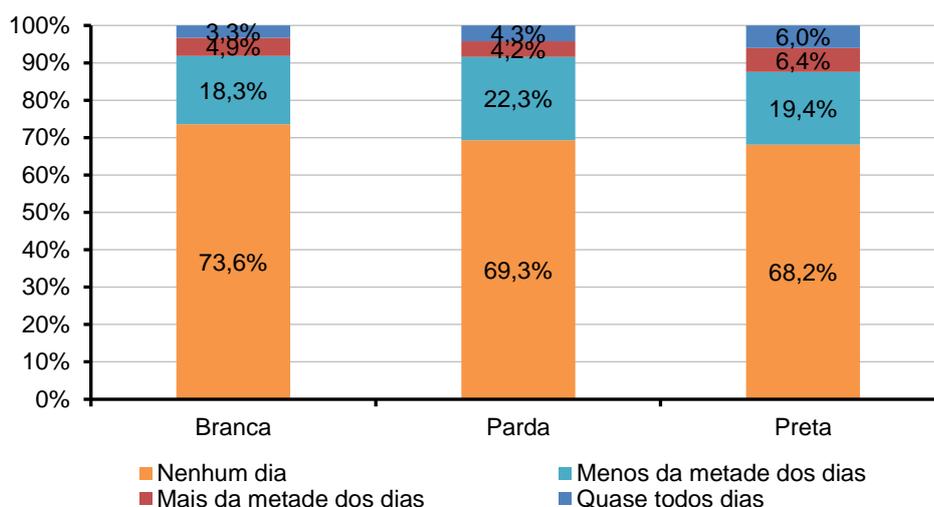
Fonte: Pesquisa Nacional de Saúde 2019 (IBGE, 2021a).

4.2 Saúde mental

Proporção maior (12,4%) de pretos reporta sensação de depressão e de falta de perspectivas mais agudas (quase todos os dias e mais da metade dos dias), comparativamente a brancos (8,2%) e pardos (8,5%). No entanto, os pardos também têm proporção grande daqueles com tal sensação em menos da metade dos dias (22,3%) (Gráfico 34).

Gráfico 34

Frequência com que se sentiu deprimido(a), “pra baixo” ou sem perspectiva nas duas semanas anteriores, por raça/cor, no Rio Grande do Sul — 2019

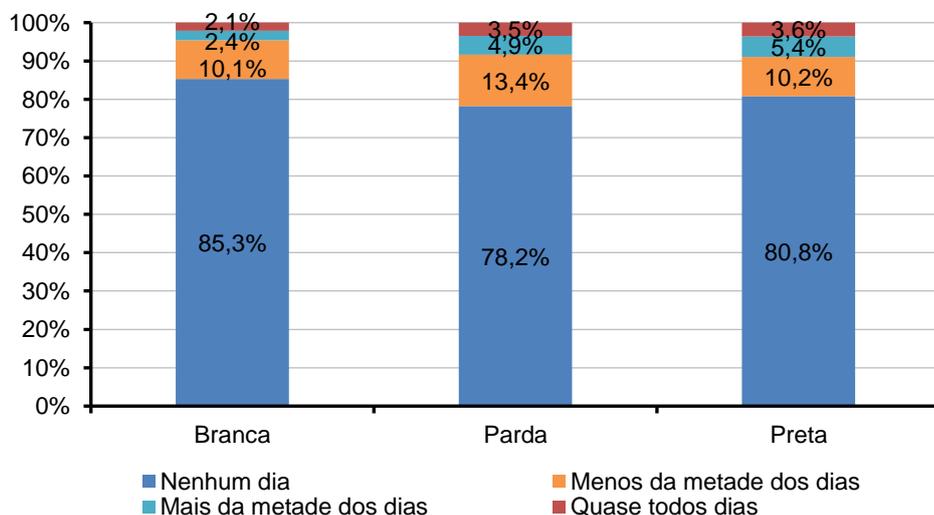


Fonte: Pesquisa Nacional de Saúde 2019 (IBGE, 2021a).

Os pretos são os que mais possuem o sentimento de fracasso ou de ter decepcionado a família todos os dias ou mais da metade dos dias (9%), seguidos dos pardos (8,4%). Já entre os brancos, esse percentual cai aproximadamente pela metade (4,5%).

Gráfico 35

Frequência com que se sentiu mal consigo mesmo, se achou um fracasso ou achou que decepcionou sua família nas duas semanas anteriores, por raça/cor, no Rio Grande do Sul — 2019

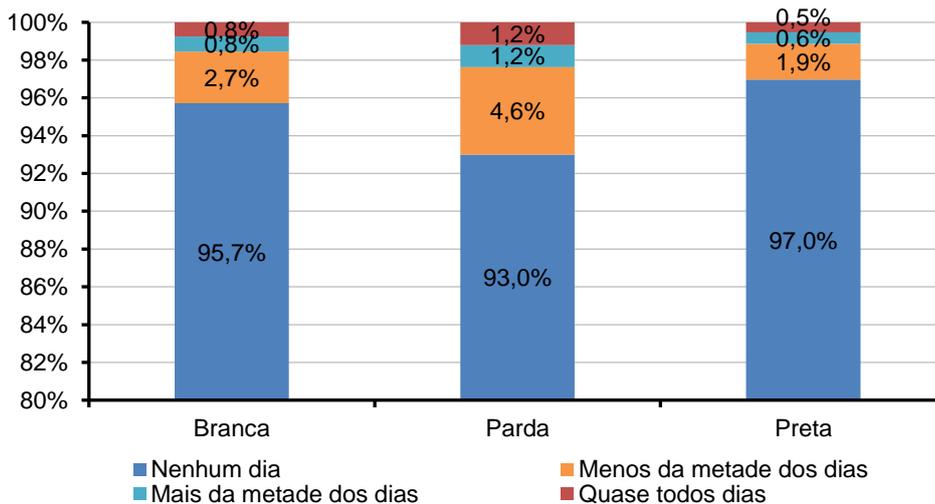


Fonte: Pesquisa Nacional de Saúde 2019 (IBGE, 2021a).

Em relação a pensamentos suicidas, estes são mais comuns entre os pardos (7%), do que entre os brancos (4,3%) ou entre os pretos (3%). Embora os brancos sempre tenham proporções menores de pessoas que se sintam deprimidas, fracassadas ou que pensem em suicídio, pretos e pardos alternam-se quanto à maior proporção dos que externam depressão ou pensamentos suicidas.

Gráfico 36

Frequência com que pensou em se ferir de alguma maneira ou achou que seria melhor estar morto nas duas semanas anteriores, por raça/cor, no Rio Grande do Sul — 2019



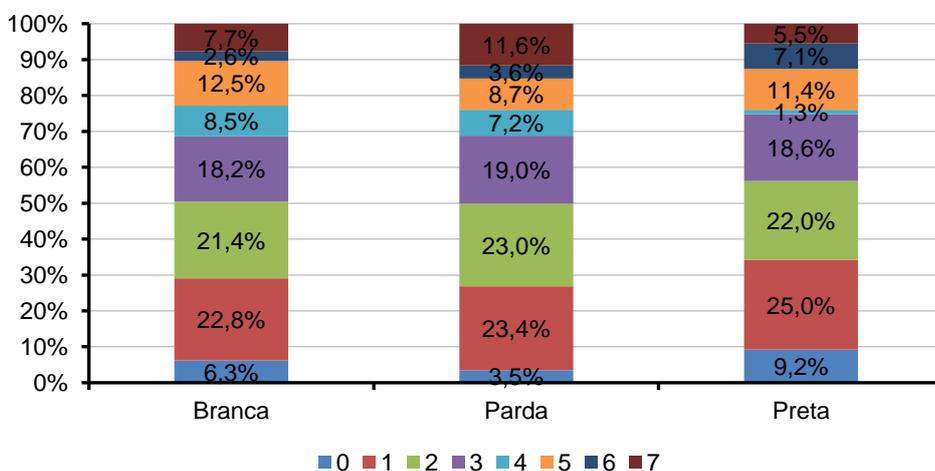
Fonte: Pesquisa Nacional de Saúde 2019 (IBGE, 2021a).

4.3 Prática de esportes

No Gráfico 37, a frequência de dias por semana de prática de algum exercício físico mostra mais sedentarismo entre os pretos (9,2% não praticam esportes nenhum dia por semana), assim como também são os pretos que têm menos da metade dos entrevistados respondendo que praticam três dias ou mais.

Gráfico 37

Dias por semana de prática de algum tipo de exercício físico ou esporte nos últimos três meses, por raça/cor, no Rio Grande do Sul — 2019



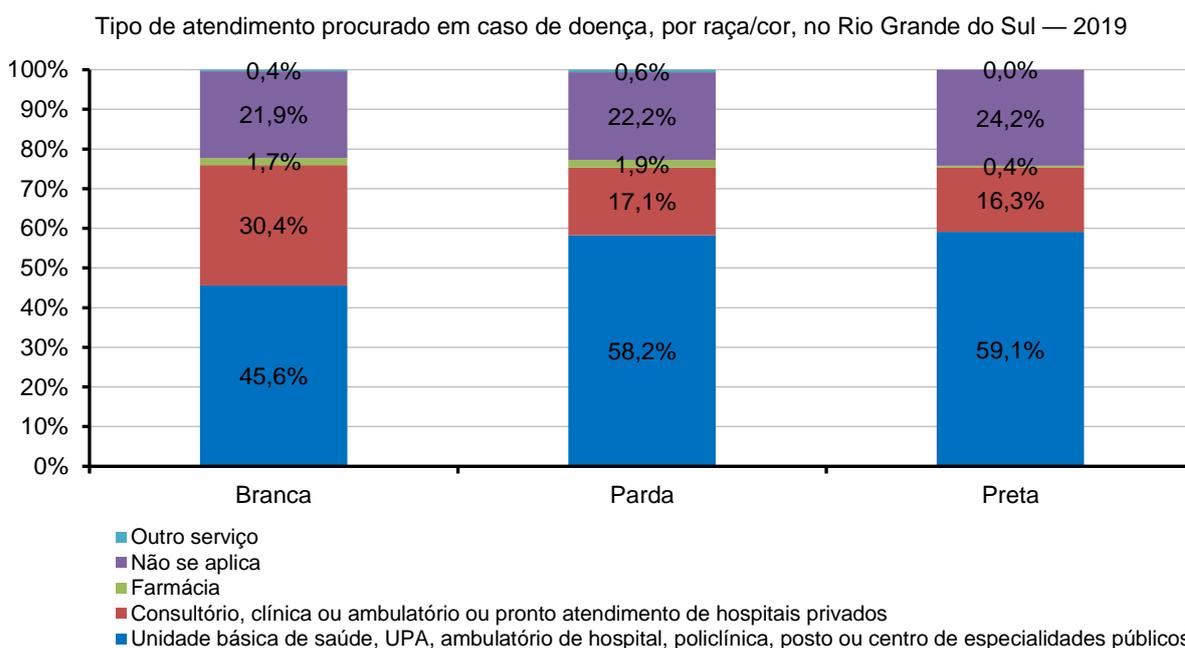
Fonte: Pesquisa Nacional de Saúde 2019 (IBGE, 2021a).

A prática de esportes nem sempre é facilitada, porque envolve necessidade de espaço adequado¹¹ e de recursos (disponibilidade de tempo e de dinheiro).

4.4 Acesso ao atendimento de saúde

Em relação ao tipo de serviço buscado em caso de doença, os brancos possuem mais acesso aos serviços privados de saúde, quase o dobro do que os pretos e os pardos (30,4% versus 16,3% e 17,1%), ao passo que mais da metade de pretos e pardos procuram os serviços públicos.

Gráfico 38

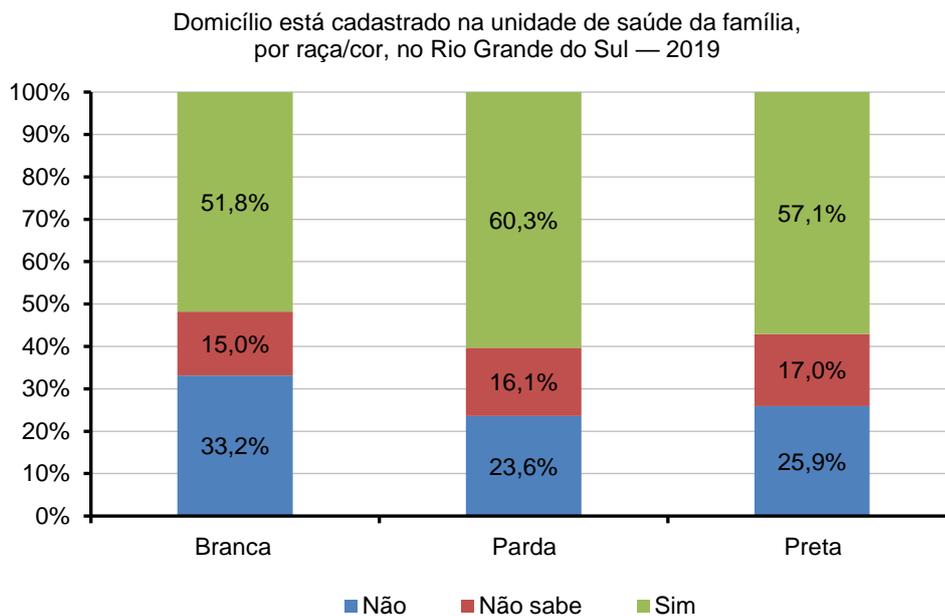


Fonte: Pesquisa Nacional de Saúde 2019 (IBGE, 2021a).

Como se percebe no Gráfico 39, pretos (57,1%) e pardos (60,3%) têm maior proporção de domicílios cadastrados na Unidade de Saúde da Família do que brancos (51,8%).

¹¹ A diferença de acesso a algum lugar público (praça, parque, rua fechada, praia) para fazer caminhada, realizar exercício ou praticar esporte perto do domicílio não é significativa entre as raças: 58,1% dos brancos possuem acesso, 57,5% dos pardos e 56,8% dos pretos.

Gráfico 39

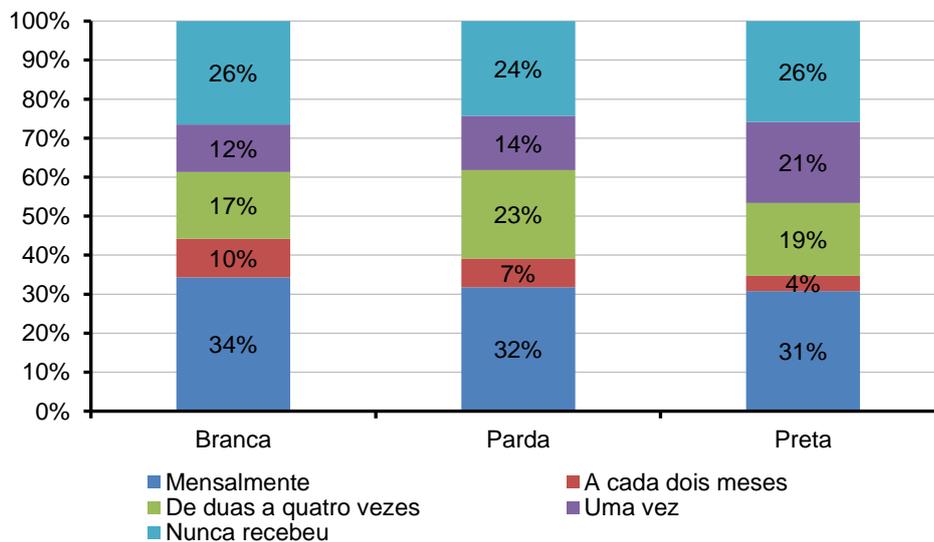


Fonte: Pesquisa Nacional de Saúde 2019 (IBGE, 2021a).

Porém, entre os que estão cadastrados, proporção maior de brancos e pardos receberam atendimento, sendo que a maior proporção de brancos é atendida com mais frequência.

Gráfico 40

Frequência com que o domicílio recebeu visita de algum agente comunitário ou algum membro da Equipe de Saúde da Família nos últimos 12 meses, por raça/cor, no Rio Grande do Sul — 2019



Fonte: Pesquisa Nacional de Saúde 2019 (IBGE, 2021a).

4.4 Internações e óbitos na pandemia

No Brasil, são escassos dados relativos ao primeiro ano da pandemia de Covid-19 segundo raça/cor, tanto em nível federal quanto no âmbito dos estados. Diversos autores indicam como principal fator a incompletude no preenchimento do

campo raça/cor nos questionários epidemiológicos que geraram as bases de dados sobre Covid-19 (SANTOS, 2020; GOES; RAMOS; FERREIRA, 2020). Entretanto, dada sua relevância na condução das ações em saúde e redução das iniquidades, é essencial a construção de indicadores por raça/cor. Portanto, no presente estudo, busca-se descrever a relação de raça/cor com desfechos como letalidade hospitalar e internação em unidades de terapia intensiva (UTIs) para pacientes internados com Covid-19 no Rio Grande do Sul.

Foram utilizados dados de internações por Covid-19 obtidos via Sivep-Gripe, referentes ao período de março de 2020 a junho de 2021. Informações sociodemográficas foram obtidas via registros do CadÚnico¹², por apresentarem uma maior proporção de preenchimento para a variável raça/cor, além de permitirem uma comparação por renda¹³. Os dados do CadÚnico são referentes a maio de 2021. Foram incluídos nas análises apenas internados por Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) por Covid-19, maiores de 18 anos, com inscrição no CadÚnico e com informação de Cadastro de Pessoa Física (CPF) tanto no CadÚnico como no Sivep-Gripe. A informação de CPF é necessária para a união das duas bases de dados.

Em maio de 2021, havia, no RS, 1.658.706 pessoas com idade igual ou superior a 18 anos cadastradas no CadÚnico. A maior parte dos adultos cadastrados era de raça/cor branca (77,6%), do sexo feminino (60,9%), com idade entre 30 e 59 anos (49,7%) e com renda até R\$ 178,00 (Tabela 11). Para a avaliação das internações por Covid-19, indivíduos de raça/cor amarela (0,2%) e indígena (0,5%) foram excluídos das análises por representarem uma parcela muito pequena da população em estudo (Tabela 12).

¹² O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal identifica e caracteriza famílias de baixa renda. Desde 2003, o Cadastro Único tornou-se o principal instrumento para a seleção e a inclusão de famílias em programas federais, podendo também ser utilizado pelos demais entes federados. Ele funciona como porta de entrada para acesso a diversas políticas públicas. É usado, obrigatoriamente, para a concessão do Bolsa Família, da Tarifa Social de Energia Elétrica, do Programa Minha Casa Minha Vida, dentre outros (BRASIL, 2020b).

¹³ Cruzamento realizado entre as informações relativas à raça/cor das duas bases (ESUS de 21 fev./2021 e CadÚnico de nov./2020) encontrou grande discrepância entre os dados, variando entre 12% de discrepância no caso de brancos e 85% no caso de pardos. Embora, em ambos os casos, valha a autoidentificação, no caso de atendimentos de emergência de saúde o preenchimento dos dados pode não ser efetuado junto ao paciente.

Tabela 11

Distribuição de características sociodemográficas de adultos inscritos no Cadastro Único no Rio Grande do Sul — maio/2021

VARIÁVEIS	NÚMERO	%
Raça/cor		
Branca	1.287.342	77,6
Parda	214.914	13,0
Preta	156.450	9,4
Sexo		
Masculino	648.276	39,1
Feminino	1.010.430	60,9
Idade		
De 18 a 29 anos	437.580	26,4
De 30 a 59 anos	824.993	49,7
De 60 a 79 anos	345.316	20,8
Maior que 80 anos	50.817	3,1
Renda		
Até R\$ 178,00	704.667	42,5
De R\$ 178,01 a ½ salário mínimo	482.084	29,1
Acima de ½ salário mínimo	471.955	28,5

Fonte de dados brutos: CadÚnico (BRASIL, 2021a).

Nota: Dados de maio/2021.

Tabela 12

Distribuição de adultos inscritos no Cadastro Único internados por Covid-19, por raça/cor, no Rio Grande do Sul — mar./2020-jun./2021

Raça/cor	Frequência	%
Branca	11.130	78,1
Parda	1.788	12,5
Preta	1.227	8,6
Amarela	26	0,2
Indígena	77	0,5
TOTAL	14.248	100,0

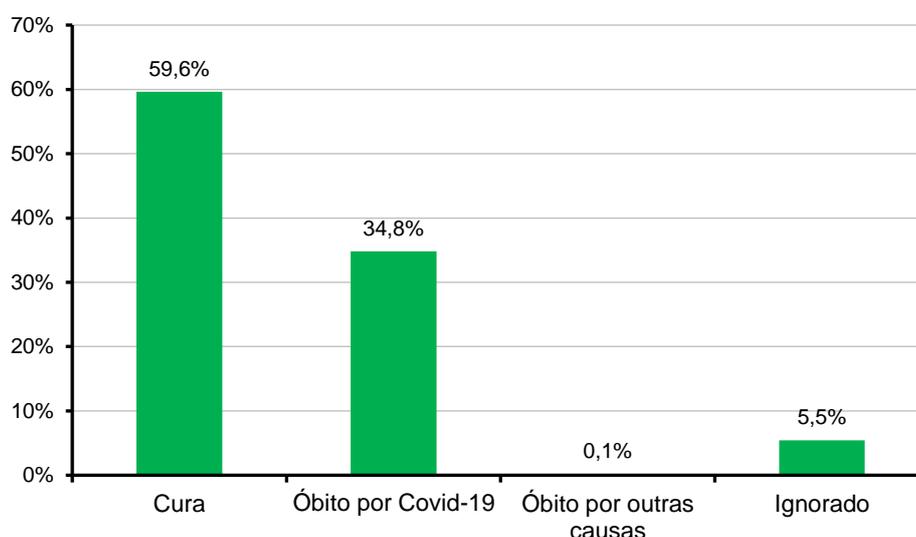
Fonte de dados brutos: Sivep-Gripe (RIO GRANDE DO SUL, 2021).

4.4.1 Internações por Covid-19 de adultos inscritos no CadÚnico

Entre março de 2020 e junho de 2021, ocorreram 14.145 internações por Covid-19 de adultos inscritos no CadÚnico no Rio Grande do Sul. Desses, 8.436 (59,6%) tiveram como desfecho a cura; 4.922 (34,8%), o óbito por Covid-19; 16 (0,1%), o óbito por outras causas; e 771 (5,5%) ainda estão com desfecho ignorado (Gráfico 41). O desfecho ignorado usualmente ocorre para casos mais recentes, quando o paciente ainda está internado (Gráfico 42).

Gráfico 41

Evolução de adultos inscritos no Cadastro Único internados por Covid-19 no Rio Grande do Sul — mar./2020-jun./2021

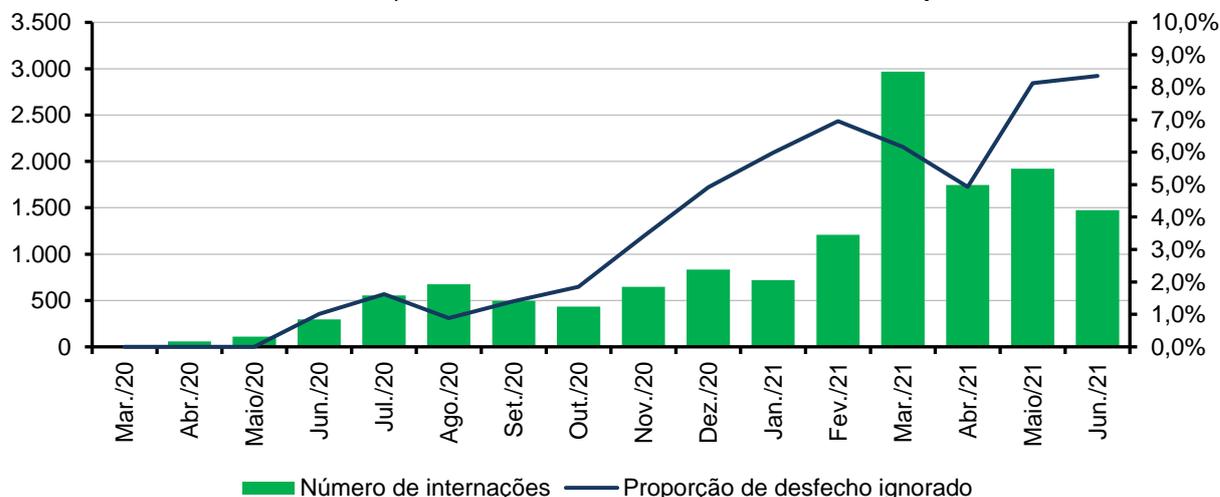


Fonte de dados brutos: Sivep-Gripe (RIO GRANDE DO SUL, 2021).
CadÚnico (BRASIL, 2021a).

Nota: Dados do CadÚnico de maio/2021.

Gráfico 42

Número de internações e proporção da evolução do desfecho "ignorado" para adultos inscritos no Cadastro Único internados por Covid-19 no Rio Grande do Sul — mar./2020-jun./2021



Fonte de dados brutos: Sivep-Gripe (RIO GRANDE DO SUL, 2021).
CadÚnico (BRASIL, 2021a).

Nota: Dados do CadÚnico de maio/2021.

Entre os adultos do CadÚnico internados por Covid-19, 78,7% eram de raça/cor branca, 12,6% eram de raça/cor parda, e 8,7%, preta. A maior parte dos adultos cadastrados internados por Covid-19 era do sexo feminino (57,6%), com idade entre 30 e 59 anos (45,5%), com renda acima de meio salário mínimo (46,6%) e com pelo menos um fator de risco para Covid-19 (75,4%) (Tabela 13). Comparando o perfil dos internados com o do total de cadastrados, observou-se uma distribuição semelhante

para as variáveis raça/cor e sexo. Porém entre os internados há uma proporção bem maior de idosos e de pessoas nas faixas mais altas de renda do CadÚnico.

Ao se analisar os dados de acordo com raça/cor, há uma proporção mais elevada de mulheres entre indivíduos de raça/cor preta. Os internados eram mais jovens entre negros do que entre brancos. Mesmo avaliando apenas pessoas do CadÚnico, uma maior proporção de baixa renda foi observada entre pretos e pardos internados do que entre os brancos internados (31,5%, 29,0% e 23,2% respectivamente). Em relação à presença de fatores de risco relacionados à Covid-19, pessoas pretas internadas apresentaram maior prevalência de fatores de risco (83,0%) do que as brancas ou as pardas, ambas com 74,7%.

Tabela 13

Distribuição de características sociodemográficas e presença de fatores de risco para Covid-19, por raça/cor, de adultos inscritos no Cadastro Único internados por Covid-19 no Rio Grande do Sul — mar./2020-jun./2021

	BRANCA		PARDA		PRETA		TOTAL	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Total	11.130	100,0	1.788	100,0	1.227	100,0	14.145	100,0
Sexo								
Masculino	4.835	43,4	724	40,5	432	35,2	5.991	42,4
Feminino	6.295	56,6	1.064	59,5	795	64,8	8.154	57,6
Idade na internação								
De 18 a 29 anos	506	4,5	92	5,1	59	4,8	657	4,6
De 30 a 59 anos	4.928	44,3	907	50,7	600	48,9	6.435	45,5
De 60 a 79 anos	4.719	42,4	673	37,6	484	39,4	5.876	41,5
Maior que 80 anos	977	8,8	116	6,5	84	6,8	1.177	8,3
Renda								
Até R\$ 178,00	2.579	23,2	519	29,0	386	31,5	3.484	24,6
R\$ 178,01 a ½ SM	3.162	28,4	547	30,6	360	29,3	4.069	28,8
Acima de ½ SM	5.389	48,4	722	40,4	481	39,2	6.592	46,6
Possui fator de risco								
Sim	8.310	74,7	1.335	74,7	1.018	83,0	10.663	75,4
Não	2.820	25,3	453	25,3	209	17,0	3.482	24,6

Fonte de dados brutos: Sivep-Gripe (RIO GRANDE DO SUL, 2021).
CadÚnico (BRASIL, 2021a).

Nota: Dados do CadÚnico de maio/2021.

4.4.2 Óbitos por Covid-19 de acordo com raça/cor, sexo, idade e renda dos adultos inscritos no CadÚnico internados por Covid-19

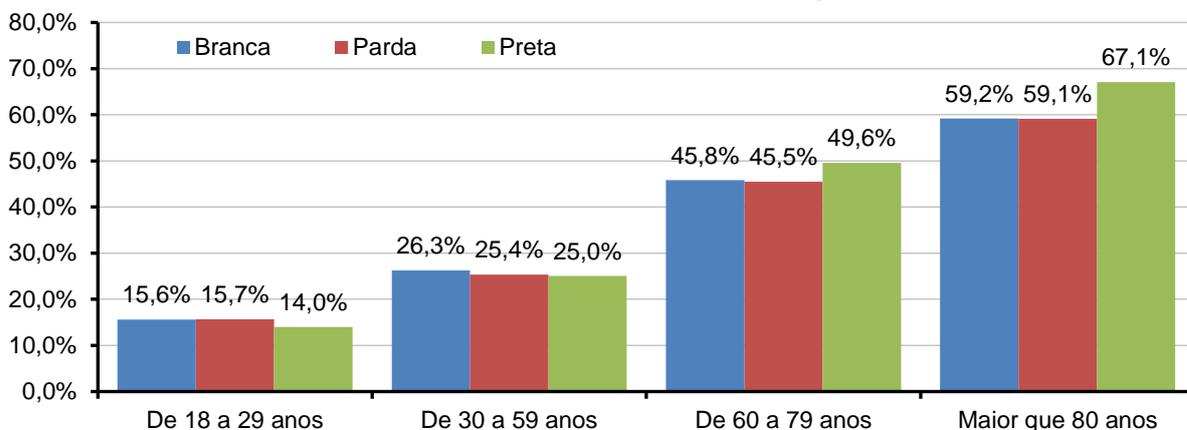
Nesta seção, analisa-se o perfil de evolução dos adultos inscritos no CadÚnico internados por Covid-19. Foram excluídos os pacientes que foram a óbito por outras causas ou com evolução ignorada (podendo ainda estar internados). Portanto, foram avaliados 13.568 pacientes, dos quais 36,8% foram a óbito por Covid-19 e 63,2% foram considerados curados. Com relação à raça/cor daqueles que vieram a óbito por Covid-19, 79,3% são brancos, 12,0% são pardos, e 8,8%, pretos. Observa-se que a distribuição de raça/cor entre os óbitos está bem semelhante à do perfil dos internados.

Conforme o esperado, a letalidade entre os internados aumenta com a idade, passando de 16% entre aqueles com 18 a 29 anos para 60% entre idosos com 80

anos ou mais (Gráfico 43). Comparando as taxas de óbito entre os três grupos de raça/cor, verifica-se que não existe um padrão. Embora, para o total, brancos e pretos apresentem taxa de óbitos semelhante (37%) e levemente superior à dos pardos (34,8%), para os dois grupos de idosos com mais de 60 anos, a taxa é maior entre os pretos. O risco de óbito entre internados com Covid-19 é 8% maior para pessoas de raça/cor preta com idade entre 60 e 79 anos do que para brancos nessa mesma faixa etária. Esse diferencial do risco para os pretos aumenta para 13% ao se analisar a faixa de 80 anos ou mais.

Gráfico 43

Taxa de letalidade por Covid-19 entre adultos inscritos no Cadastro Único internados, por raça/cor e faixa etária, no Rio Grande do Sul — mar./2020-jun./2021



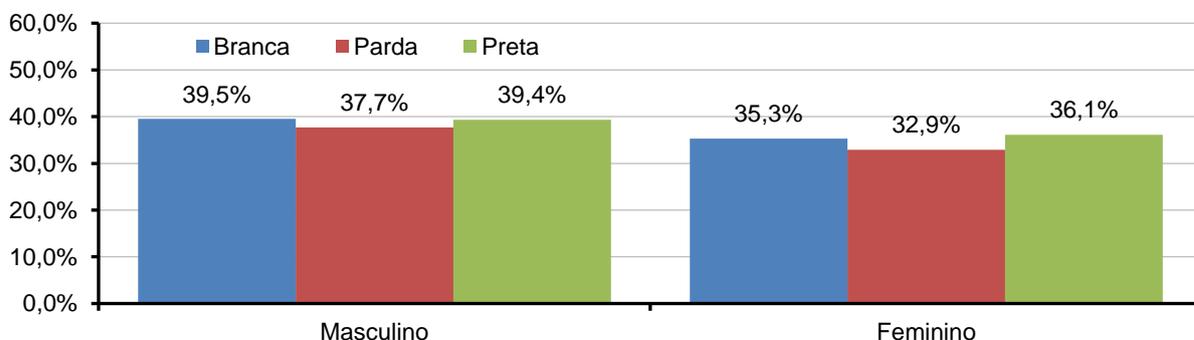
Fonte de dados brutos: Sivep-Gripe (RIO GRANDE DO SUL, 2021).
CadÚnico (BRASIL, 2021a).

Nota: Dados do CadÚnico de maio/2021.

A comparação por sexo mostra uma letalidade levemente superior entre os homens do que entre as mulheres (36% e 35% respectivamente). Ao se avaliar a combinação entre sexo e raça/cor, observam-se valores semelhantes entre os grupos, com taxa de óbito um pouco menor para mulheres pardas (Gráfico 44).

Gráfico 44

Taxa de letalidade por Covid-19 entre adultos inscritos no Cadastro Único internados, por raça/cor e sexo, no Rio Grande do Sul — mar./2020-jun./2021



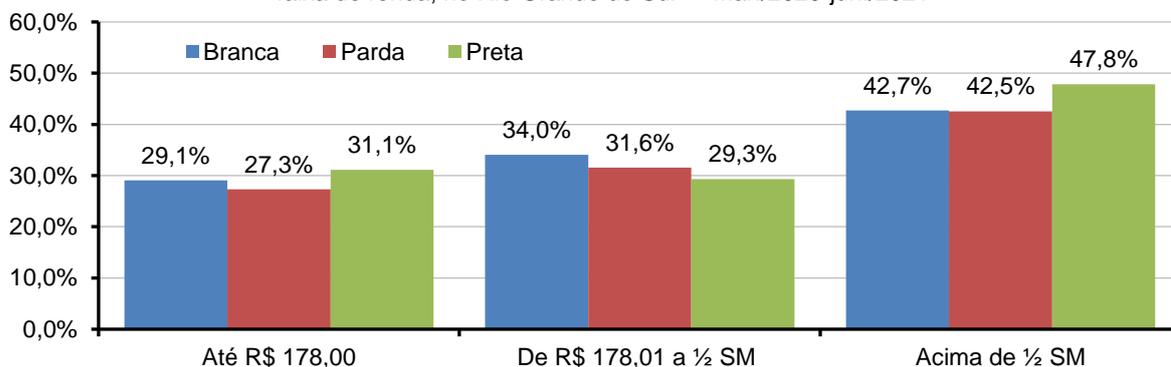
Fonte de dados brutos: Sivep-Gripe (RIO GRANDE DO SUL, 2021).
CadÚnico (BRASIL, 2021a).

Nota: Dados do CadÚnico de maio/2021.

Em relação às faixas de renda, observam-se maiores taxas de óbito para pessoas de raça/cor preta, tanto para o grupo com baixa renda, como para aqueles pertencentes a maior faixa de renda (Gráfico 45). Para a segunda faixa de renda, as maiores letalidades ocorrem para pessoas de raça/cor branca (34,0%), seguidos pelas de raça/cor parda (31,6%). O risco de óbito entre adultos internados com Covid-19 é 12% maior para pessoas de raça/cor preta na terceira faixa de renda, comparadas a pessoas de raça/cor branca nessa mesma faixa de renda. Esse risco reduz-se a 7%, ao se comparar esses mesmos grupos de raça/cor na faixa de renda mais baixa.

Gráfico 45

Taxa de letalidade por Covid-19 entre adultos inscritos no Cadastro Único internados, por raça/cor e faixa de renda, no Rio Grande do Sul — mar./2020-jun./2021



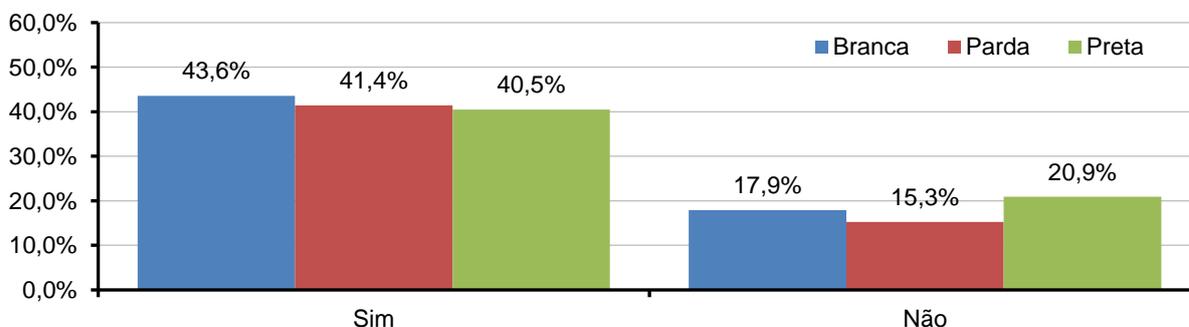
Fonte de dados brutos: Sivep-Gripe (RIO GRANDE DO SUL, 2021).
CadÚnico (BRASIL, 2021a).

Nota: Dados do CadÚnico de maio/2021.

A letalidade entre internados com pelo menos um fator de risco para Covid-19 é 2,4 vezes maior do que entre aqueles sem fatores de risco (43,0% e 17,7% respectivamente) — Gráfico 46. As taxas de óbitos são semelhantes entre os grupos de raça/cor com fatores de risco. Porém, entre aqueles sem fatores de risco, pessoas de raça/cor preta possuem um risco 17% maior de óbito do que pessoas de raça/cor branca.

Gráfico 46

Taxa de letalidade por Covid-19 entre adultos inscritos no Cadastro Único internados, por raça/cor e presença de fatores de risco, no Rio Grande do Sul — mar./2020-jun./2021



Fonte de dados brutos: Sivep-Gripe (RIO GRANDE DO SUL, 2021).
CadÚnico (BRASIL, 2021a).

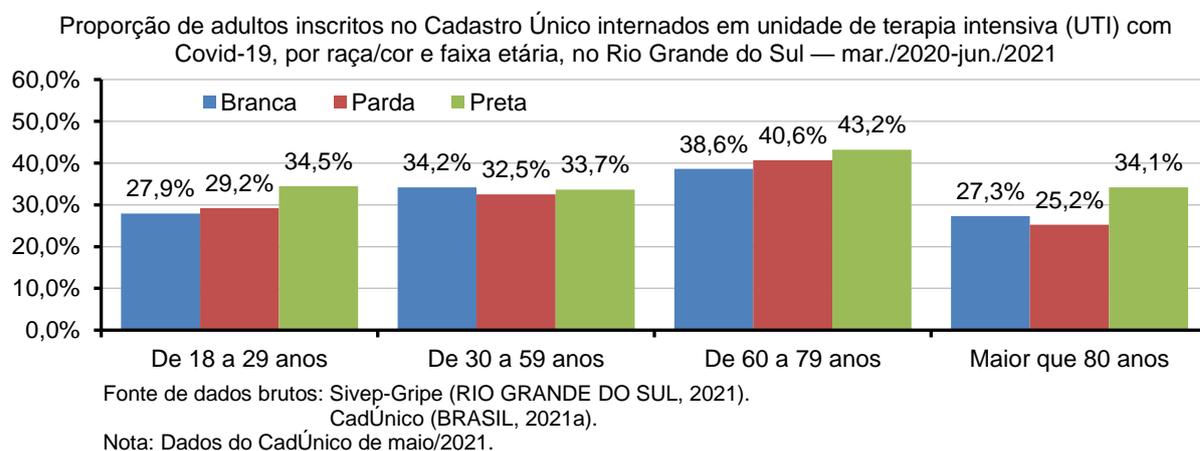
Nota: Dados do CadÚnico de maio/2021.

4.4.3 Internações em UTI devido à Covid-19, por raça/cor, idade e renda

Nesta seção, analisa-se se alguma parte da internação foi em UTI ou não. Foram excluídos os pacientes sem informação para a variável “UTI”. Após essas exclusões, foram avaliados 13.613 pacientes, dos quais 35,3% estiveram internados em UTI.

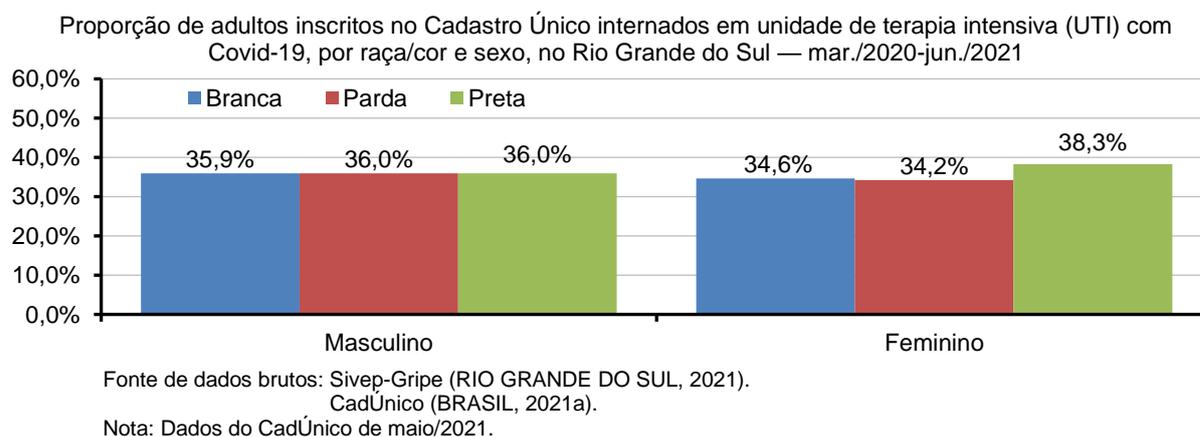
As maiores taxas de internação em UTI ocorreram entre idosos de 60 a 69 anos (39,2%), seguidos por adultos de 30 a 59 anos (33,9%), adultos de 18 a 29 anos (28,7%) e idosos com 80 anos ou mais (27,6%). As taxas de internação em UTI são maiores entre as pessoas de raça/cor preta em todas as faixas etárias, exceto para adultos de 30 a 59 anos. O risco de internação em UTI é 25% maior para pessoas de raça/cor preta em relação às de raça/cor branca, tanto entre jovens de 18 a 29 anos, como entre idosos com mais de 80 anos. Para o grupo de 60 a 79 anos, ainda há um risco maior de internação para pessoas de raça/cor preta, porém cai para 12%.

Gráfico 47



A proporção de internação em UTI foi semelhante entre homens (35,9%) e mulheres (34,9%). Porém essa situação modifica-se quando a proporção de pacientes internados em UTI é avaliada considerando também a raça/cor. Entre os homens, os três grupos de raça/cor apresentam taxa de internação em UTI muito próxima, em torno de 36%. Porém, entre as mulheres, ser da raça/cor preta aumenta em 11% o risco de internação em UTI em relação a mulheres de raça/cor branca.

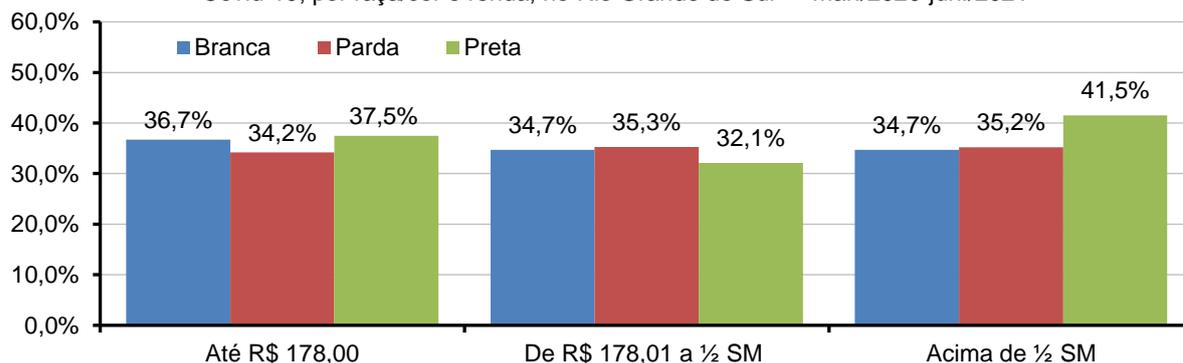
Gráfico 48



Em relação às faixas de renda, observam-se maiores taxas de internação em UTI para pretos entre aqueles com baixa ou alta renda. Entre as os internados com renda acima de meio salário mínimo, ser da raça/cor preta aumenta em 19% o risco de internação em UTI em relação à raça/cor branca. Para a segunda faixa de renda, pessoas de raça/cor parda ou branca apresentaram proporção de internação em UTI semelhantes, em torno de 35%, e maiores do que a daquelas de raça/cor preta.

Gráfico 49

Proporção de adultos inscritos no Cadastro Único internados em unidade de terapia intensiva (UTI) com Covid-19, por raça/cor e renda, no Rio Grande do Sul — mar./2020-jun./2021



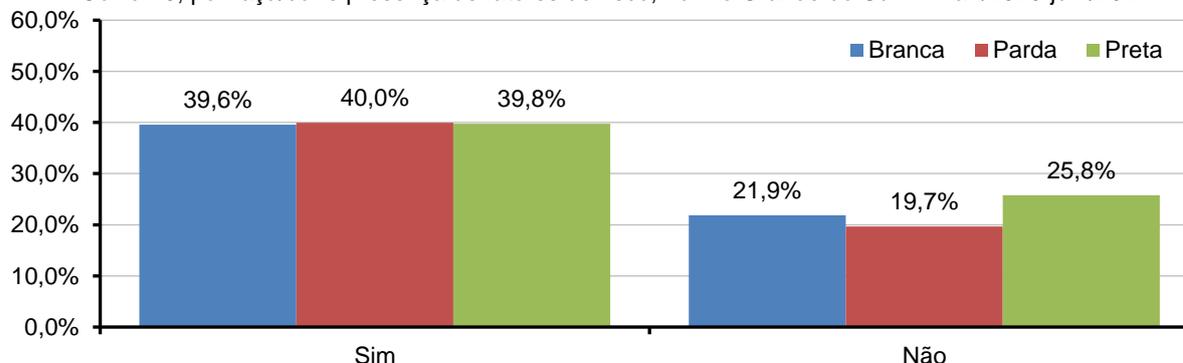
Fonte de dados brutos: Sivep-Gripe (RIO GRANDE DO SUL, 2021).
CadÚnico (BRASIL, 2021a).

Nota: Dados do CadÚnico de maio/2021.

A proporção de internações em UTI entre pessoas com pelo menos um fator de risco para COVID19 é 1,8 vezes maior do que entre aqueles sem fator de risco (39,6% e 21,8%, respectivamente). A proporção de internações em UTI é semelhante entre os grupos de raça/cor com fator de risco. Porém, entre aqueles sem fator de risco, pretos possuem um risco 18% maior do que brancos. Por outro lado, a menor proporção de internações em UTI está entre pardos sem fator de risco para COVID-19.

Gráfico 50

Proporção de adultos inscritos no Cadastro Único internados em unidade de terapia intensiva (UTI) com Covid-19, por raça/cor e presença de fatores de risco, no Rio Grande do Sul — mar./2020-jun./2021



Fonte de dados brutos: Sivep-Gripe (RIO GRANDE DO SUL, 2021).
CadÚnico (BRASIL, 2021a).

Nota: Dados do CadÚnico de maio/2021.

5 Trabalho e renda

Os últimos dados da PNAD Contínua disponíveis no Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) são do primeiro trimestre de 2020 para o Rio Grande do Sul e do primeiro trimestre de 2021 para o Brasil. Os dados relativos ao Brasil, mesmo sem paralelo para o RS, foram mantidos, para se ter uma ideia da tendência do mercado de trabalho na pandemia. As desigualdades entre raças/cores ocorrem em muitas dimensões.

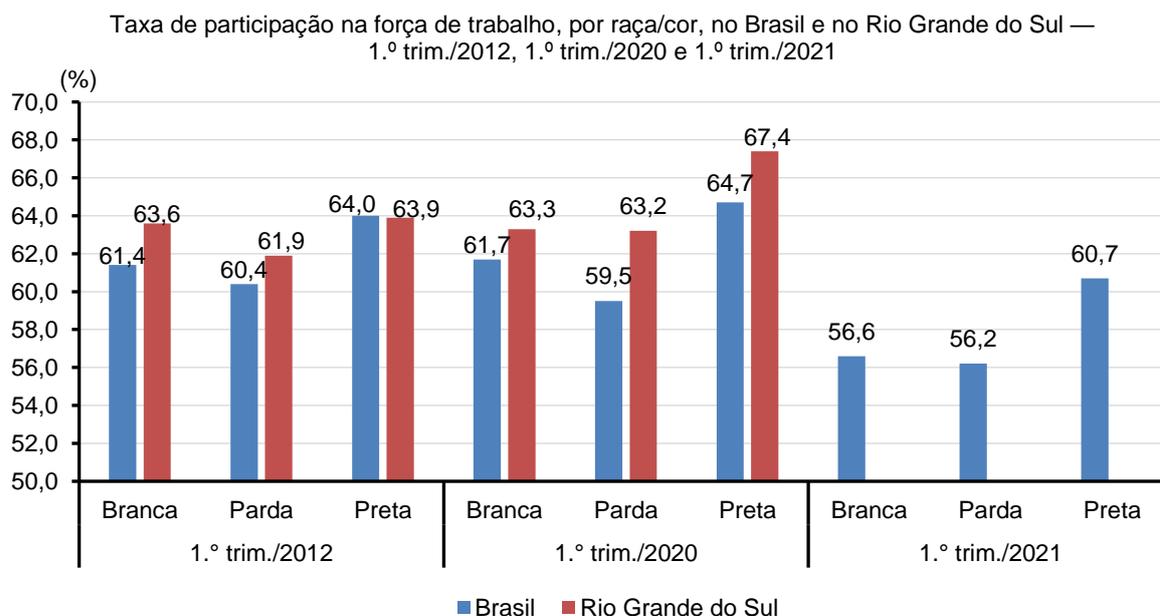
5.1 Força de trabalho

Em 2012, a taxa de participação no mercado de trabalho¹⁴ de brancos e pardos era superior no Rio Grande do Sul (63,6% e 61,9% respectivamente), comparativamente ao Brasil (61,4% e 60,4%), ao passo que a dos pretos era quase a mesma (64% para o Brasil e 63,9% para o Rio Grande do Sul) — Gráfico 51. No mesmo ano, a população parda demonstrava menor taxa comparativamente a pretos e brancos, tanto no Estado quanto no País.

Em 2020, praticamente o último dado pré-pandemia disponível desagregado por raça, esse cenário estava um pouco diferente: entre os pretos, a taxa de participação na força de trabalho já não era semelhante no RS e no Brasil, mas as oscilações foram pequenas em relação aos brancos e aos pardos. De todo modo, a participação de negros especificamente no RS aumentou um pouco.

Os dados de 2021 para o País mostram que houve forte redução na participação entre todas as categorias, sendo que a queda da taxa de participação mais significativa ocorreu entre os brancos (9%). Pretos (7%) e pardos (6%) tiveram queda menor.

Gráfico 51



Fonte: PNAD Contínua Trimestral (IBGE, 2021h).

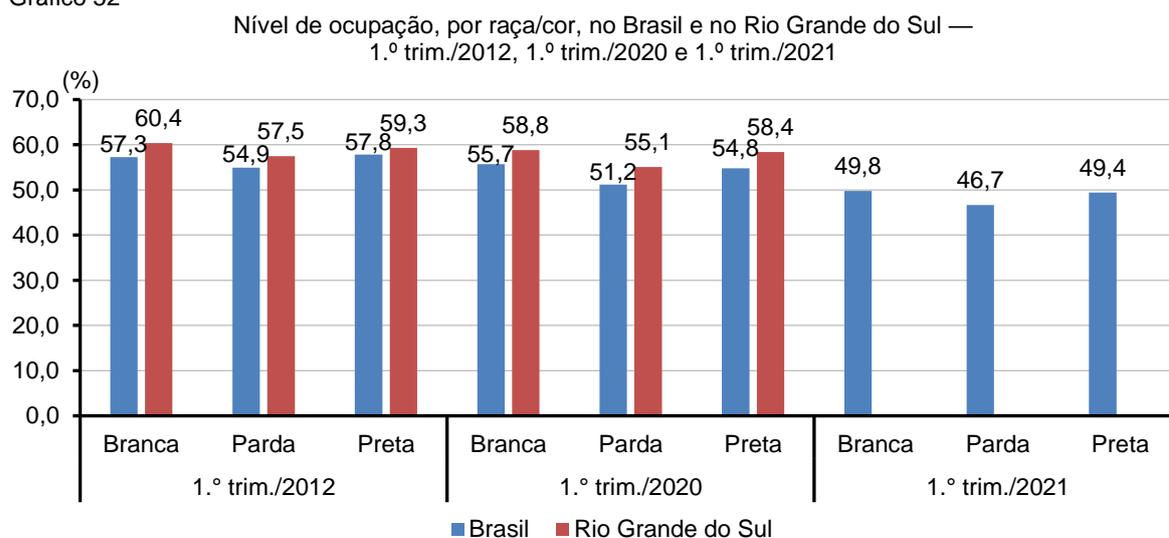
¹⁴ Indivíduos que integram a força de trabalho (ocupados e desocupados) como proporção do total de pessoas em idade de trabalhar (14 anos ou mais). Aqueles que não gostariam de trabalhar, não são considerados desocupados.

A participação na força de trabalho está muito relacionada com a necessidade de trabalhar e com as expectativas de conseguir alguma ocupação. Jovens de classes mais altas podem estudar por mais tempo antes de desejarem ingressar no mercado de trabalho. De outro lado, pessoas idosas podem permanecer na força de trabalho por não reunirem condições para requerer aposentadoria necessária para seu sustento. Ainda, se as vagas são escassas, menos pessoas podem se predispor a procurá-las.

5.2 Nível de ocupação

Entre aqueles que fazem parte da população em idade de trabalhar, os brancos têm maior nível de ocupação em todos os períodos analisados, seguidos dos pretos e dos pardos (Gráfico 52). O nível de ocupação é maior no Rio Grande do Sul do que no Brasil em todos os casos em que se é possível comparar, porém caiu de um período para o outro. A queda no nível de ocupação dos últimos dados pré-pandemia (1.º trimestre de 2020) para o começo de 2021, no nível nacional, foi maior entre os brancos (12%), seguidos dos pretos (11%) e dos pardos (10%).

Gráfico 52



Fonte: PNAD Contínua Trimestral (IBGE, 2021h).

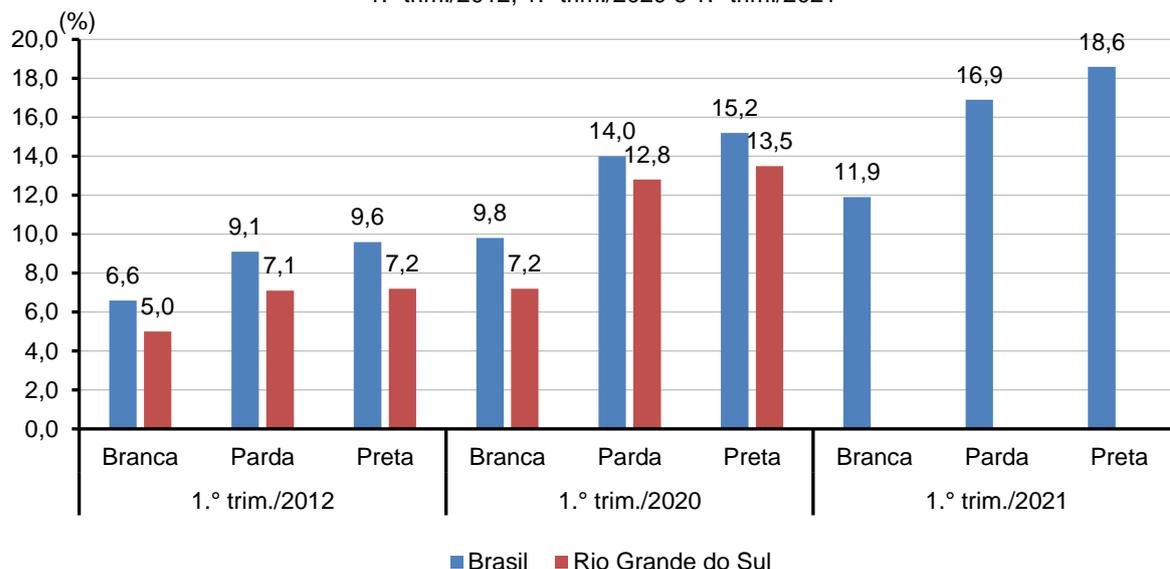
5.3 Taxa de desocupação

Em relação à taxa de desocupação, que considera as pessoas que estão desocupadas como porcentagem da força de trabalho (e não do total de pessoas em idade de trabalhar, como é feito no nível de ocupação), percebem-se taxas sempre maiores para os pretos em comparação a brancos e pardos, assim como taxas sempre menores no Rio Grande do Sul em comparação ao Brasil.

Nacionalmente, em 2020, a taxa de desocupação entre pretos e pardos era 55% e 43% maior, respectivamente, do que a dos brancos. No Estado, as diferenças eram ainda maiores: 88% e 78% respectivamente. No último ano, no País, a desocupação cresceu entre 17% e 18% nas diferentes categorias.

Gráfico 53

Taxa de ocupação, por raça/cor, no Brasil e no Rio Grande do Sul —
1.º trim./2012, 1.º trim./2020 e 1.º trim./2021



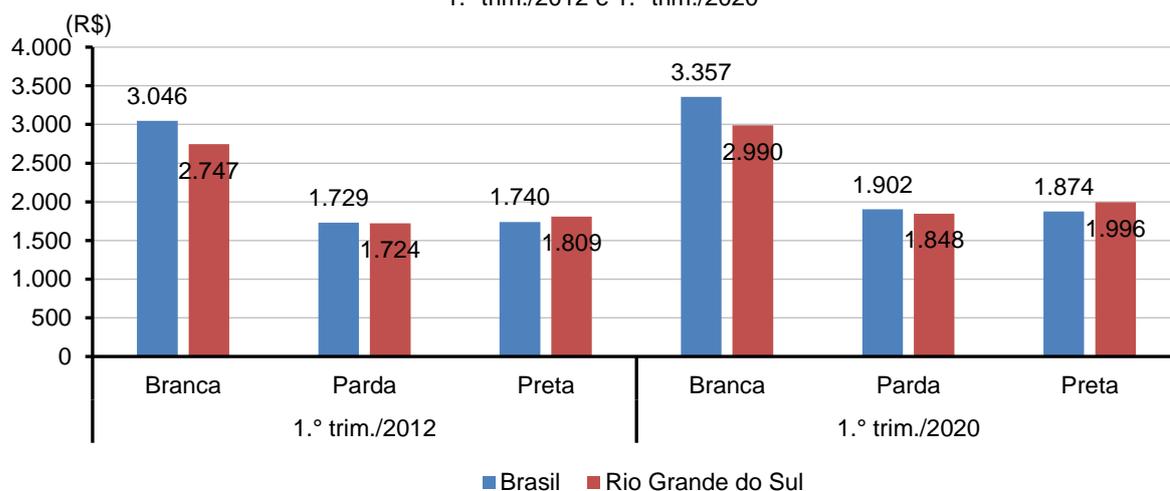
Fonte: PNAD Contínua Trimestral (IBGE, 2021h).

5.4 Renda do trabalho

No País, o rendimento mensal de todos os trabalhos dos negros, tanto em 2012 quanto em 2020, respondia por 56% ou 57% do rendimento dos brancos. No Rio Grande do Sul, a diferença era um pouco menor. Em 2012, ela variava de 63% a 66% e, em 2020, de 62% a 67%. Esses dados não consideram, porém, a quantidade de horas trabalhadas.

Gráfico 55

Rendimento médio real de todos os trabalhos habitualmente recebido por mês pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por raça/cor, no Brasil e no Rio Grande do Sul —
1.º trim./2012 e 1.º trim./2020



Fonte: PNAD Contínua Trimestral (IBGE, 2021i).

Logo, proporcionalmente ao país, o RS paga salários médios um pouco menos discrepantes entre os grupos de raça/cor; porém, tem taxas de desocupação mais fortemente diferenciadas por raça/cor do que o país.

6 Representação política

A plataforma do Tribunal Superior Eleitoral disponibiliza apenas dados das eleições realizadas a partir de 2014, não possibilitando uma comparação entre eleições realizadas antes desse período. Os dados foram analisados de acordo com os cargos concorridos em cada eleição, sendo assim, as eleições de 2014 e 2018 foram comparadas separadamente das eleições de 2016 e 2020.

O TSE disponibiliza os dados de raça/cor nas categorias branca, negra, parda, indígena, amarela e sem informação. Para fins de análise, os grupos foram agregados em negros, com os dados de pessoas pardas e pretas, e não negros, com dados de brancos, indígenas e amarelos. Candidaturas sem informação de raça/cor ocorreram apenas nas eleições de 2020 e não representaram números significativos, sendo excluídas na análise.

6.1 Eleições federais e estaduais no RS (2014 e 2018)

Nas eleições de 2014 e 2018, não foram registradas candidaturas de pessoas indígenas, e, apenas em 2018, foi registrada a candidatura de uma pessoa amarela. Assim, os dados de não negros referentes a essas eleições são, em 2014, apenas de brancos e, no pleito seguinte, majoritariamente de brancos.

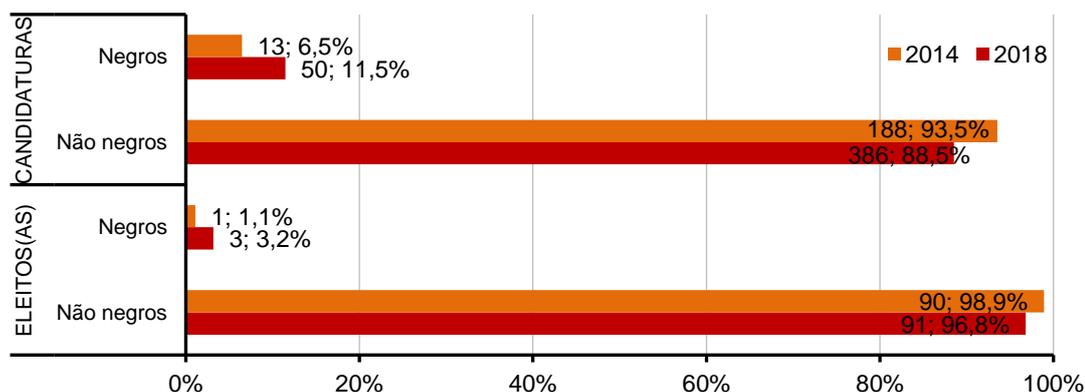
6.1.1 Eleitos e candidatos

Entre **eleitos**, quase todos se autoidentificaram como da raça/cor branca. Em 2014, de 91 eleitos, 90 eram brancos (98,9%) e um era negro (1,1%). Em 2018, não houve alteração significativa no perfil de pessoas eleitas: 91 eram brancos (96,8%) e três eram negros (3,2%). As **candidaturas**, por sua vez, apresentaram maior proporção de negros (6,5% em 2014 e 11,5% em 2018).

De acordo com a PNAD, 18,9% da população do Rio Grande do Sul era negra em 2014. Em 2018, esse número aumentou para 21%. Dessa forma, os percentuais de eleitos e candidatos por raça/cor estão longe de representar o retrato da população gaúcha.

Gráfico 56

Eleitos e candidatos totais, por raça/cor, no Rio Grande do Sul — 2014 e 2018

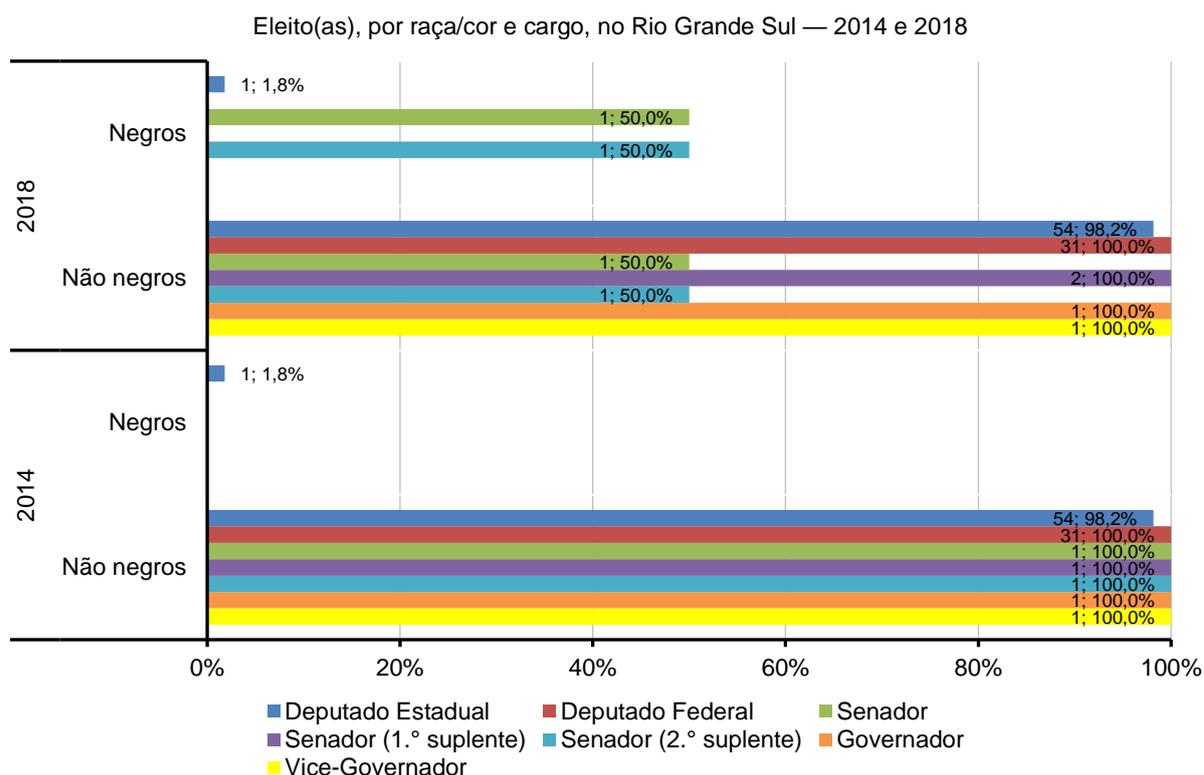


Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (BRASIL, 2021e).

6.1.3 Cargos

Em relação aos cargos em disputa, em 2014, o único cargo que não possui 100% de **eleitos** brancos é o de deputado estadual, que possui um eleito negro (1,8% dos deputados estaduais). Em 2018, com o aumento de vagas para os cargos de senador e suas duas suplências, duas candidaturas negras foram eleitas e a porcentagem de senador e senador 2.º suplente ficaram em 50% cada para eleitos não negros e negros.

Gráfico 57



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (BRASIL, 2021e).

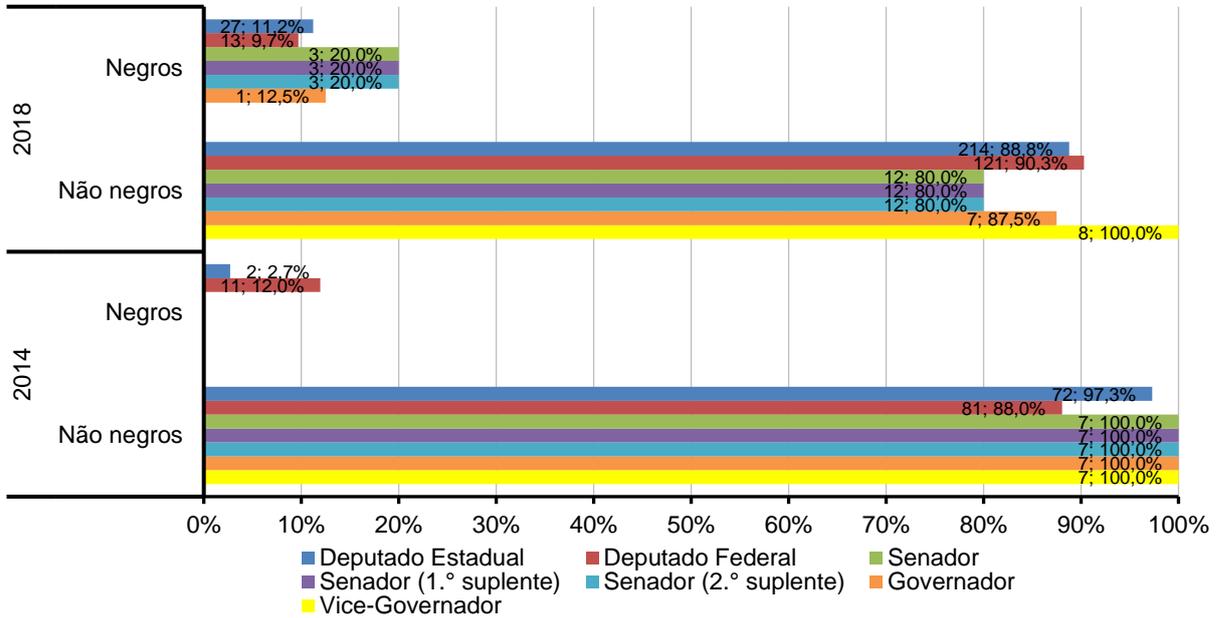
Quando aos **candidatos**, observa-se que poucos negros concorreram aos cargos do legislativo estadual e federal. Em 2014, não havia nenhum candidato não branco para os cargos do executivo estadual nem para o Senado Federal. Entre as candidaturas para deputado federal, em 2014, 12% eram negras, ao passo que, para deputado estadual, 2,7% — demonstrando um pouco mais de diversidade entre as candidaturas para o nível federal que para o estadual.

Em 2018, apenas o cargo de vice-governador foi totalmente ocupado por candidatos brancos. Para deputado federal, 9,7% das candidaturas eram negras e 90,3% não negras, sendo uma de pessoa amarela. Para deputado estadual, 11,2% eram negros e 88,8% brancos, demonstrando um aumento das candidaturas negras, mas sem reflexo na composição de pessoas eleitas.

Para o cargo de senador, assim como para a primeira e a segunda suplência, 20% eram negros e 80% eram brancos. Para o executivo estadual, das oito candidaturas ao cargo de governador, sete eram de pessoas brancas (87,5%) e uma era negra (12,5%).

Gráfico 58

Total de candidaturas, por raça/cor e cargo, no Rio Grande do Sul — 2014 e 2018



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (BRASIL, 2021e).

6.1.4 Gênero

Grande parte dos **eleitos** em ambas as eleições são homens brancos, representando 90,1% em 2014 e 81,9% em 2018. Essa redução de percentual entre as eleições foi causada, principalmente, pelo aumento de mulheres brancas eleitas, que, em 2014, representaram 8,8% e, em 2018, 14,9%.

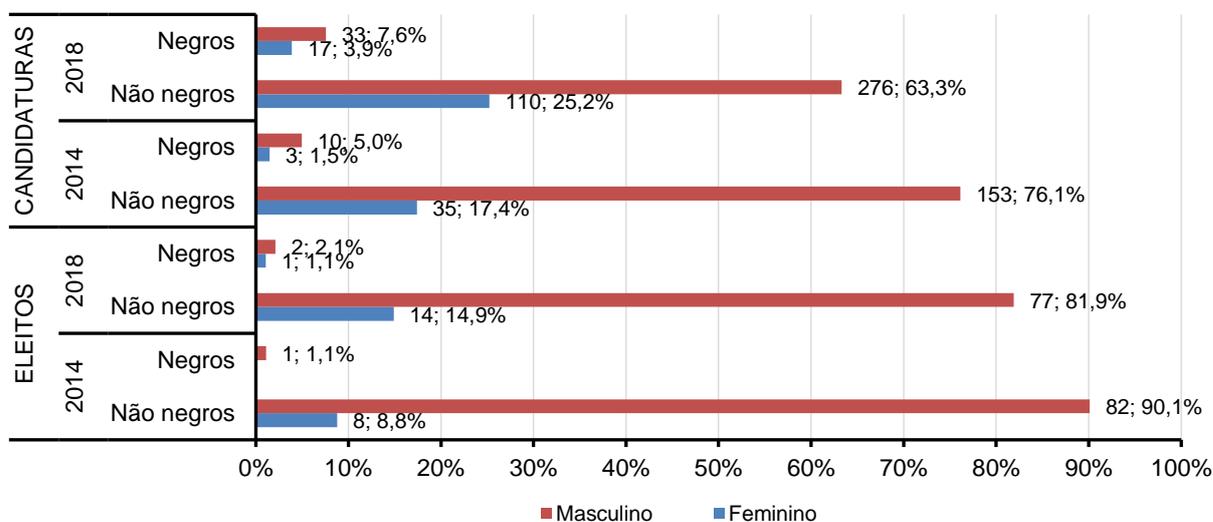
Trata-se de um provável efeito da mudança na legislação sobre a aplicação dos fundos eleitorais pelos partidos ocorrida em 2018. Em março, em julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5.617, o Supremo Tribunal Federal (STF) derrubou a limitação prevista no artigo 9.º da Lei 13.165/2015, que definia o investimento de 5% a 15% do Fundo Partidário de cada partido nas candidaturas femininas. O STF estabeleceu que os recursos deveriam ser distribuídos pelos partidos igualmente entre candidaturas de homens e mulheres, determinando pelo menos 30% dos recursos para as campanhas das candidatas, equiparando ao mínimo de 30% de candidaturas femininas estabelecido pela Lei Eleitoral (Lei 9.504/1997).

Além dessa decisão, em maio do mesmo ano, o TSE respondeu a uma consulta realizada por um grupo de deputadas e senadoras sobre o incentivo à participação feminina com os recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), criado em 2017, e sobre a distribuição do tempo de propaganda eleitoral gratuita em rádio e televisão. A decisão do TSE foi a de seguir o percentual mínimo estabelecido pela Lei 9.504/1997, assim, os partidos deveriam repassar pelo menos 30% do FEFC para suas candidatas e, no caso de o partido possuir um percentual de candidatas maior que 30%, esse repasse deve ser proporcional. Esse percentual também é válido como mínimo para a distribuição de tempo de televisão e rádio para as candidaturas femininas.

A eleição de uma maior bancada feminina, porém, não se verifica também entre as mulheres não brancas; em ambas as eleições, nenhuma mulher parda ou amarela foi eleita. Em 2018, apenas uma mulher preta foi eleita (para o cargo de 2.º suplente do Senado), representando 1,1% dos eleitos, mesma porcentagem de homens negros eleitos no mesmo ano. Tais percentuais demonstram que os esforços para aumentar a representação política feminina não surtiram efeitos entre as mulheres não brancas, evidenciando a necessidade da formulação de políticas com enfoque em combater também a desigualdade racial na representação política.

Gráfico 59

Pessoas eleitas e total de candidaturas, por raça/cor e gênero, no Rio Grande do Sul — 2014 e 2018



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (BRASIL, 2021e).

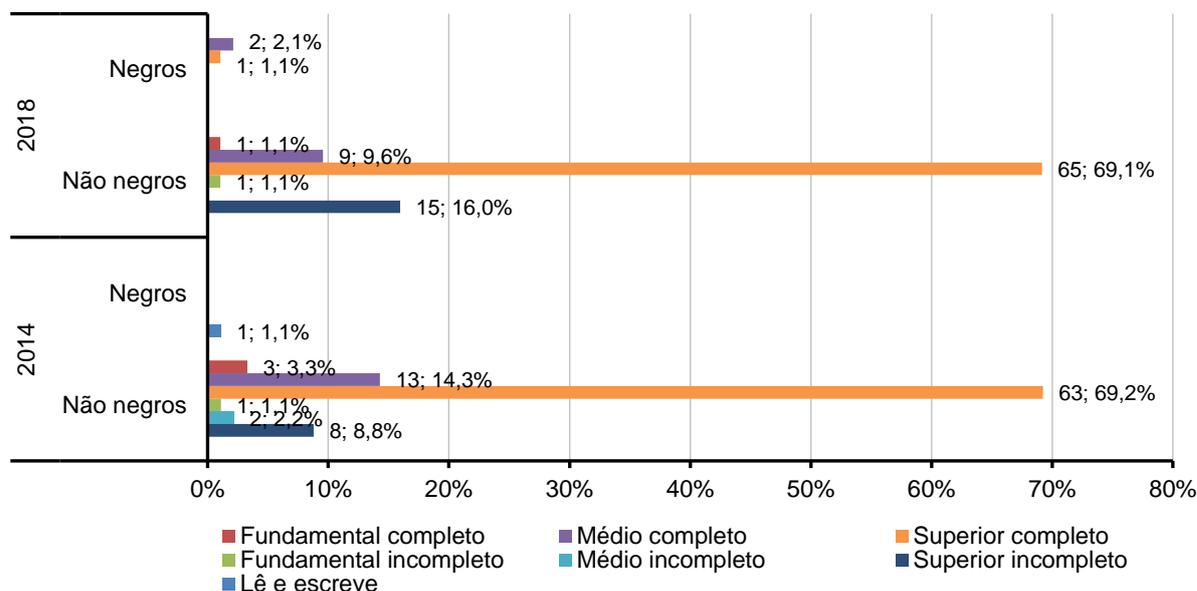
Em relação às **candidaturas**, observa-se também que a maior parte dos candidatos são homens não negros, representando 76,1% em 2014 e 63,3% em 2018 (com um candidato amarelo). A presença feminina é, em sua maioria, de mulheres brancas, que representaram 17,4% das candidaturas em 2014 e 25,2% em 2018. Em 2014, 1,5% era de mulheres negras; no pleito seguinte, 3,9%.

6.1.5 Grau de instrução

Os **eleitos** com ensino superior são o grupo majoritário em ambas as eleições, representando 69,2% em 2014 (apenas brancos) e 70,2% em 2018, sendo 69,1% de pessoas brancas e 1,1% de negras. O segundo grupo com maior número de eleitos mudou de 2014 para 2018. Na primeira eleição, 14,3% dos candidatos eleitos possuíam ensino médio completo, todos brancos. Na eleição seguinte, esse grupo representou 11,7%, sendo 9,6% de brancos e 2,1% de negros. Em 2018, o segundo grau de instrução com maior número de eleitos foi o ensino superior incompleto, representando 16%, todos brancos.

Gráfico 60

Pessoas eleitas, por raça/cor e grau de instrução, no Rio Grande do Sul — 2014 e 2018



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (BRASIL, 2021e).

Nas **candidaturas**, já está presente a predominância de pessoas com ensino superior completo, porém, com porcentagens menores do que as que se verificam entre os eleitos. Essas representaram, em 2014, 53,7% das candidaturas, sendo 51,7% de pessoas não negras e 2% de negras. Já em 2018, esse grau de instrução representou 43,8% das candidaturas; 40,1% não negras (com um candidato amarelo) e 3,7% negras, destacando-se o aumento de candidatos pretos com ensino superior completo.

Em 2014, pessoas com ensino médio completo representaram 20,9% das candidaturas, o segundo maior grupo. Dessas, 18,9% eram não negras, e 2% eram negras. Nesse mesmo ano, 13,4% possuíam ensino superior incompleto, sendo 11,9% não negras e 1,5% negras.

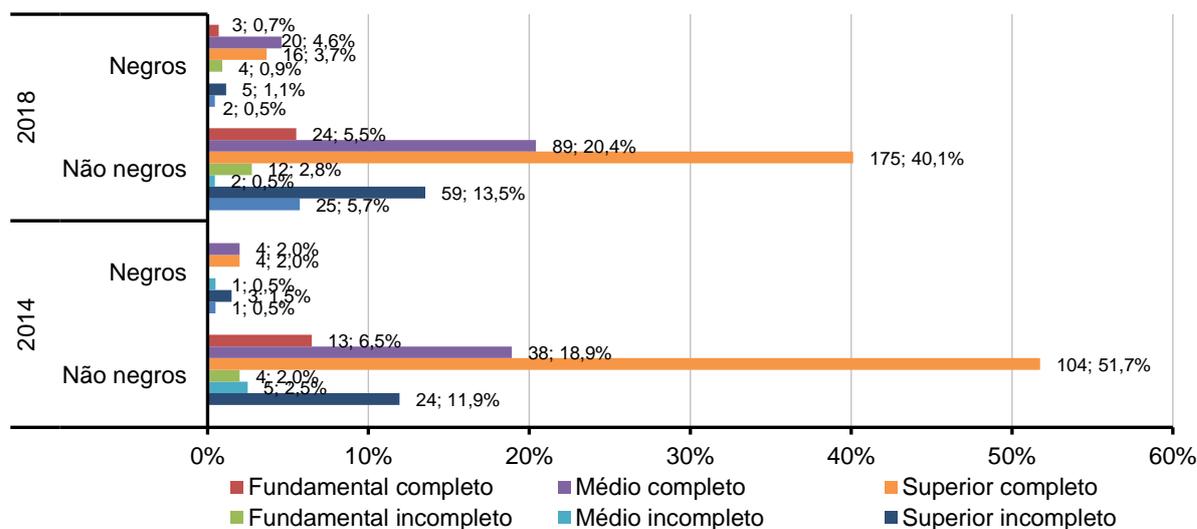
Na eleição seguinte, aqueles com ensino médio completo representaram 25% das candidaturas, sendo 20,4% não negras e 4,6% negras. Além disso, 14,7% possuíam ensino superior incompleto, 13,5% eram não negras, e 1,1%, negras.

Percebe-se que há uma preferência significativa por pessoas com níveis mais altos de escolaridade, tanto entre eleitos como na seleção de candidaturas pelos partidos. Entre candidatos pretos também se notam índices mais altos de escolaridade que em comparação com pardos.

Segundo a PNAD 2018, apenas 13,8% da população do Rio Grande do Sul possui ensino superior completo, e a maior parte, 35,2%, tem ensino fundamental incompleto. Ademais, há uma disparidade entre pessoas brancas e negras em relação ao nível de escolaridade mais alto: 15,9% dos brancos possuem superior completo, enquanto, entre negras, esse percentual é de 5,2%. Logo, o perfil de candidatos e eleitos está distante da realidade gaúcha, e as poucas pessoas não brancas que chegam a ser candidatas às eleições estaduais e federais geralmente possuem graus de escolaridade mais altos.

Gráfico 61

Total de candidaturas, por raça/cor e grau de instrução, no Rio Grande do Sul — 2014 e 2018



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (BRASIL, 2021e).

6.1.6 Ocupações

Em relação aos eleitos e às candidaturas por ocupação e raça/cor, o TSE disponibiliza dados com uma lista extensa de profissões que dificultaria a análise. Nesse sentido, foi utilizada a classificação de grandes grupos da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) do Ministério do Trabalho. Todas as ocupações listadas pelo TSE que não se encaixaram nos 10 grupos da CBO foram colocadas com suas classificações originais, exceto todas as profissões de servidores públicos, que foram agrupadas em um grande grupo nomeado de “servidores públicos”.

Quadro 1

Ocupações segundo a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) e as demais constantes nos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

GRUPO DE OCUPAÇÃO	CÓDIGO CBO
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	0
Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas, gerentes	1
Profissionais das ciências e das artes	2
Técnicos de nível médio	3
Trabalhadores de serviços administrativos	4
Trabalhadores de serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	5
Trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca	6
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	7
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	8
Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção	9
Outros	TSE
Aposentado (exceto servidor público)	TSE
Servidores públicos	TSE
Estudante, bolsista, estagiário e assemelhados	TSE

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (BRASIL, 2021e).

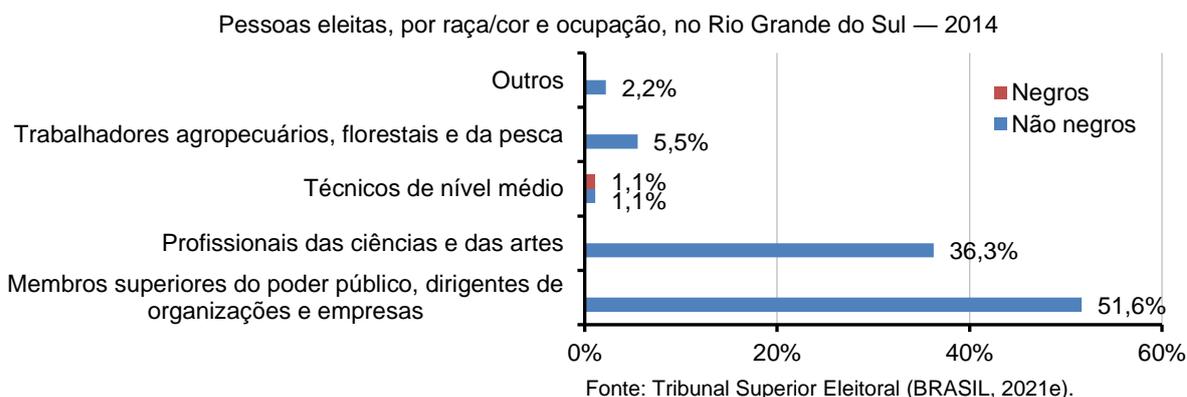
Classificação Brasileira de Ocupações (BRASIL, 2017).

Entre os **eleitos**, o grupo de ocupação predominante é o de “membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empre-

sas, gerentes”. Nesse grupo, estão deputados estaduais e federais, prefeitos, senadores, governadores, empresários e outras profissões de cargos do legislativo e executivo, e de gerência de empresas privadas. Em 2014, o grupo representou 51,6% dos eleitos, e todos eram brancos. Em 2018, representou 50,5%, sendo 49,5% brancos e 1,1% negros — percentual relativo ao senador negro eleito.

Em 2014, o único grupo de ocupação com algum eleito negro foi o de técnicos de nível médio, que representou 2,2% entre as pessoas eleitas, sendo 1,1% referente ao candidato negro eleito. O segundo grupo de ocupação predominante é o de “profissionais das ciências e das artes”, constituído por profissões que exigem ensino superior completo, como economistas, professores de todos os níveis, médicos e, também, artistas, como músicos e atores. Em 2014, 36,3% dos eleitos compunham esse grupo, todos eram brancos; já na eleição seguinte, representaram 26,9%, 25,8% brancos e 1,1% negros. Esse dado condiz com a predominância de eleitos com níveis de escolaridade mais altos.

Gráfico 62



Em 2018, 10 grupos elegeram algum representante (mais diversificado do que no ano anterior, quando foram sete)¹⁵.

Gráfico 63



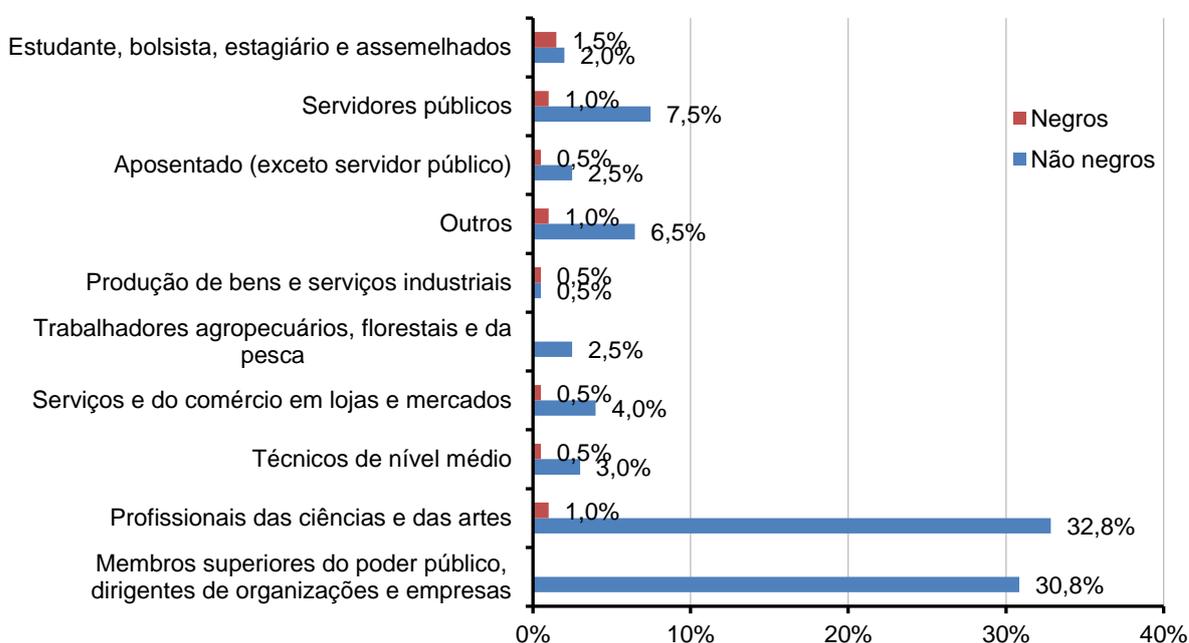
¹⁵ O grupo de “Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares” foi a novidade nessa eleição, composto totalmente por eleitos brancos, possuindo três representantes eleitos (3,2%) de nove candidaturas.

Os dois grupos de ocupações predominantes no total de **candidaturas** são os mesmos dos eleitos, porém, com concentração menor, mostrando maior variedade de ocupações nas candidaturas do que entre os eleitos ou menor sucesso das candidaturas de outras ocupações.

Em 2014, “membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas, gerentes” representaram 30,8% das ocupações dos candidatos, todos brancos; já em 2018, houve uma queda nesse percentual para 26,1%, sendo 24,3% brancos e 1,8% negros. “Profissionais das ciências e das artes” representaram 33,8% em 2014, sendo 32,8% brancos e 1% negros; em 2018, também apresentaram uma retração para 25,5%, em que 23,4% eram brancos e 2,1% negros.

Gráfico 64

Total de candidaturas, por raça/cor e grupo de ocupação, no Rio Grande do Sul — 2014

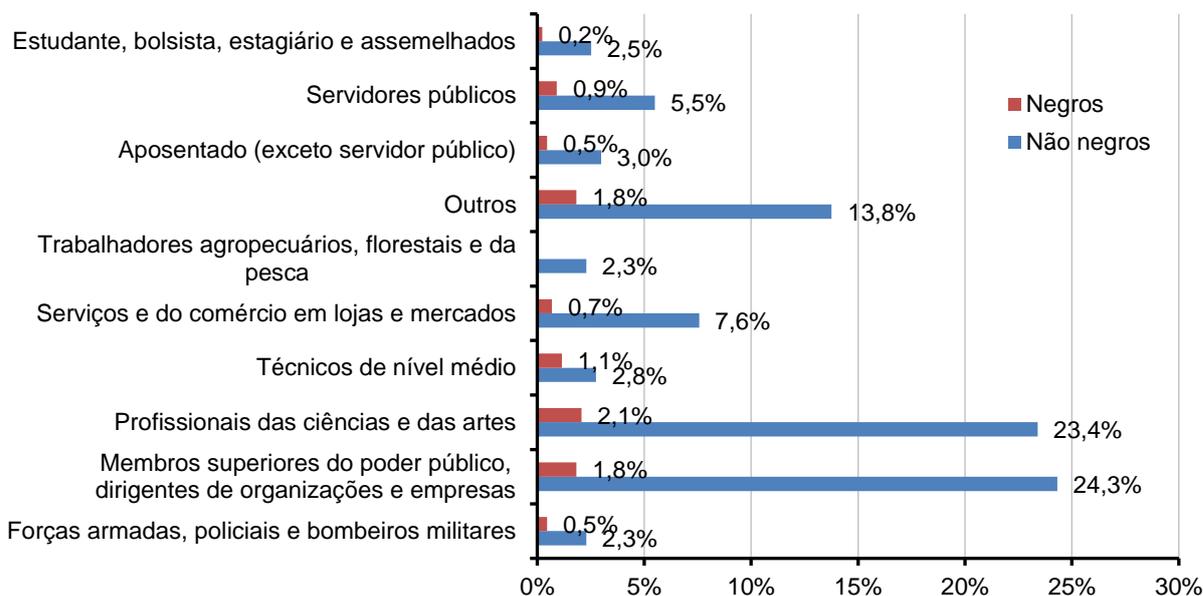


Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (BRASIL, 2021e).

Em 2014, os servidores públicos foram 8,5% dos candidatos, 7,5% eram brancos e 1% eram negros. Em 2018, houve uma queda para 6,4%, com 5,5% brancos e 0,9% negros. Em 2014, 3,5% eram estudantes, bolsistas, estagiários ou assemelhados, sendo 2% brancos e 1,5% negros, e, em 2018, esse grupo representou 2,8%, com 2,5% de brancos e 0,2% de negros.

Gráfico 65

Total de candidaturas, por raça/cor e grupo de ocupação, no Rio Grande do Sul — 2018



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (BRASIL, 2021e).

Nota: Os grupos que não representaram, pelo menos, 2% em alguma categoria de raça/cor (exceto os que registraram eleitos negros) não foram incluídos nos gráficos.

6.2 Eleições municipais no RS (2016 e 2020)

Nas eleições de 2016 e 2020, foram registradas candidaturas de pessoas de todos os grupos de raça/cor. Aqui, os não negros correspondem aos brancos, indígenas e amarelos, porém é necessário destacar que os números dos últimos dois grupos não são capazes de gerar grandes alterações nos percentuais quando adicionados aos brancos (nem 1%).

6.2.1 Eleitos e candidatos

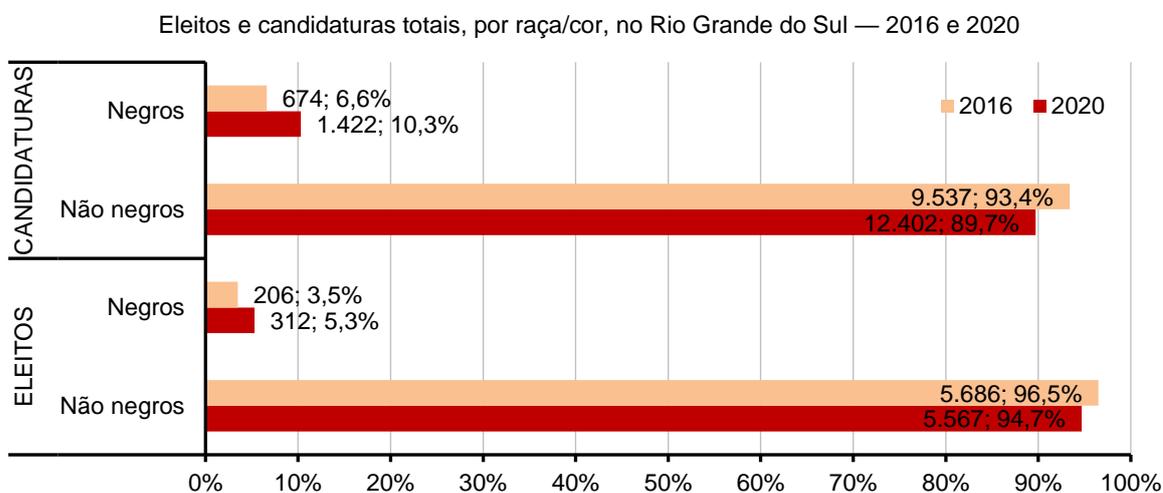
As eleições municipais, apesar de apresentarem número maior de eleitos em relação às eleições estaduais e federais, repetem o cenário em que não negros são o grupo amplamente majoritário. Em 2016, estes representavam 96,5% e, em 2020, 94,4%. Negros foram 3,5% em 2016 e 5,3% em 2020. De acordo com a PNAD, 18,2% dos habitantes do Rio Grande do Sul eram negros, em 2016, e, em 2019 (última PNAD disponível), eram 20,6%.

As candidaturas não diferem muito dos percentuais de eleitos. Não brancos seguem sendo o grupo majoritário, representando 93,4% em 2016 e 89,7% em 2020. Negros representaram 6,6% das candidaturas em 2016 e 10,3% em 2020.

É importante ressaltar que, em 2020, houve um aumento de 3.659 candidaturas, uma variação de 36% em relação à eleição anterior. Isso se deveu à mudança implementada pela Emenda Constitucional n.º 97/2017, que estabeleceu o fim das coligações partidárias para eleições dos cargos proporcionais (vereadores, deputados estaduais, distritais e federais). Dessa forma, muitos partidos acabaram optando por

lançar candidaturas próprias. Essa alteração fez com que houvesse um recorde no número de candidaturas à vereança no pleito de 2020¹⁶.

Gráfico 66



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (BRASIL, 2021e).

Apesar do aumento de candidatos em todos os grupos de raça/cor (exceto entre pessoas amarelas), esse acréscimo não refletiu em percentuais mais representativos entre as candidaturas e, menos ainda, na eleição dos representantes.

6.2.3 Cargos

Para as prefeituras, a predominância de **eleitos** não negros é pouco maior do que para o cargo legislativo. Em 2016, 97,8% dos prefeitos e 99% dos vice-prefeitos eleitos identificavam-se como pessoas brancas ou indígenas. Negros foram 2,2% dos prefeitos e 3,9% dos vice-prefeitos eleitos. Esses índices não sofreram alterações significativas na eleição seguinte.

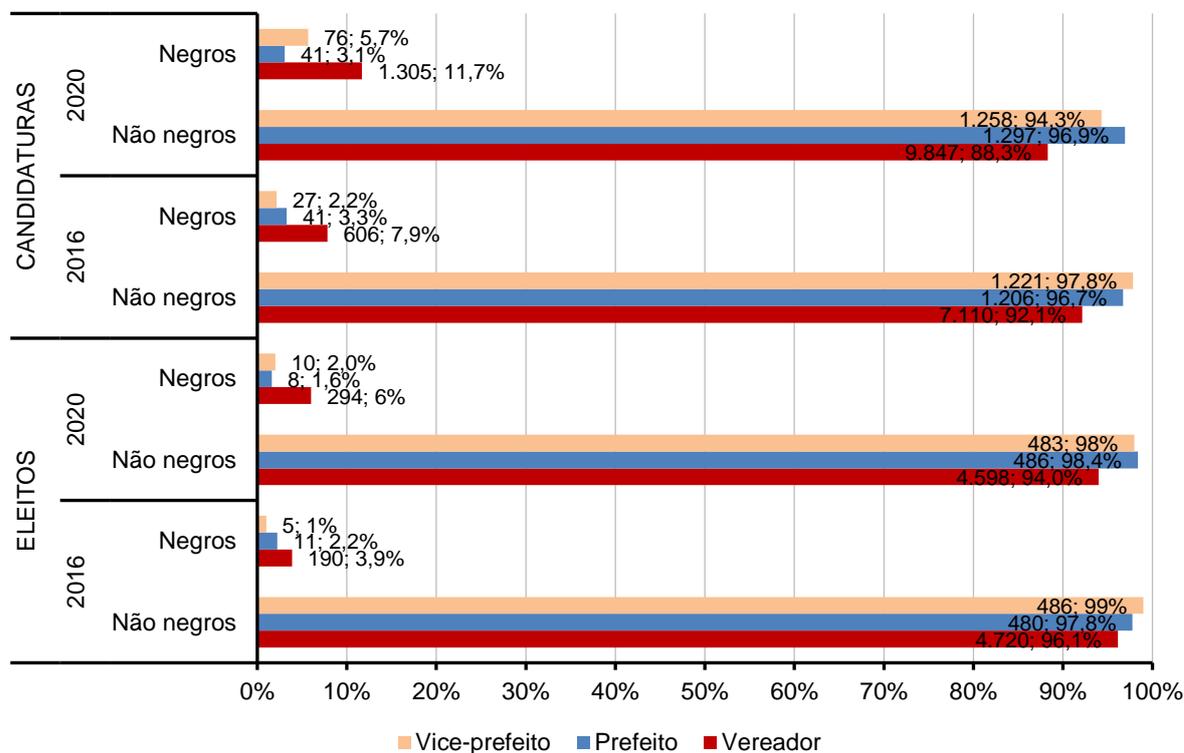
Entre vereadores eleitos, em 2016, 96,1% eram não negros, e 3,9% eram negros. No pleito subsequente, 94% eram não negros, e 6% eram negros.

Entre os **candidatos**, observa-se que a maior parte dos negros concorreram ao cargo de vereador. Em 2016, representavam 7,9% das candidaturas à vereança e, em 2020, 11,7%. Entre os candidatos a prefeito, em 2016, 3,3% eram negros, e 96,7% eram não negros. No pleito seguinte, os percentuais seguiram, praticamente, os mesmos. Já entre as candidaturas a vice-prefeitos, o número de negros aumentou entre as eleições, negros representaram 2,2% em 2016 e 5,7% em 2020.

¹⁶ Quando as coligações eram permitidas, era possível lançar candidaturas até 200% do número total de vagas para a Câmara. Apesar desse percentual ter diminuído para 150% com a proibição, o número de candidatos registrou aumento. Isso se deveu ao fato de que, antes, os partidos podiam beneficiar-se de votos de todos os candidatos dentro da coligação, não havendo necessidade de lançar o máximo permitido, além do fato de que o número de partidos é muito maior do que o número de coligações.

Gráfico 67

Eleitos e candidaturas totais, por raça/cor e cargo, no Rio Grande do Sul — 2016 e 2020



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (BRASIL, 2021e).

6.2.4 Gênero

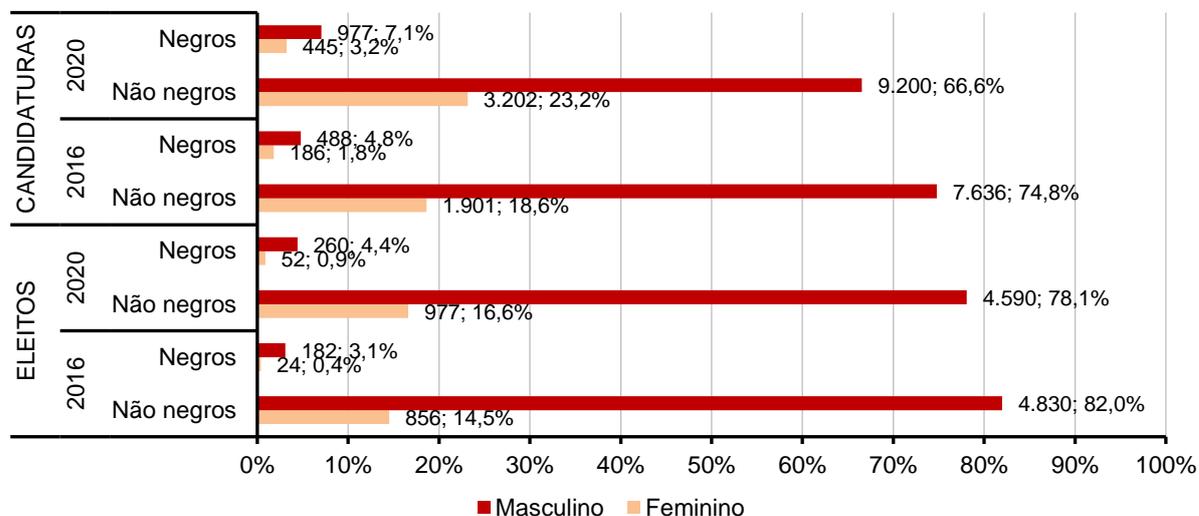
A maioria dos **eleitos** em ambos os pleitos é de homens não negros, representando 82% em 2016 e 78,1% em 2020. A queda entre as eleições foi efeito, principalmente, do aumento de mulheres não negras eleitas, que, em 2016, representaram 14,5% e, em 2020, 16,6%. Essa variação pode estar relacionada aos efeitos das já mencionadas alterações nas regras de investimento partidário.

A maior eleição feminina branca, porém, não se reflete entre as mulheres negras, que, em ambas as eleições, não chegaram a representar nem 1% dos eleitos. Homens negros, apesar de apresentarem números mais altos que as mulheres negras, ainda estão muito abaixo dos números de pessoas não negras. Esses representaram 3,1% em 2016 e 4,4% em 2020.

Nas **candidaturas**, a maior parte é de, novamente, homens não negros, representando 74,8% em 2016 e 66,6% em 2020. A maioria da presença feminina é, também, não negra, representando 18,6% das candidaturas em 2016 e 23,2% em 2020. Em 2016, mulheres negras representaram 1,8% das candidaturas. Homens negros foram 4,8% das candidaturas. Na eleição seguinte, homens negros representaram 7,1%, e mulheres negras, 3,2%, apresentando um leve aumento nos índices.

Gráfico 68

Pessoas eleitas e total de candidaturas, por raça/cor e gênero, no Rio Grande do Sul — 2016 e 2020



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (BRASIL, 2021e).

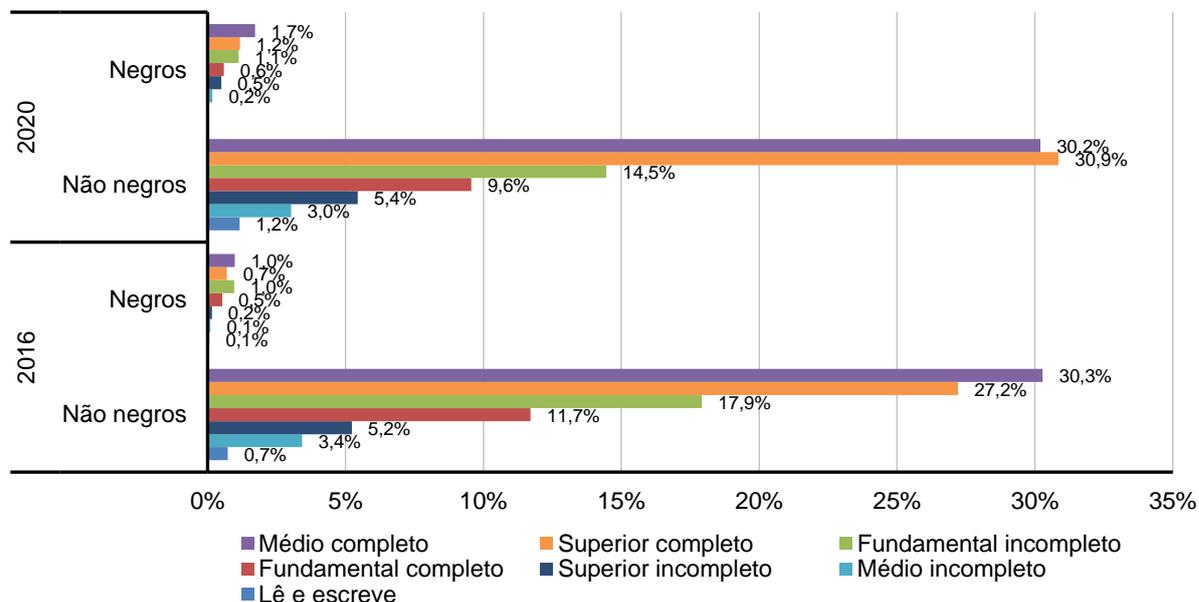
6.2.5 Grau de instrução

O perfil dos **eleitos** municipais difere das eleições estaduais e federais. A maior parte dos representantes eleitos possui ensino médio completo — em 2016, 31,3%, sendo 30,3% de não negros e 1% de negros; em 2020, os percentuais seguiram muito próximos aos da eleição anterior.

Eleitos com ensino superior completo apresentaram um aumento entre as eleições. Em 2016, foram 27,9% dos eleitos, sendo 27,2% não negros e 0,7% negros. Em 2020, eleitos com esse grau de instrução foram 32%, 30,9% não negros e 1,2% negros.

Gráfico 69

Pessoas eleitas, por raça/cor e grau de instrução, no Rio Grande do Sul — 2016 e 2020



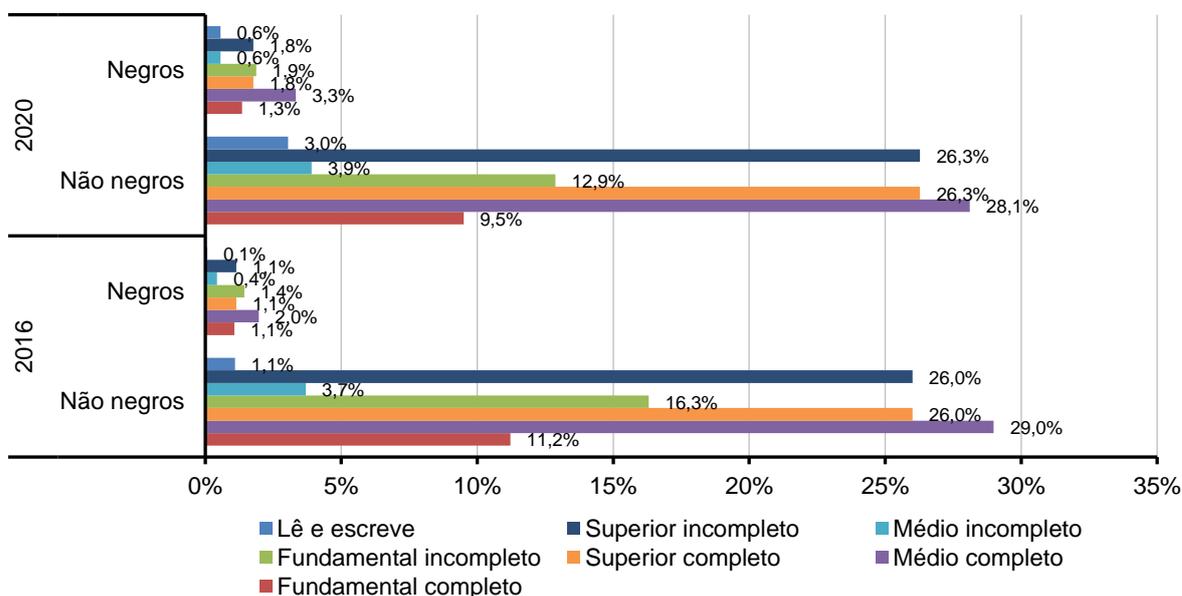
Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (BRASIL, 2021e).

Analisando as **candidaturas**, os percentuais aproximam-se muito dos eleitos. A predominância é de pessoas com ensino médio completo, representando 31% em 2016, sendo 29% não negros e 1% negros. Em 2020, representaram 31,4%, os índices foram muito próximos aos da eleição anterior, mas houve um aumento entre negros para 3,9% e uma redução entre não negros para 28,1%.

Candidatos com ensino superior completo foram 27,1% em 2016. Desses, 26% eram não negros e 1,1% negros. Os percentuais não sofreram alterações significativas em 2020.

Gráfico 70

Total de candidaturas, por raça/cor e grau de instrução, no Rio Grande do Sul — 2016 e 2020



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (BRASIL, 2021e).

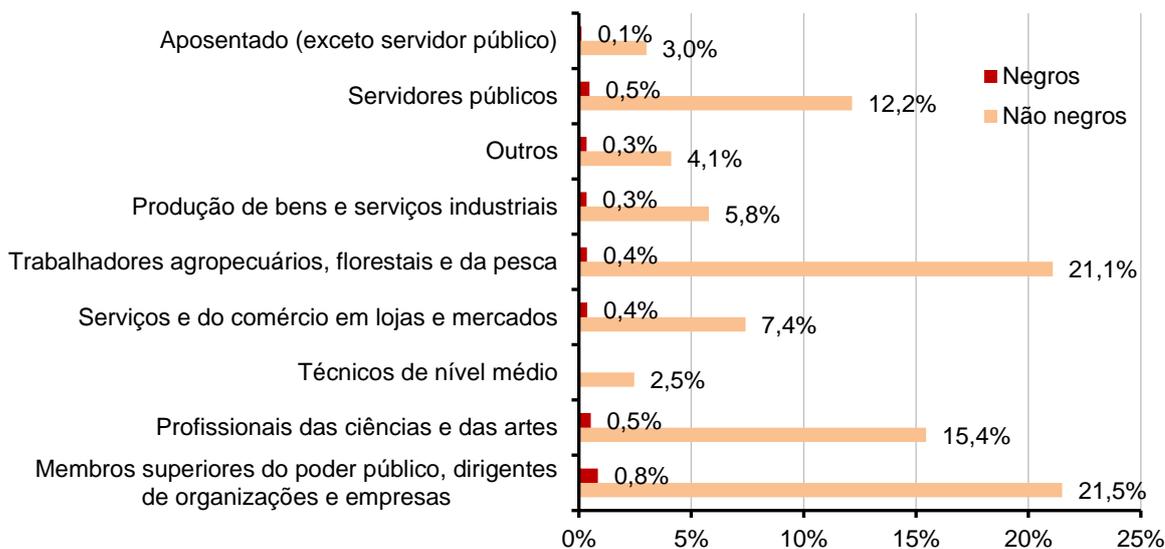
É possível perceber que as eleições municipais, diferentemente das eleições estaduais e federais, apresentam maior número de candidatos e de eleitos com níveis de escolaridade mais baixos. É provável que, em consequência de as eleições municipais possuírem maior número de vagas e cargos mais próximos das realidades locais, os índices em relação aos graus de escolaridade dos candidatos sejam mais semelhantes aos da realidade gaúcha.

6.2.6. Ocupações

Entre o grupo de pessoas **eleitas**, a ocupação predominante é a de “membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas, gerentes”, representando 22,4% em 2016 e 23,7% em 2020. Desses, na primeira eleição, 21,5% eram não negros e 0,8% negros. Na eleição seguinte, os percentuais mantiveram-se próximos. Esse grupo de ocupação é o que tem maior predominância entre os eleitos negros e não negros.

Gráfico 71

Pessoas eleitas, por raça/cor e ocupação, no Rio Grande do Sul — 2016



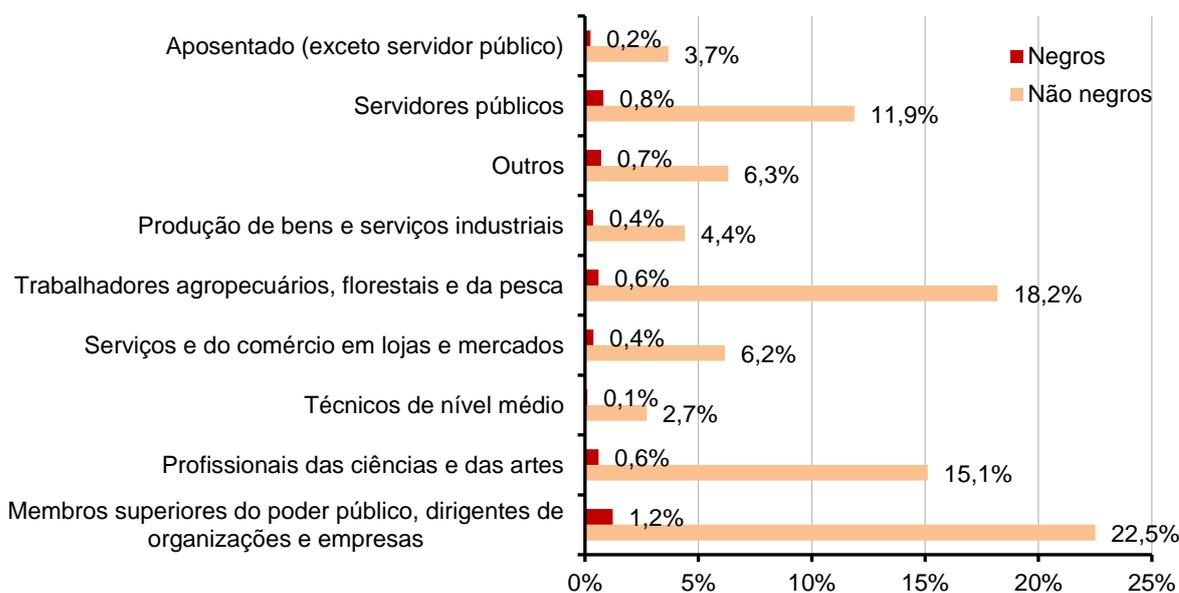
Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (BRASIL, 2021e).

Nota: Os grupos que não representaram, pelo menos, 2% em alguma categoria de raça/cor não foram incluídos nos gráficos.

Diferentemente do caso das eleições federais e estaduais, trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca representam o segundo grupo de ocupação com maior número de eleitos. Em 2016, estes representaram 21,4% dos eleitos, sendo 21,1% não negros e 0,4% negros. Em 2020, representaram 18,8%, com uma queda entre pessoas não negras para 18,2%, pessoas negras representaram 0,6%. Cabe destacar que essa é a ocupação com alguma representatividade entre os poucos eleitos e candidatos indígenas.

Gráfico 72

Pessoas eleitas, por raça/cor e ocupação, no Rio Grande do Sul — 2020

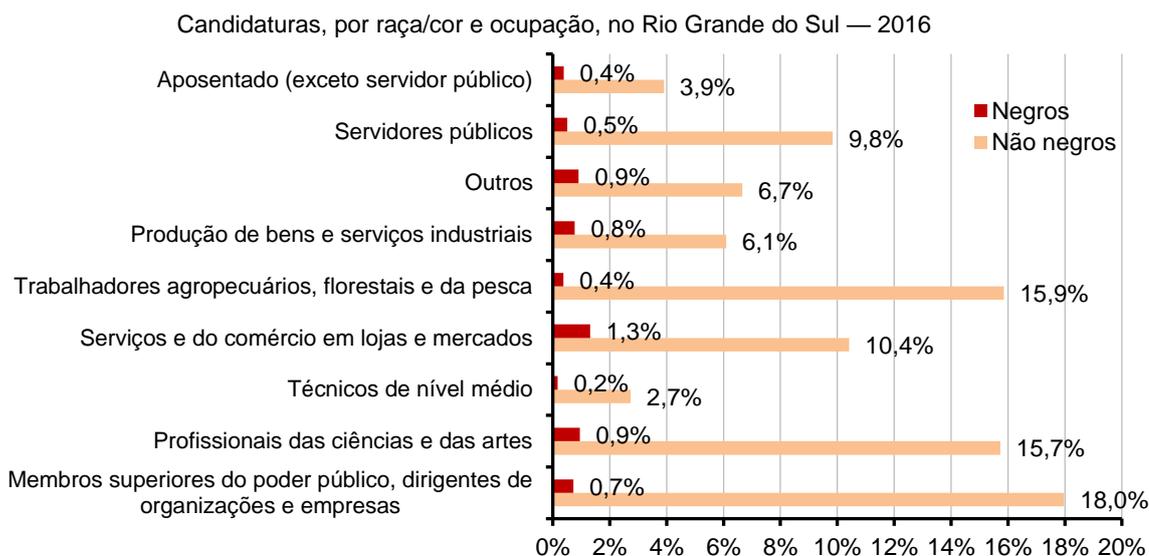


Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (BRASIL, 2021e).

Nota: Os grupos que não representaram, pelo menos, 2% em alguma categoria de raça/cor não foram incluídos nos gráficos.

No total de **candidaturas** por ocupação, a predominância dos grupos anteriores repete-se, mas com índices menores. Em 2016, membros superiores do poder público foram 18,7% dos candidatos, sendo 0,7% negros e 18% não negros. Na eleição seguinte, 17,3% encaixavam-se no grupo, 1,2% eram pessoas negras, e 16,2% eram não negras. Profissionais das ciências e das artes representaram 16,7% das candidaturas em 2016, 15,7% não negras e 0,9% negras. Em 2020, o percentual baixou para 15,3%, 14% não negros e 1,3% negros.

Gráfico 73

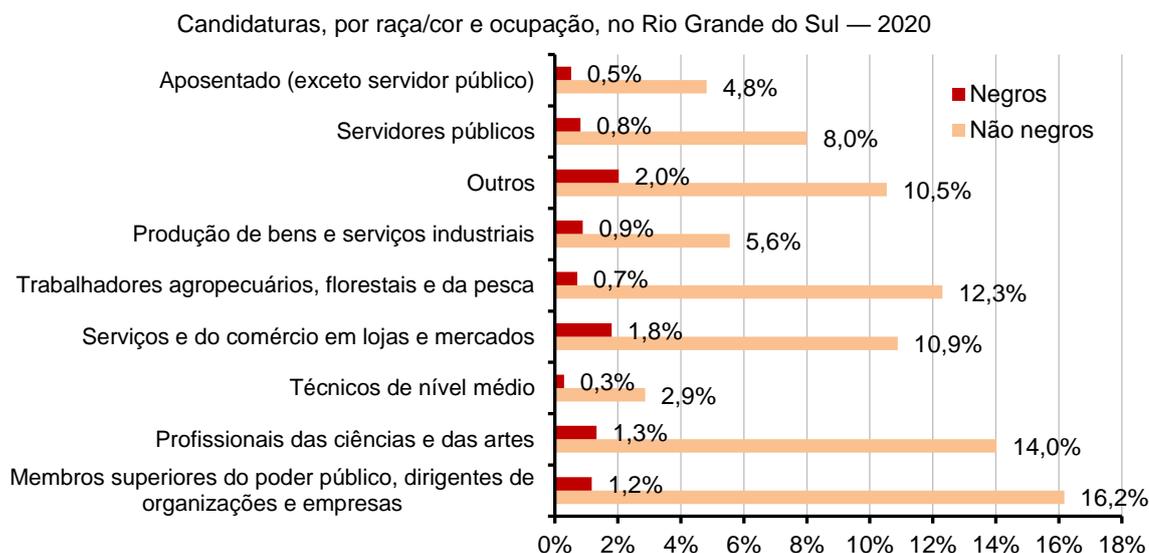


Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (BRASIL, 2021e).

Nota: Os grupos que não representaram, pelo menos, 2% em alguma categoria de raça/cor não foram incluídos nos gráficos

Aqueles que trabalham no meio rural representaram 16,2% em 2016 e 13% em 2020. Candidaturas não negras com essa ocupação foram 15,9% dos candidatos em 2016 e 12,3% na eleição seguinte. Para negros, esse é um grupo menos representativo, ficando em um patamar abaixo de 0,7% em ambas as eleições.

Gráfico 74



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (BRASIL, 2021e).

Nota: Os grupos que não representaram, pelo menos, 2% em alguma categoria de raça/cor não foram incluídos nos gráficos.

Entre as candidaturas negras, os trabalhadores de serviços e do comércio foram o grupo mais representativo em 2016, 1,3%, e, em 2020, 1,8%. Segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais de 2019 (BRASIL, 2021d), o grupo de ocupação predominante no Rio Grande do Sul é o de trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados, representando 23,3%, seguidos pelos trabalhadores da produção de bens e serviços industriais, com 21,8%, e por trabalhadores de serviços administrativos, com 18,4%. Profissionais das ciências e das artes e membros representavam 11,4%, enquanto membros superiores do poder público apenas 4,3%. Percebe-se que o perfil das candidaturas e de eleitos nas eleições não está próximo à realidade da população gaúcha.

No âmbito das leis eleitorais, a necessidade da criação de políticas de incentivo às candidaturas de não brancos fica nítida a partir da análise realizada. Nesse sentido, em 2021, foi promulgada a Emenda Constitucional (EC) 111, que estabelece uma pequena reforma eleitoral válida para as próximas eleições, em 2022. No artigo 115 da EC, está prevista a obrigatoriedade de que os votos dados a candidatas mulheres ou a candidatos negros para a Câmara de Deputados sejam contados em dobro para fins de distribuição dos recursos do fundo partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha dos partidos políticos.

Além disso, em 2020, o TSE definiu que os recursos e o tempo de propaganda eleitoral devem ser divididos, proporcionalmente, ao número de candidatos negros registrados na disputa. Essa decisão valeria a partir das eleições gerais de 2022, mas, em outubro de 2020, o STF definiu que as regras seriam válidas já para as eleições daquele ano. A divisão dos recursos, no entanto, deveria levar em consideração, primeiramente, o gênero dos candidatos, fazendo com que os partidos dividissem a verba entre candidaturas femininas (brancas e negras) e entre candidaturas de homens (brancos e negros). Porém a decisão ocorreu cerca de um mês antes do primeiro turno das eleições municipais de 2020, gerando pouco impacto, apesar de Porto Alegre, por exemplo, ter elegido a maior bancada negra da sua história, com cinco vereadores eleitos (na eleição anterior, dois haviam sido eleitos). Nas próximas eleições, tais regulações podem promover maior participação de pessoas negras na política representativa.

7 Violência

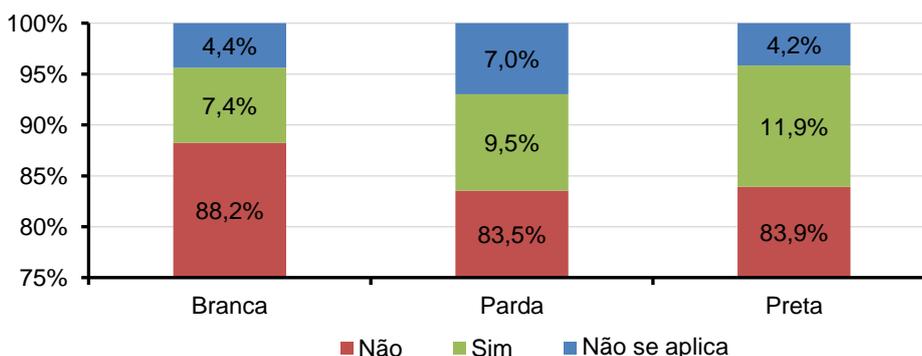
A PNS permite também que se percebam as desigualdades de raça/cor no que diz respeito a alguns tipos de violência (verbal, física e sexual). Outras questões importantes relacionadas à desigualdade racial, aferidas por outras bases de dados, dizem respeito às taxas de homicídio, aos registros de racismo e injúria racial, assim como à população encarcerada, também tratadas nesta seção.

7.1 Violência verbal

Ofensas, humilhações, ridicularizações e ameaças compõem alguns dos tipos de violência verbal. Proporção maior de pretos relata ofensas e humilhações no ano anterior (11,9%), na comparação com pardos (9,5%) e brancos (7,4%). Aqueles a quem “não se aplica” tinham idades entre 15 e 17 anos.

Gráfico 75

Percentual de pessoas que foram ofendidas, humilhadas ou ridicularizadas na frente de outros, nos últimos 12 meses, por raça/cor, no Rio Grande do Sul — 2019

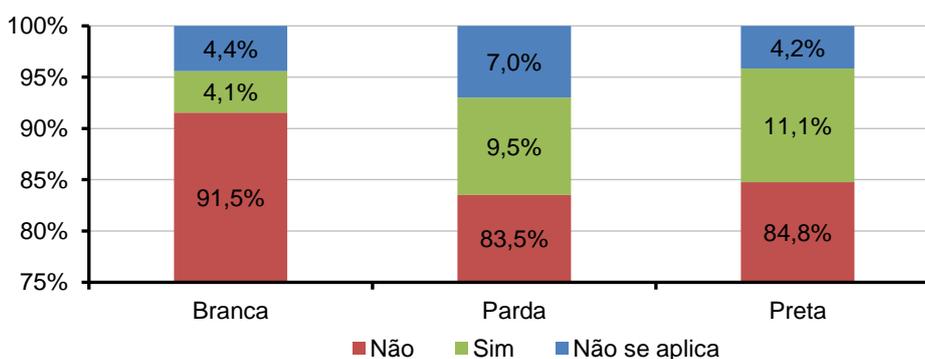


Fonte: Pesquisa Nacional de Saúde 2019 (IBGE, 2021a).

No caso de ameaças, para os negros, as proporções mantiveram-se semelhantes às de ofensas e humilhações; quanto aos brancos, a proporção que foi ameaçada foi menor do que aquela que foi ofendida (4,1% *versus* 7,4%).

Gráfico 76

Percentual de pessoas que foram ameaçadas de serem feridas ou que tiveram alguém importante para si ameaçado de ser machucado nos últimos 12 meses, por raça/cor, no Rio Grande do Sul — 2019



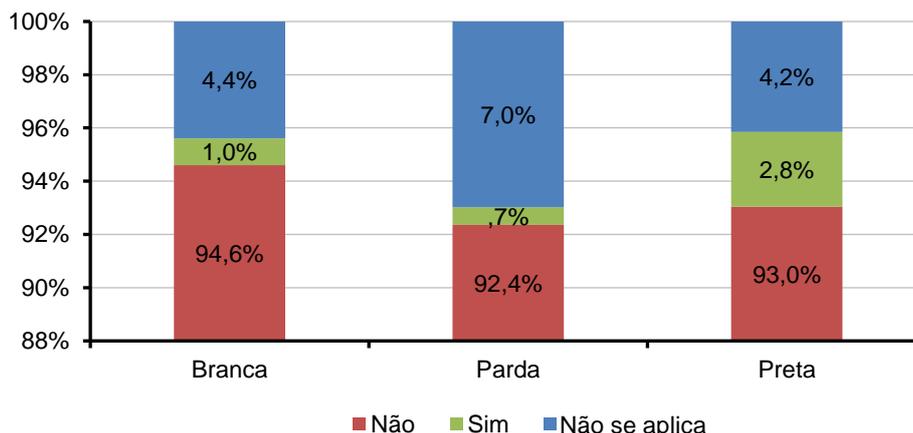
Fonte: Pesquisa Nacional de Saúde 2019 (IBGE, 2021a).

7.2 Violência física

Passando para a violência física efetivada, em forma de tapa ou bofetada, maior proporção de pretos foi vítima (2,8%), cerca de o triplo do que brancos (1%) e pardos (0,7%).

Gráfico 77

Percentual de pessoas que foram agredidas com tapa ou bofetada nos últimos 12 meses, por raça/cor, no Rio Grande do Sul — 2019

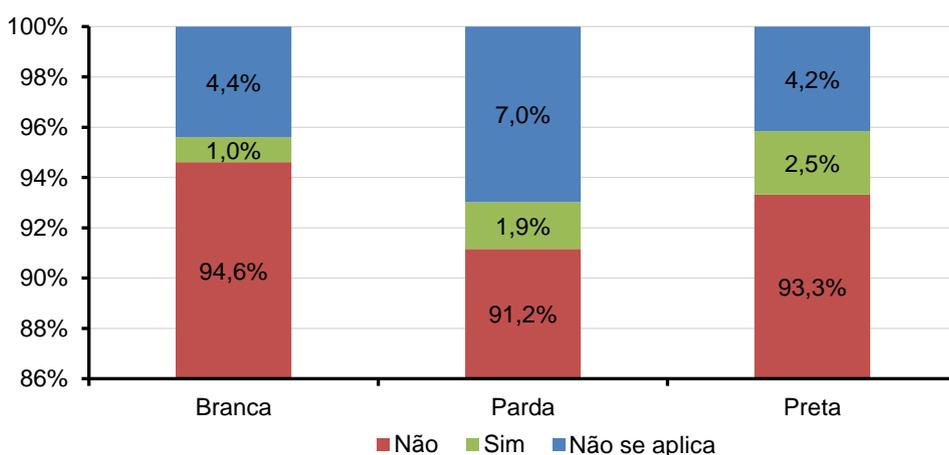


Fonte: Pesquisa Nacional de Saúde 2019 (IBGE, 2021a).

No caso de ameaças ou ferimentos com faca ou arma, os percentuais mostraram-se semelhantes para brancos (1%) e pretos (2,5%), aumentando, entretanto, para os pardos (1,9%).

Gráfico 78

Percentual de pessoas que foram ameaçadas ou feridas com faca, arma de fogo ou alguma outra arma ou objeto nos últimos 12 meses, por raça/cor, no Rio Grande do Sul — 2019

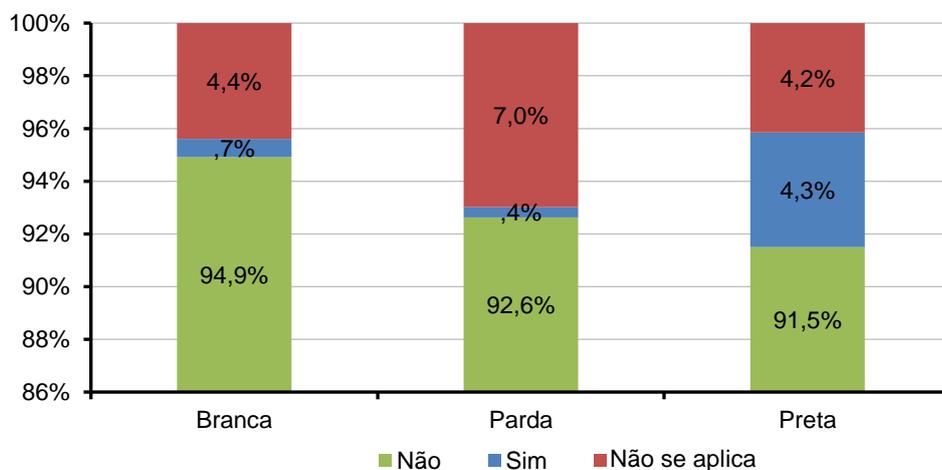


Fonte: Pesquisa Nacional de Saúde 2019 (IBGE, 2021a).

Em relação a socos, chutes ou ser arrastado pelos cabelos, brancos e pardos que declararam ter sido vítimas não alcançaram 1% dos entrevistados, ao passo que, entre os pretos, esses representaram 4,3%.

Gráfico 79

Percentual de pessoas que foram agredidas com soco, chute ou arrastadas pelo cabelo nos últimos 12 meses, por raça/cor, no Rio Grande do Sul — 2019

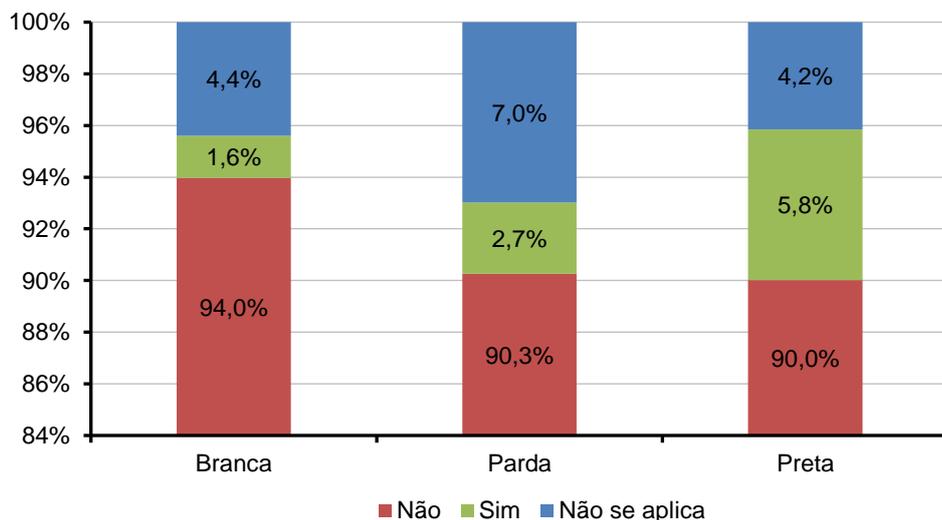


Fonte: Pesquisa Nacional de Saúde 2019 (IBGE, 2021a).

Outros tipos de agressão foram mais frequentes. No caso de empurrões, de ser segurado com força ou de ter algo jogado contra si, novamente os pretos figuraram com maior proporção de vítimas (5,8%), mas, dessa vez, seguidos pelos pardos (2,7%) e, após, pelos brancos (1,6%).

Gráfico 80

Percentual de pessoas que foram agredidas com empurrão, sendo seguradas com força ou que tiveram algo jogado contra si, com intenção de machucar, nos últimos 12 meses, por raça/cor, no Rio Grande do Sul — 2019



Fonte: Pesquisa Nacional de Saúde 2019 (IBGE, 2021a).

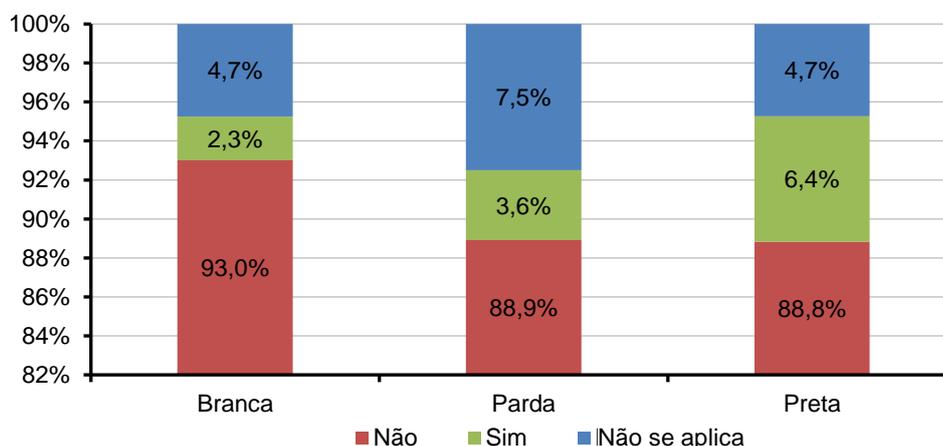
7.3 Violência sexual

Por fim, no que diz respeito à violência sexual, a ameaça de relações sexuais forçadas ou sua consumação é mais frequente entre os pretos (6,4%), seguido dos

pardos (3,6%) e dos brancos (2,3%). Em todos os tipos de agressão, maior proporção de pretos é vítima.

Gráfico 81

Percentual de pessoas que foram ameaçadas ou forçadas a terem relações sexuais ou quaisquer outros atos sexuais contra sua vontade alguma vez na vida, por raça/cor, no Rio Grande do Sul — 2019



Fonte: Pesquisa Nacional de Saúde 2019 (IBGE, 2021a).

7.4 Taxa de homicídios

Historicamente, a população negra brasileira é vítima de violência em um nível acima da média da população, o que é visível na taxa de homicídios. Para medir esse indicador, optou-se por utilizar dados do DataSus, que tem como base todos os atestados de óbito registrados no País¹⁷. É importante destacar que a raça/cor, nesse caso, é aquela registrada pelo médico na declaração de óbito. Já a população utilizada no cálculo da taxa foi a da PNAD Contínua, do IBGE, que usa a autodeclaração. Essa diferença metodológica pode causar alguma distorção no indicador.

Em 2019, último ano para o qual há dados consolidados, a taxa média de homicídios no Brasil foi de 21,7 a cada 100 mil habitantes. O maior valor foi para a população parda, com 31,5. Já os pretos tiveram uma taxa de 18,1, e os brancos, de 11,1. No Rio Grande do Sul, há uma diferença importante: a população preta possui a maior taxa de homicídio (33,1), quase o dobro do parâmetro nacional para essa parcela da população, mas os pardos (17,1) ficam um pouco abaixo dos brancos (17,9).

Tabela 14

Taxa de homicídios no Rio Grande do Sul e no Brasil — 2019

(por 100.000 hab.)

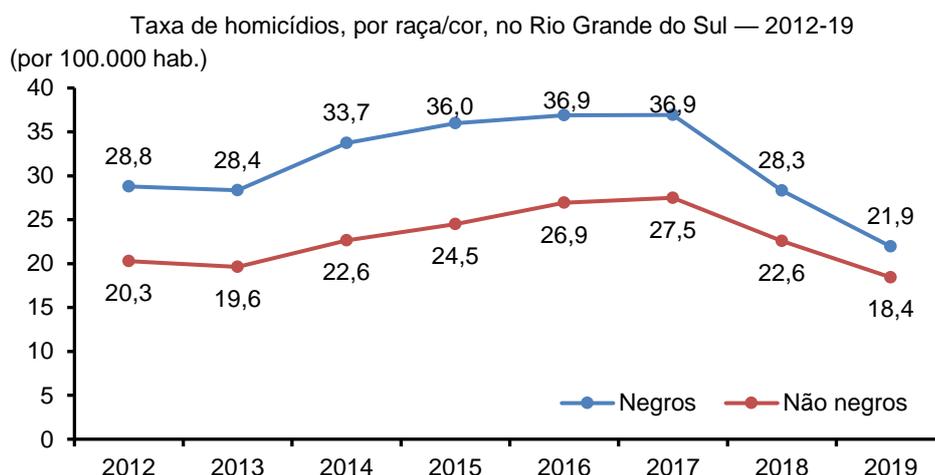
RAÇA/COR	RIO GRANDE DO SUL	BRASIL
Branca	17,9	11,1
Preta	33,1	18,1
Parda	17,1	31,5
Total	19,2	21,7

Fonte: Datasus (BRASIL, 2021c).
PNAD Contínua (IBGE, 2021b).

¹⁷ Foram considerados os códigos da CID-10: X85-Y09 (agressão) e Y35-Y36 (intervenção legal).

Considerando a população negra (pretos e pardos, sendo a preta de tamanho mais reduzido), a taxa de homicídios no RS, em 2019, foi de 21,9 a cada 100 mil habitantes, acima da população não negra (brancos, indígenas e amarelos), com 18,4. Desde 2012, esse foi o ano em que as duas taxas tiveram a menor diferença, como mostra o Gráfico 82.

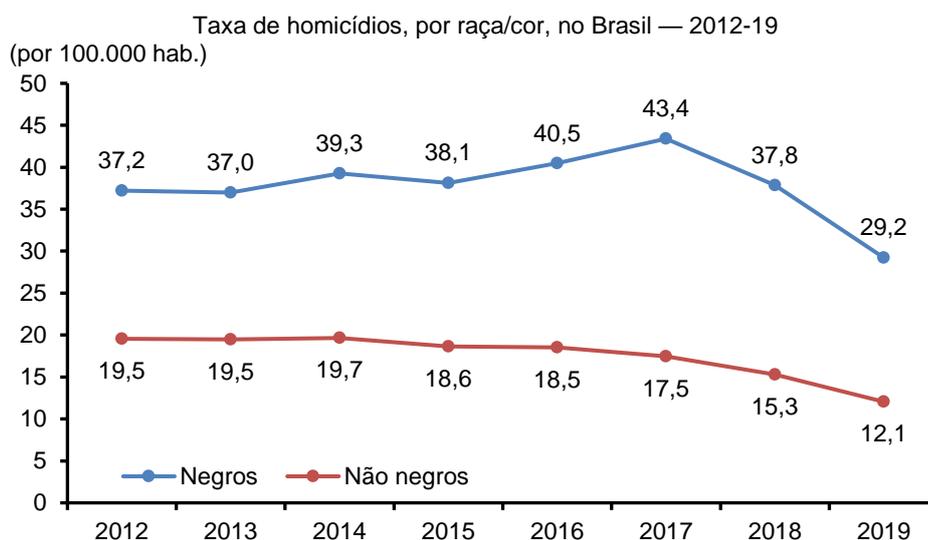
Gráfico 82



Fonte: Datasus (BRASIL, 2021c).
PNAD Contínua (IBGE, 2021b).

Já no Brasil, a taxa dos negros é mais que o dobro dos não negros, e, em todo o período analisado, a diferença ficou acima da verificada no Rio Grande do Sul.

Gráfico 83



Fonte: Datasus (BRASIL, 2021c).
PNAD Contínua (IBGE, 2021b).

7.5 Registros de racismo e injúria racial

O racismo é algo difícil de medir diretamente. Uma possibilidade é mensurá-lo pelo número de ocorrências policiais registradas por racismo e injúria racial, mas a

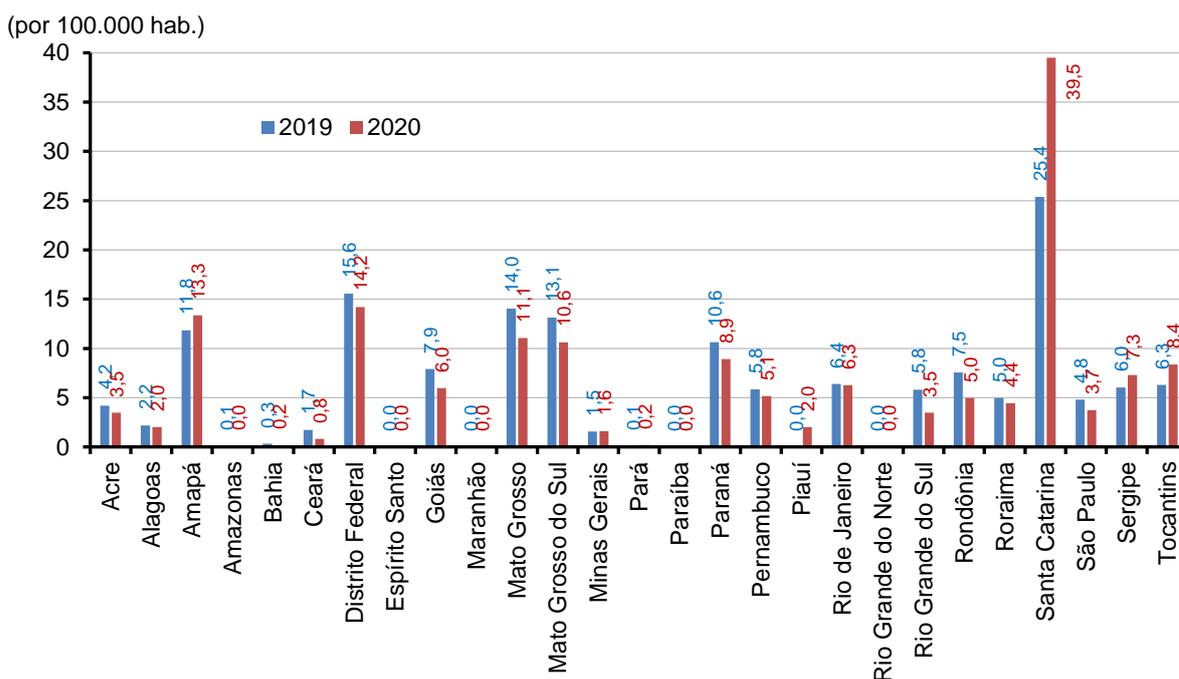
grande subnotificação reduz a acuidade desses dados para um diagnóstico adequado. Grande parte das vítimas de racismo não registra queixa, e, mesmo quando a polícia é procurada, por vezes há desconhecimento por parte dos próprios policiais sobre como registrar esses casos.

Em 2020, houve 1.237 registros de ocorrências de racismo, de homofobia e transfobia no Rio Grande do Sul, um aumento de 25,6% em relação a 2019, quando foram registradas 985 ocorrências (as taxas por 100.000 habitantes seriam de 8,7 em 2019 e 10,8 em 2020), segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

Em relação à injúria racial, o RS teve 662 casos em 2019 e 397 em 2020, o que representa taxas de 5,8 e 3,5 por 100.000 habitantes, respectivamente (Gráfico 84). A grande diferença nas taxas entre os dois crimes, aliás, é um indicativo de que os registros têm problemas. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (ANUÁRIO..., 2021, p. 83), “[...] a discrepância entre o número de registros de racismo e injúria racial explicita a negligência dos sistemas de justiça e segurança pública em relação aos crimes de ódio e discriminação”.

Gráfico 84

Registros de injúria racial, por unidades federativas, no Brasil — 2019 e 2020



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública (ANUÁRIO..., 2021, p. 81).

Nota: A partir de dados das Secretarias de Estado de Segurança Pública e/ou Defesa Social e do Instituto de Segurança Pública/RJ (ISP).

7.6 Sistema prisional

Outro dado de segurança pública que mostra a desigualdade racial é o de pessoas encarceradas. Em 2020, a cada 100.000 brancos no Brasil, 218,2 estavam presos. Essa taxa era de 307,4 para pardos e de 486,1 para pretos. No Rio Grande do Sul, além do encarceramento médio ser mais alto, a diferença entre as raças também era maior, com uma taxa de 276,6 para brancos, 458,6 para pardos e 679,9 para pretos.

Tabela 15

População no sistema prisional, por raça/cor, no Rio Grande do Sul e no Brasil — jan.-jun./2020

(por 100.000 hab.)

RAÇA/COR	BRASIL			RIO GRANDE DO SUL		
	Feminino	Masculino	Total	Feminino	Masculino	Total
Branca	19,7	439,9	218,2	25,3	547,7	276,6
Preta	42,4	936,4	486,1	50,9	1.274,5	679,9
Parda	31,3	595,9	307,4	44,6	865,5	458,6
Total	27,2	564,3	286,4	30,1	650,1	331,8

Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (BRASIL, 2021b).

Nota: Para o cálculo da taxa, foi considerada a população de 2019 segundo a PNAD Contínua do IBGE, pois os dados anuais da PNAD Contínua de 2020 ainda não estavam disponíveis.

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, esse problema está aumentando com o tempo. Em 2006, 56,7% da população carcerária brasileira era negra. Em 2020 esse número chegou a 66,3%. No mesmo período, a participação dos brancos na população carcerária passou de 40,8% para 32,5% (ANUÁRIO..., 2021, p. 203).

8 Pobreza

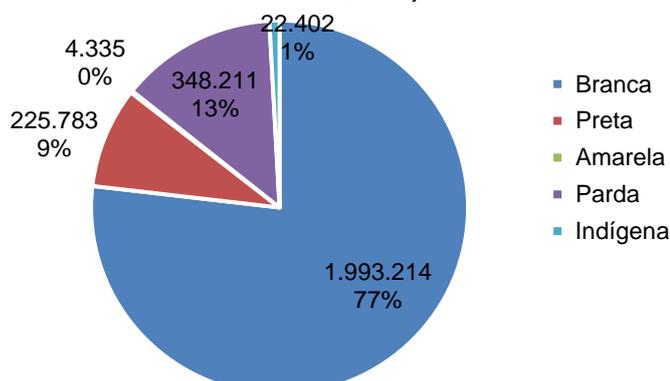
O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal identifica e caracteriza famílias de baixa renda. Desde 2003, o Cadastro Único tornou-se o principal instrumento para seleção e inclusão de famílias em programas federais, podendo também ser utilizado pelos demais entes federados. Ele funciona como porta de entrada para acesso a diversas políticas públicas. É usado, obrigatoriamente, para a concessão de Bolsa Família, da Tarifa Social de Energia Elétrica, do Programa Minha Casa Minha Vida, dentre outros¹⁸ (BRASIL, 2020b).

O cadastro das famílias deve ser atualizado pelo menos a cada dois anos e sempre que houver mudança de endereço, saída de integrante para outra casa, nascimento de novo integrante da família, entrada de crianças na escola, transferência de escola, mudança na renda familiar, dentre outros.

Na composição das famílias, de forma geral, 41% dos cadastrados são a pessoa de referência, outros 41% são filhos, e 12% são cônjuges ou companheiros (sendo os 6% restantes distribuídos entre pessoas com outro tipo de relação, como, netos, enteados, pai, mãe, etc.), isto é, há um número alto de famílias monoparentais e uni-pessoais, sendo as mulheres 57% das pessoas de referência.

Segundo dados da PNAD (IBGE, 2021b), no RS, havia 79% de brancos, 6,2% de pretos e 14,4% de pardos. Logo, os brancos e os pardos estão um pouco sub-representados no Cadastro Único (77% e 13%), como se pode ver no Gráfico 85; os pretos, um pouco sobre-representados (9%).

Gráfico 85
Percentual de integrantes das famílias do Cadastro Único, por raça/cor, no Rio Grande do Sul — jun./2021



Fonte: CadÚnico (BRASIL, 2021a).

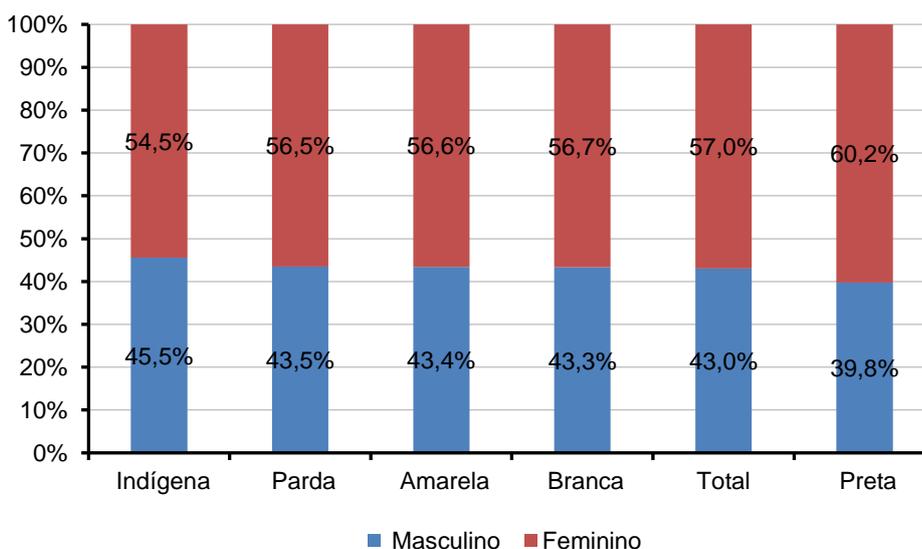
¹⁸ Ação de Distribuição de Alimentos (ADA); Benefício de Prestação Continuada (BPC); Carteira do Idoso; concessão de bolsas por entidades com Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social, com atuação na área da educação (CEBAS-Educação); créditos para instalação do Programa Nacional de Reforma Agrária; Facultativo de Baixa Renda; Identidade Jovem (ID Jovem); isenção de taxas de inscrição em concursos públicos; isenção na taxa de inscrição para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); Plano Progredir - Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado; Programa Cisternas - Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água; Programa Criança Feliz; Programa de Erradicação do Trabalho Infantil; Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; Programa Nacional de Crédito Fundiário; Programa Nacional de Reforma Agrária; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; Sistema de Seleção Unificada (Sisu)/Lei de cotas; Telefone Popular - Acesso Individual Classe Especial; Programa de Urbanização de Assentamento Precários; Programa Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa; Projeto Dom Hélder Câmara.

8.1 Distribuição por sexo

Em função do uso mais intensivo para o Bolsa Família, e de este beneficiar prioritariamente famílias chefiadas por mulheres com crianças, 57% do cadastro é composto pelo sexo feminino. Na população geral do RS, segundo as estimativas do Departamento de Economia e Estatística (DEE) para 2019 (RIO GRANDE DO SUL, 2020), elas representam 51,3%.

Gráfico 86

Percentual de homens e mulheres integrantes das famílias do Cadastro Único, por raça/cor, no Rio Grande do Sul — jun./2021



Fonte: CadÚnico (BRASIL, 2021a).

As mulheres predominam, ainda mais fortemente do que no total do Cadastro, entre as pessoas pretas e têm a predominância menos intensa entre os indígenas. As mulheres das demais raças ficam apenas um pouco abaixo do percentual geral do Cadastro.

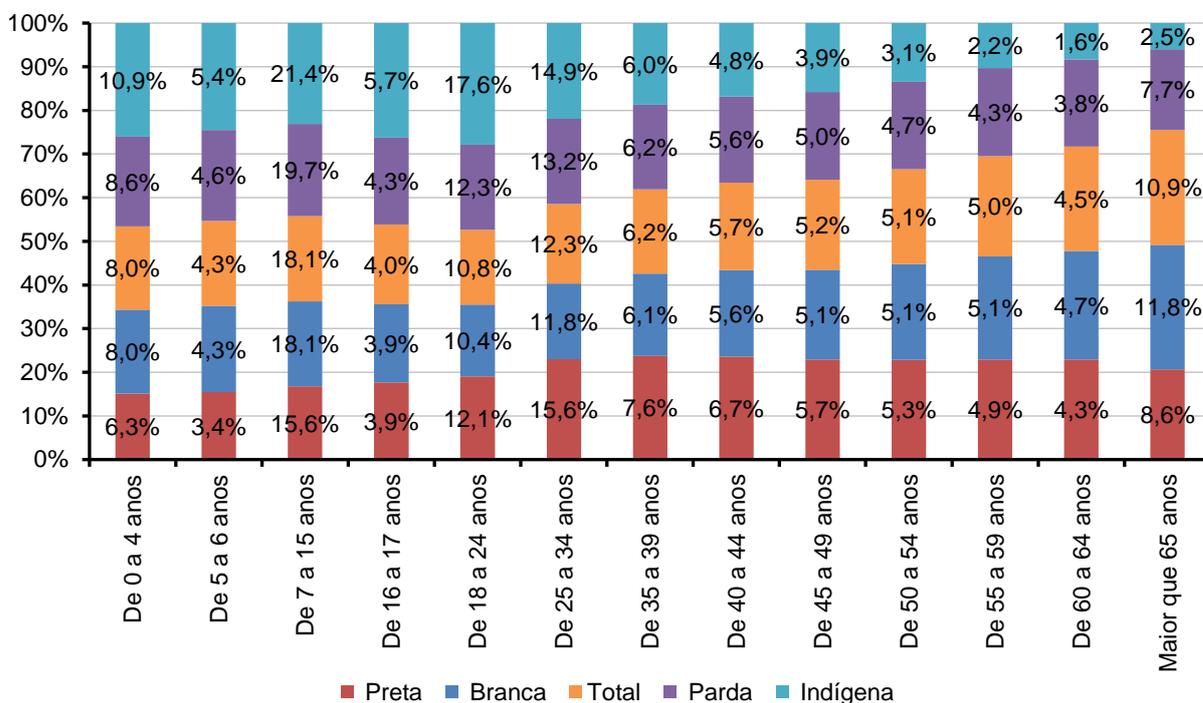
8.2 Distribuição etária

Na população geral do RS, o percentual de menores de 18 anos, segundo a projeção para 2019 do DEE, é de 22,3% (RIO GRANDE DO SUL, 2020). No Cadastro Único, essa faixa representa 34,3%, reforçando o foco do Cadastro.

A distribuição etária da população total do Cadastro Único é apresentada, no Gráfico 87, na faixa do meio, em laranja. Destaca-se a elevada proporção de crianças, jovens e jovens adultos na população de indígenas, que, por outro lado, possui pouquíssimos idosos em relação à média e em relação a todas as outras raças. A população parda também possui menor concentração de adultos mais velhos e idosos, ao passo que a população branca possui os maiores percentuais nessas faixas etárias. Os pretos são os que possuem menor concentração de crianças, maior concentração entre os adultos e, novamente, menor concentração entre os mais velhos.

Gráfico 87

Distribuição percentual dos integrantes das famílias do Cadastro Único, por raça/cor e faixa etária, no Rio Grande do Sul — jun./2021



Fonte: CadÚnico (BRASIL, 2021a).

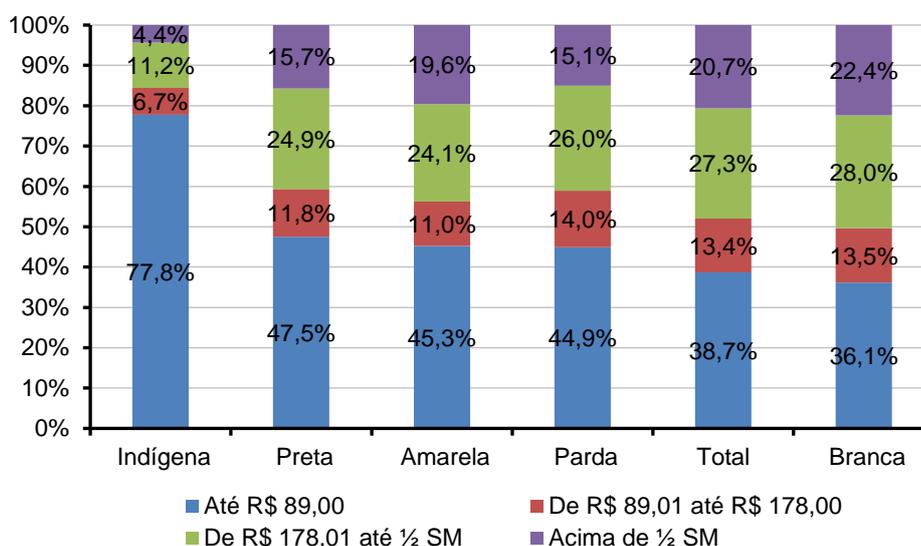
8.3 Distribuição por faixa de renda

O CadÚnico divide seus cadastrados em quatro faixas de renda: (a) extremamente pobres (renda *per capita* de até R\$ 89,00 por mês); (b) pobres (renda *per capita* de até R\$ 178,00); (c) a faixa de R\$ 178,01 a meio salário mínimo *per capita*; e (d) acima de meio salário mínimo (famílias com renda total de até três salários mínimos ou acima, via inclusão de programa específico), onde se encontram aqueles beneficiários ou inscritos para benefícios como o Minha Casa Minha Vida.

Percebe-se que os indígenas são aqueles mais concentrados na faixa dos extremamente pobres (lembrando que o Cadastro Único abrange tanto os aldeados quanto os indígenas não aldeados), seguidos de pretos, amarelos e pardos. Brancos têm menos da metade do percentual de extremamente pobres do que os indígenas, por exemplo. Os brancos são também os que têm maior proporção de cadastrados com renda acima de meio salário mínimo *per capita*.

Gráfico 88

Distribuição dos integrantes das famílias do Cadastro Único, por raça/cor e faixa de renda, no Rio Grande do Sul — jun./2021



Fonte: CadÚnico (BRASIL, 2021a).

Tabela 16

Distribuição dos integrantes das famílias do Cadastro Único, por raça/cor, faixa de renda e sexo, no Rio Grande do Sul — jun./2021

FAIXA DE RENDA	BRANCA		PRETA		AMARELA	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Até R\$ 89,00	35,1	36,9	45,3	49,0	44,4	45,9
De R\$ 89,01 a R\$ 178,00	13,1	13,8	11,2	12,2	10,9	11,0
De R\$ 178,01 a ½ salário mínimo	29,0	27,2	25,8	24,3	24,9	23,5
Acima de ½ salário mínimo	22,8	22,0	17,7	14,5	19,7	19,6

FAIXA DE RENDA	PARDA		INDÍGENA		TOTAL	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Até R\$ 89,00	43,4	46,1	77,3	78,2	37,5	39,6
De R\$ 89,01 a R\$ 178,00	13,4	14,5	6,7	6,6	12,9	13,7
De R\$ 178,01 a ½ salário mínimo	26,9	25,3	11,5	10,9	28,3	26,6
Acima de ½ salário mínimo	16,3	14,1	4,5	4,3	21,3	20,2

Fonte: CadÚnico (BRASIL, 2021a).

Há ainda diferença entre homens e mulheres no que diz respeito à concentração em faixas de renda *per capita*. No total, essa diferença não chega a dois pontos percentuais, mas ela é superior no caso das pessoas autodenominadas pretas. Em relação ao percentual de homens pretos na faixa de extremamente pobres, as mulheres pretas têm quase quatro pontos percentuais a mais. A segunda maior diferença ocorre entre mulheres e homens pardos (quase três pontos percentuais). Esse comportamento repete-se na faixa de pobres, e a menor diferença dá-se entre os indígenas. No caso das faixas de renda um pouco mais altas, as mulheres deixam de representar a maior proporção, isto é, há maior concentração de homens nas faixas de renda menos empobrecidas.

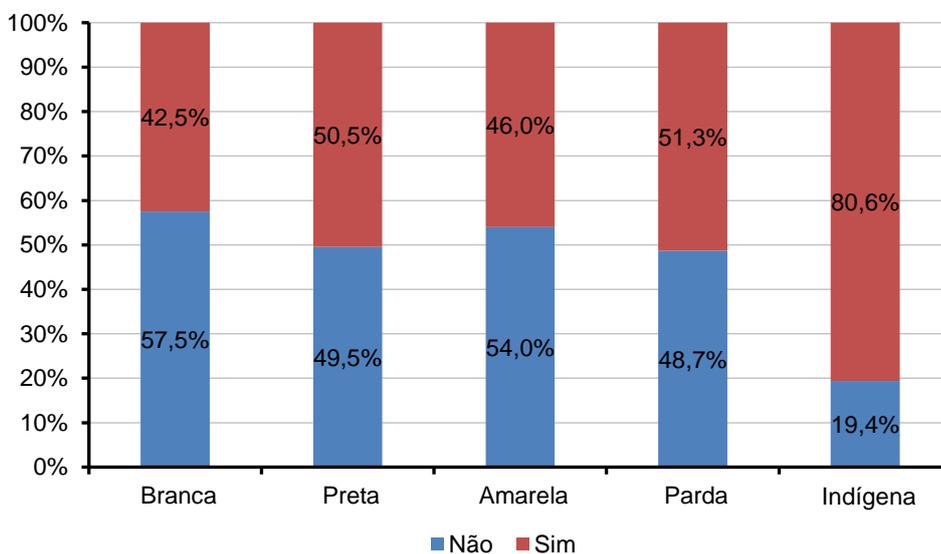
8.4 Beneficiários do Bolsa Família

Para acesso ao benefício básico, a família precisa estar enquadrada como extremamente pobre, mas há também benefícios variáveis para essas famílias e para as famílias enquadradas como pobres, destinados a crianças e adolescentes, gestantes, nutrizes e jovens (variando entre R\$ 41,00 e R\$ 48,00, o último limitado a dois por família). Além disso, se, mesmo somados os benefícios anteriores, não houver superação da extrema pobreza, há um complemento calculado individualmente para cada família (BRASIL, 2020a).

No Gráfico 89, percebe-se que os indígenas são a população com maior cobertura pelo Bolsa Família, seguidos dos negros.

Gráfico 89

Percentual de beneficiários do Bolsa Família, por raça/cor, no Rio Grande do Sul — jun./2021

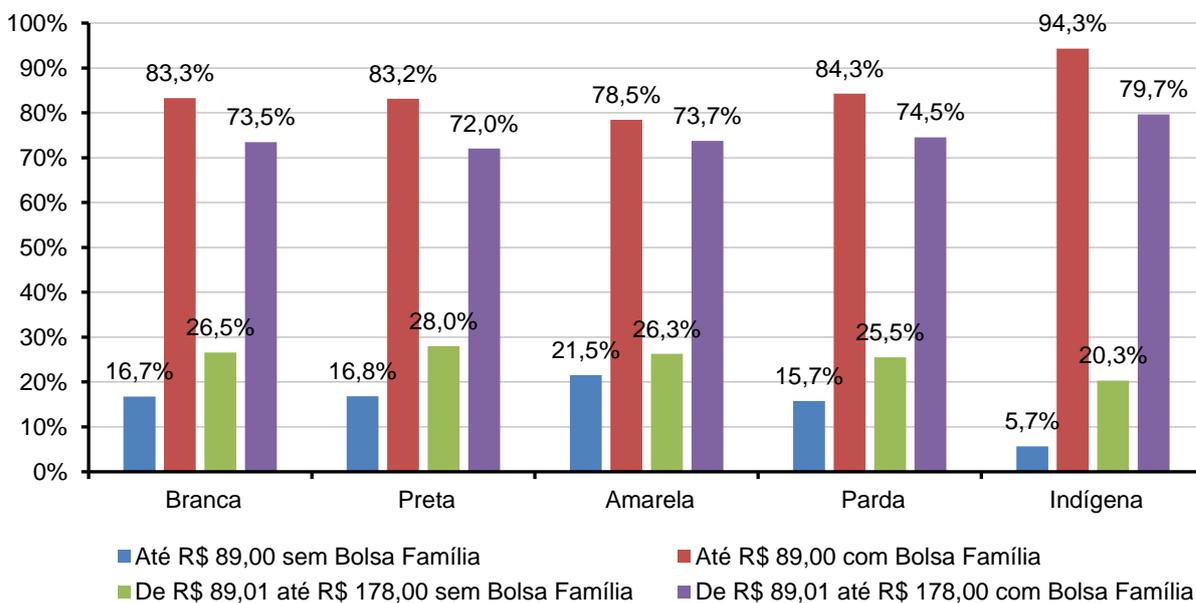


Fonte: Cadastro Único (BRASIL, 2021a).

Se a análise é focada especificamente nas faixas de renda que compõem o público-alvo do programa, observa-se que o Bolsa Família apresenta uma cobertura muito boa dos indígenas, especialmente no que diz respeito aos extremamente pobres (94,3%), mas deixa parte significativa das demais raças fora do programa.

Gráfico 90

Percentual de beneficiários do Bolsa Família, por raça/cor e faixa de renda, no Rio Grande do Sul — jun./2021



Fonte: Cadastro Único (BRASIL, 2021a).

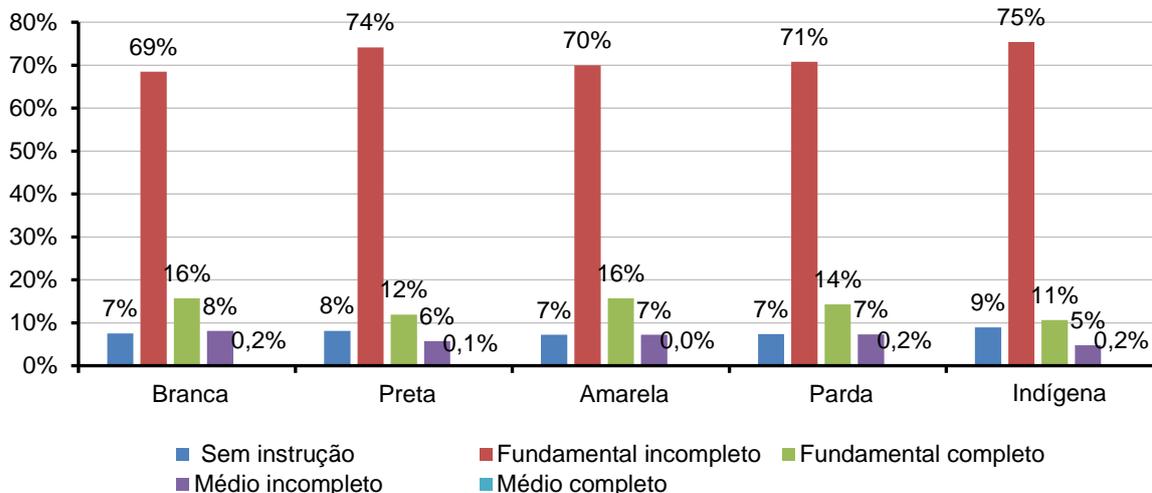
8.5 Distribuição por escolaridade

O cruzamento dos graus de instrução com as raças, puramente, tende a gerar distorções analíticas, especialmente porque as crianças com idades inferiores às do término da alfabetização (ou qual seja o marco para considerar sem instrução) têm pesos diferenciados nessas populações (alta proporção de crianças entre os indígenas e menor percentual de crianças entre os pretos).

No caso das crianças entre sete e 15 anos, é difícil perceber a distorção idade-série, já que são nove anos de ensino fundamental. Em relação aos adolescentes, de 16 e 17 anos (Gráfico 91), percebe-se que o percentual de indígenas (9%) e pretos (8%) sem instrução é maior do que o percentual das demais (7%). Também maior proporção de indígenas e pretos ainda se encontra cursando o ensino fundamental (ou desistiram da escola nessa etapa de ensino) — 75% e 74% respectivamente. Brancos, amarelos e pardos apresentam um percentual mais baixo de adolescentes nessa situação (69%, 70% e 71%). O registro de ensino fundamental completo é maior entre brancos e amarelos (16%), seguidos de pardos (14%), e menor entre pretos (12%) e indígenas (11%). No ensino médio, porém ainda incompleto, encontram-se 8% de brancos, 7% de amarelos e pardos, 6% de pretos e 5% de indígenas. Os que já concluíram essa etapa de ensino não ultrapassam 0,2% dos adolescentes de cada categoria.

Gráfico 91

Escolaridade das pessoas entre 16 e 17 anos integrantes do Cadastro Único, por raça/cor, no Rio Grande do Sul — jun./2021

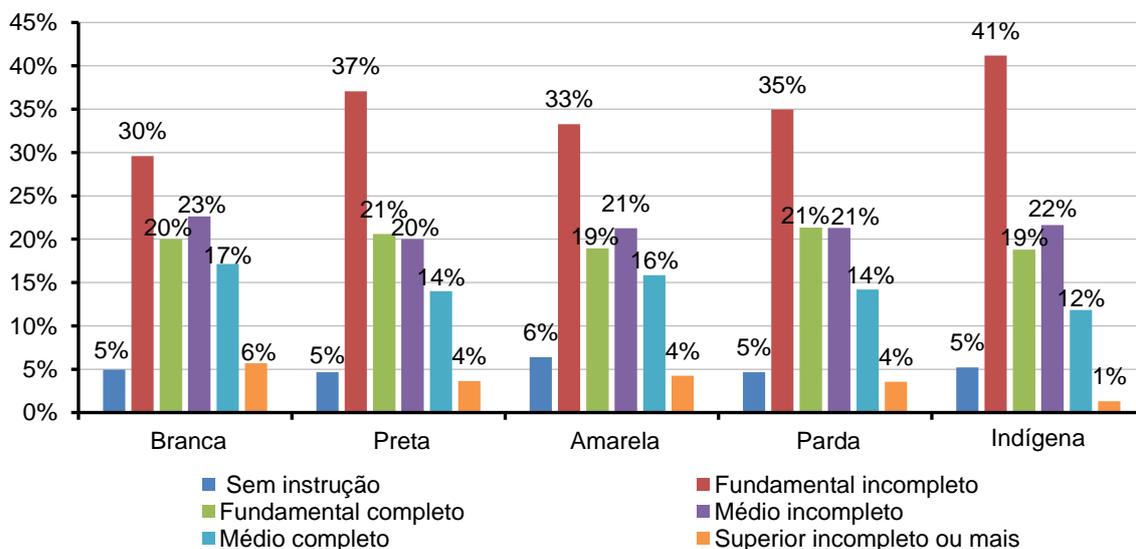


Fonte: CadÚnico (BRASIL, 2021a).

Entre os jovens adultos inscritos no Cadastro Único (18 a 24 anos), cerca de 5% estão registrados como sem instrução, nas diferentes raças, como se pode observar no Gráfico 92. Indígenas e negros possuem maiores proporções de jovens adultos que não concluíram o ensino fundamental. O percentual de ensino fundamental completo fica em torno de 20% nas diferentes categorias. Com ensino médio incompleto, brancos e indígenas têm maior proporção (23% e 22%), já com essa etapa completa são os brancos e os amarelos que possuem maior proporção (17% e 16%). Entre os jovens adultos que alcançaram o ensino superior, no caso dos brancos, eles respondem por 6%; para pretos, amarelos e pardos, são 4%; entre os indígenas, 1%.

Gráfico 92

Escolaridade das pessoas entre 18 e 24 anos integrantes do Cadastro Único, por raça/cor, no Rio Grande do Sul — jun./2021



Fonte: CadÚnico (BRASIL, 2021a).

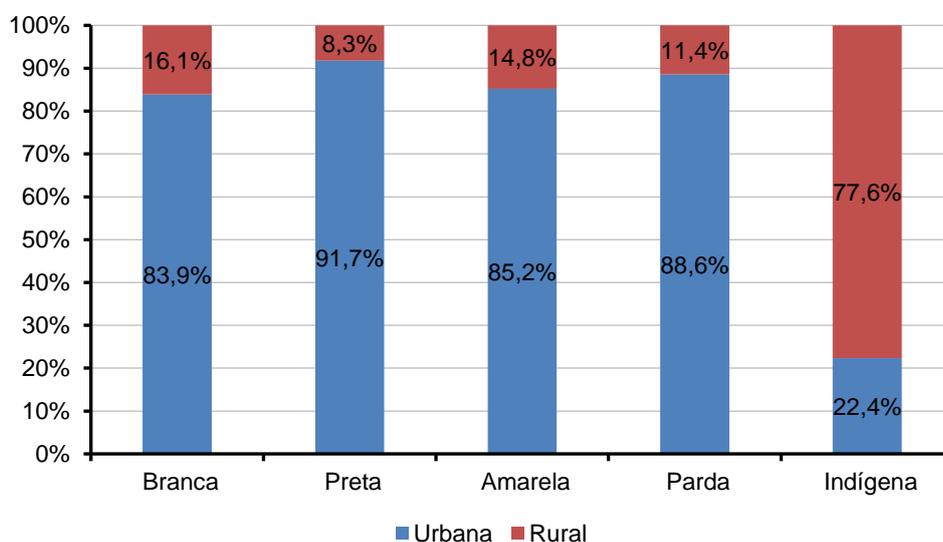
De modo geral, os não brancos apresentam maior distorção entre a sua idade e a escolaridade alcançada.

8.6 Residência rural ou urbana

Proporcionalmente, negros vivem mais em zonas urbanas do que amarelos ou brancos (Gráfico 93). Em relação aos indígenas, como 78,8% dos presentes no CadÚnico residem em reservas, era esperado que a grande maioria estivesse tivesse seu domicílio em área rural.

Gráfico 93

Zona de residência dos integrantes das famílias do Cadastro Único, por raça/cor, no Rio Grande do Sul — jun./2021



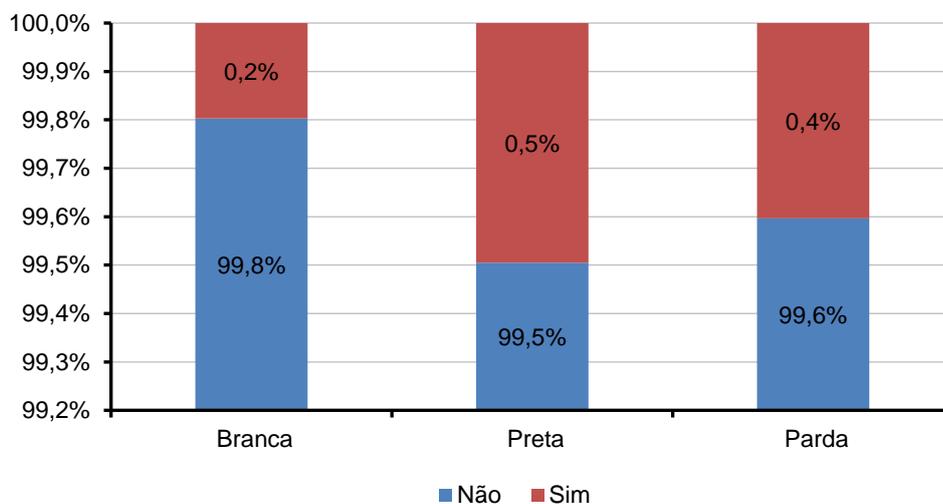
Fonte: CadÚnico (BRASIL, 2021a).

8.7 Situação de rua

Entre as 2.594.965 pessoas presentes no CadÚnico, há registro de 6.516 pessoas em situação de rua. O número de indígenas e de amarelos nessa situação é muito pequeno (31 e 21 respectivamente), de forma que foram excluídos do gráfico. As demais raças possuem mais de 1.000 pessoas nessa situação. No Gráfico 94, percebe-se maior proporção de negros em situação de rua em relação aos brancos.

Gráfico 94

Percentual de pessoas em situação de rua no Cadastro Único, por raça/cor, no Rio Grande do Sul — jun./2021



Fonte: Cadastro Único (BRASIL, 2021a).

8.8 Trabalho infantil

Ainda que os registros de trabalho infantil no Cadastro Único sejam muito poucos, 607 ao todo, percebe-se que são mais frequentes entre os pretos (0,003%) e pardos (0,002%), do que entre brancos (0,000%), amarelos (0,001%) e indígenas (0,001%)¹⁹.

Em 2019, no Brasil, estimava-se que 1.768 mil crianças e adolescentes de cinco a 17 anos trabalhavam, 4,6% da população (38,3 milhões) nessa faixa etária — caindo um pouco ano a ano, desde 2016, quando o percentual era de 5,3%. Nesse estudo, também foi apontada a sobrerrepresentação de crianças pretas e pardas no trabalho infantil (IBGE, 2020). No RS, 4,6% dessa faixa etária representariam mais de 80.000 crianças.

¹⁹ O denominador é o número de crianças e adolescentes de cinco a 17 anos, mesma faixa utilizada pelo IBGE para a pesquisa sobre trabalho de crianças e adolescentes.

Referências

ANJOS, Gabriele dos. A questão “cor” ou “raça” nos censos nacionais. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 103-118, 2013.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. [São Paulo]: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, v. 15, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/10/anuario-15-completo-v7-251021.pdf>. Acesso em: 29 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial. [Brasília, DF]: Presidência da República, [2010]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em: 10 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Cidadania. [**Bolsa Família**]: o que é. Brasília, DF: Ministério da Cidadania, 2020a. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia/o-que-e>. Acesso em: 12 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Cidadania. [**Cadastro Único**]: o que é e para que serve. Brasília, DF: Ministério da Cidadania, 2020b. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/cadastro-unico/o-que-e-e-para-que-serve-1>. Acesso em: 12 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Tabulador do Cadastro Único**: CECAD 2.0. Brasília, DF: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2021a. Disponível em: https://cecad.cidadania.gov.br/tab_cad.php. Acesso em: 10 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Brasília, DF: MJ/DEPEN, 2021b. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/sisdepen>. Acesso em: 4 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **DATASUS**: óbitos por causas externas. Brasília, DF: Ministério da Saúde, [2021c]. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sim/cnv/ext10uf.def>. Acesso em: 27 out. 2021.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. [**Base Estatística RAIS**]. [Brasília, DF: MTE, 2021d]. Disponível em: https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_rais_vinculo_id/caged_rais_vinculo_basico_tab.php. Acesso em: 14 out. 2021.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. **Classificação Brasileira de Ocupações - CBO**: estrutura CBO: CBO2002 – grande grupo. [Brasília, DF]: MTE, 2007-2017. Disponível em: <http://www.mtecho.gov.br/cbsite/pages/downloads.jsf>. Acesso em: 1 set. 2021.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Estatísticas eleitorais**. [Brasília, DF]: TSE, 2021e. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>. Acesso em: 1 set 2021.

GOES, E. F.; RAMOS, D. O.; FERREIRA, A. J. F. Desigualdades raciais em saúde e a pandemia da Covid-19. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 1-7, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/d9H84fQxchkfhdbwzHpmR9L/?lang=pt>. Acesso em: 28 out. 2021.

IBGE. **Características étnico-raciais da população**: um estudo das categorias de classificação de cor ou raça - 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

IBGE. **Pesquisa Nacional de Saúde - 2019**: microdados. [Rio de Janeiro]: IBGE, 2021a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html?caminho=PNS/2019/Microdados/Dados>. Acesso em: 10 set. 2021.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: trabalho infantil de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade 2016-2019. [Rio de Janeiro]: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/17270-pnad-continua.html?edicao=29652&t=publicacoes>. Acesso em: 19 ago. 2021.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual**: tabela 6408 - população residente, por sexo e cor ou raça. [Rio de Janeiro]: IBGE, 2021b. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6408>. Acesso em: 18 ago. 2021.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual**: tabela 7110 - população residente, por cor ou raça e grupo de idade. [Rio de Janeiro]: IBGE, 2021c. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7110>. Acesso em: 18 ago. 2021.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual**: tabela 7125 - taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por cor ou raça e grupo de idade. [Rio de Janeiro]: IBGE, 2021d. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7125>. Acesso em: 18 ago. 2021.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual**: tabela 7129 - pessoas de 14 anos ou mais de idade, por cor ou raça e nível de instrução. [Rio de Janeiro]: IBGE, 2021e. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7129>. Acesso em: 18 ago. 2021.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual**: tabela 7139 - taxa de escolarização, por cor ou raça e grupo de idade. [Rio de Janeiro]: IBGE, 2021f. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7139>. Acesso em: 18 ago. 2021.

IBGE. [Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Covid19]: downloads. [Rio de Janeiro]: IBGE, 2021g. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html?caminho=Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_PNAD_COVID19/Microdados/Dados. Acesso em: 19 ago. 2021.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral**: tabela 6402 - pessoas de 14 anos ou mais de idade, total, na força de trabalho, ocupadas, desocupadas, fora da força de trabalho, e respectivas taxas e níveis, por cor ou raça. [Rio de Janeiro]: IBGE, 2021h. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6402>. Acesso em: 18 ago. 2021h.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral**: tabela 6504 - rendimento médio real de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho por raça/cor. [Rio de Janeiro]: IBGE, 2021i. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/6504>. Acesso em: 18 ago. 2021.

INEP. **Indicadores educacionais**: taxas de distorção idade série 2020. Brasília, DF: INEP, 2021a. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/microdados>. Acesso em: 19 abril. 2021.

INEP. **Microdados**: Censo da Educação Superior. Brasília, DF: INEP, 2021b. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 22 set. 2021.

INEP. **Microdados**: Censo escolar 2020. Brasília, DF: INEP, 2021c. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/microdados>. Acesso em: 12 mar. 2021.

LIMA, Paulo *et al.* Taxas longitudinais de retenção e evasão: uma metodologia para estudo da trajetória dos estudantes na educação superior. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 102, p. 157-178, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362018002701431>. Acesso em: 16 set. 2021.

MUNIZ, Jerônimo Oliveira. Sobre o uso da variável raça-cor em estudos quantitativos. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 277-291, 2010.

QUEDA no número de inscritos no Enem é a primeira desde 2008. **R7 Educação**, [São Paulo], 9 jun. 2015. Disponível em: <https://noticias.r7.com/educacao/queda-no-numero-de-inscritos-no-enem-e-a-primeira-desde-2008-09062015>. Acesso em: 27 out. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Saúde. **Sistema de Vigilância Epidemiológica da Gripe (SIVEP/Gripe)**. Porto Alegre: Secretaria de Saúde, 2021. Acesso em: 1 jun. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Economia e Estatística. **PopVis**: portal demográfico SPGG/DEE. [Porto Alegre]: SPGG/DEE, 2020. Disponível em: <http://visualiza.dee.planejamento.rs.gov.br/populacao>. Acesso em: 18 ago. 2021.

SANTOS, Márcia *et al.* População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 34, n. 99, p. 225-243, 2020. Disponível em: <https://crppr.org.br/a-importancia-do-quesito-raca-cor-nos-dados-de-saude-sobre-a-covid-19-por-uma-politica-de-saude-mais-justa-e-igualitaria/>. Acesso em: 28 out. 2021.

THEODORO, Mário (org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília, DF: Ipea, 2008.

TRAVASSOS, Claudia; WILLIAMS, David R. The concept and measurement of race and their relationship to public health: a review focused on Brazil and the United States. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, p. 660-678, 2004.